



**Margarida Amélia
Correia Bairrão do
Vale Marques**

**O contributo da Biblioteca Escolar para o
Ensino/Aprendizagem. Impacto e perspectivas
futuras face à Sociedade da Informação**



**Margarida Amélia
Correia Bairrão
do Vale Marques**

**O contributo da Biblioteca Escolar para o
Ensino/Aprendizagem. Impacto e perspectivas
futuras face à Sociedade da Informação**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão da Informação, realizada sob a orientação científica do Dr. Luís Manuel Borges Gouveia, Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente: Doutor Carlos Manuel dos Santos Ferreira, Professor Associado da Universidade de Aveiro

Vogais: Doutor Luís Alfredo Martins Amaral, Professor Associado da Universidade do Minho

Doutor Luís Manuel Borges Gouveia, Professor Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que com palavras, sensações e actos depositaram confiança em mim para realizar este trabalho.

Resumo

A proposta de trabalho enquadra-se no âmbito da Gestão da Informação no Ensino/Aprendizagem, tendo como parte integrante o estudo de caso da Biblioteca Escolar aplicando as Tecnologias da Informação e da Comunicação no enquadramento da Sociedade da Informação.

A Biblioteca Escolar pode e deve fazer a diferença fomentando o gosto pelo livre acesso ao conhecimento, contribuindo para formar potenciais utilizadores de outras bibliotecas capazes de utilizar ferramentas de trabalho na sua integração no meio profissional e social. A evolução das concepções pedagógicas contemporâneas veio acentuar o papel do aluno e do seu trabalho no processo Ensino/Aprendizagem. Aprender é procurar, pesquisar, questionar, tratar informação e saber aplicá-la no contacto com o mundo que nos rodeia. Os alunos devem ser incentivados e encaminhados para a utilização da Biblioteca Escolar, não como actividade marginal ou secundária, mas como estando no centro de todo o desenvolvimento curricular e formativo.

A Escola e nomeadamente as Bibliotecas Escolares não podem ignorar os novos desafios que se lhe colocam quando os locais e as formas de aprendizagem são tão diversificadas, quando o documento impresso já não é o único suporte de informação; quando o acesso à informação se pode fazer de tão diversas formas que o próprio conceito de Biblioteca Escolar é posto em causa e ganha terreno o conceito da biblioteca virtual. Torna-se assim crucial efectuar uma correcta Gestão da Informação existente nos diversos suportes, criando sistemas de informação onde se operem conceitos como a normalização, cooperação, funcionalidade e trabalho em rede, para que se consigam criar Serviços de Referência onde a qualidade e o sucesso educativo seja imperativo.

O trabalho disponibiliza um conjunto de materiais para desenvolver numa Biblioteca Escolar e defende a sua existência enquanto veículo importante para o desenvolvimento de competências para a Sociedade da Informação e para toda a comunidade educativa. Uma das contribuições do trabalho é a proposta de um conjunto de fichas para apoiar a Gestão da Informação numa Biblioteca Escolar.

Abstract

The work proposal fits in teaching/learning information management ambit, considering as an integrant part of study of the school library applying the Information and Communication Technologies in the fitting of Information Society.

The contemporary pedagogical conceptions evolution has emphasized the pupil's role and work in the teaching/learning process.

The work makes a set of materials available to develop in a school library and defends its existence while an important mean for the Information Society and all the educative community abilities development.

One of the several contributions provided by work is the proposal of a file with a set of cards to support the Information Management in a school library.

Palavras – chave

- Educação e Aprendizagem
- Escola e Ensino não Superior
- Tecnologias da Informação e da Comunicação
- Sociedade da Informação
- Cidadania e exigências da cidadania

Índice de figuras

Figura 1 – Consumo semanal de Publicações Periódicas – Docentes	117
Figura 2 – Consumo semanal de Livros – Docentes.....	117
Figura 3 – Consumo semanal de material textual e não textual – Docentes	118
Figura 4 – Uso das TIC pelos Docentes.....	118
Figura 5 – Uso da Internet pelos Docentes	119
Figura 6 – Uso de correio electrónico pelos Docentes.....	119
Figura 7 – Formação em TIC essenciais ou não para os Docentes.....	120
Figura 8 – Tipos de Bibliotecas frequentadas pelos Docentes.....	120
Figura 9 – Frequência do uso da Biblioteca Escolar	121
Figura 10 – O que os Docentes costumam fazer na Biblioteca Escolar.....	121
Figura 11 – Consumo semanal de Publicações Periódicas – Alunos	122
Figura 12 – Consumo semanal de Livros – Alunos	122
Figura 13 – Consumo semanal de material textual e não textual – Alunos.....	123
Figura 14 – Uso das TIC pelos Alunos	123
Figura 15 – Uso da Internet pelos Alunos	124
Figura 16 – Uso do correio electrónico pelos Alunos	124
Figura 17 – Formação em TIC essenciais ou não para os alunos	125
Figura 18 – Tipo de bibliotecas frequentadas pelos alunos	125
Figura 19 – Frequência do uso da Biblioteca Escolar pelos alunos	126
Figura 20 – O que os alunos costumam fazer na Biblioteca Escolar	126
Figura 21 – Frequência diária do uso da BE	127
Figura 22 – Actividades desenvolvidas na BE.....	127
Figura 23 – Uso do computador	128
Figura 24 – Domínio de competências em TIC	128
Figura 25 – Uso da Internet.....	129
Figura 26 – Tipo de Uso da Internet.....	129
Figura 27 – Onde guardar a informação.....	129
Figura 28 – Uso do correio electrónico.....	130
Figura 29 – Classificação da BE.....	130

Índice de fotografias

Fotografia 1 – Vista da Cidade da Figueira da Foz	95
Fotografia 2 – Entrada Principal	96
Fotografia 3 – BE antiga	103
Fotografia 4 – Mudança de Instalações, ainda com mobiliário antigo	103
Fotografia 5 – Mudança de Instalações, já com computadores	103
Fotografia 6 – Serviço de Referência	104
Fotografia 7 – Arrumação nas estantes do Fundo Documental	104
Fotografia 8 – Balcão de Atendimento	105
Fotografia 9 – Docentes a trabalharem na Gestão de Recursos	105
Fotografia 10 – Espaço de multiactividades/zona de informações/exposições.....	108
Fotografia 11 e 12 – Estantes em Livre Acesso	111
Fotografia 13 – Actividades na Biblioteca Escolar.....	113
Fotografia 14 - Encontro com a escritora Lídia Jorge.....	114
Fotografia 15 - Zona de Estudo	114
Fotografia 16 – Zona de Vídeo	114
Fotografia 17 – Zona de Áudio	114
Fotografia 18 – Zona Multimédia	114
Fotografia 19 – Feira do Livro.....	114
Fotografia 20 – Alunos do Ensino Básico.....	133
Fotografia 21 – Alunos do Ensino Secundário na Biblioteca Escolar	135
Fotografia 22 – Docentes com a escritora Lídia Jorge	137

Índice de quadros

Quadro 1 – Síntese Histórica das Bibliotecas	40
Quadro 2 – Recursos Humanos/Equipa Educativa	53
Quadro 3 – Média de superfícies em metros quadrados.....	53
Quadro 4 – Gestão Orçamental.....	54
Quadro 5 – Serviço de Referência / *apoio on-line	55
Quadro 6 – Síntese Histórica das Bibliotecas Públicas no nosso País	82
Quadro 7 – BM/Tipologia.....	83
Quadro 8 – Comparativo dos Serviços disponíveis on-line nas BU de Aveiro, Coimbra e Minho.....	88
Quadro 9 – Horário de Funcionamento da BE	108
Quadro 10 – Comunidade Escolar	109
Quadro 11 – Faixa etária de frequência diária	109
Quadro 12 – Equipa da BE.....	110
Quadro 13 – Fundo Documental	111
Quadro 12 – Classificação Decimal Universal / BE.....	112

Índice de fichas

Ficha 1 – Ficha preparatória das necessidades educativas de materiais de apoio da Biblioteca Escolar	49
Ficha 2 – Ficha de apoio à divulgação de produtos documentais	50
Ficha 3 – Ficha de apoio no acesso à informação	50
Ficha 4 – Ficha de apoio educativo	51
Ficha 5 – Ficha de construção de aprendizagem	51
Ficha 6 – Ficha de hábitos de Frequência	52
Ficha 7 – Diagnóstico da avaliação do meio sócio-económico dos utilizadores	58
Ficha 8 – Ficha de exploração diária bibliográfica	59
Ficha 9 – Ficha Semanal	60
Ficha 10 – Ficha de Requisição de Fundo Documental por Departamento Curricular	62
Ficha 11 – Programa da Acção de Formação	64
Ficha 12 – Ficha de apoio a criação de produtos multimédia	65
Ficha 13 – Ficha de apoio para a organização de dossiers temáticos	66
Ficha 14 – Ficha de apoio à Divulgação do Fundo Documental	67
Ficha 15 – Ficha de apoio à Animação Pedagógica	67
Ficha 16 – Ficha para registar conteúdos informativos	68
Ficha 17 – Grelha de análise da Turma	69
Ficha 18 – Diagnóstico de necessidades de apoio BE	70
Ficha 19 – Ficha de apoio ao Projecto de Desenvolvimento Educativo	71
Ficha 20 – Ficha de apoio Técnico Pedagógico	71
Ficha 21 – Ficha de Avaliação de Actividades	72

Índice

Palavras -chave

Índice de figuras	i
Índice de fotografias.....	ii
Índice de quadros	iii
Índice de fichas.....	iv
Capítulo 1 – Introdução.....	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Motivação	3
1.3. Objectivos do trabalho	6
1.4. Contributos para novas orientações metodológicas do professor.....	7
1.5. Estrutura do Trabalho	8
Capítulo 2 – A Sociedade da Informação e a Biblioteca Escolar	12
2.1. Sociedade da Informação: contexto actual.....	12
2.1.1. Introdução – qual a sua influência no processo ensino-aprendizagem?	12
2.1.2. A escola dos nossos dias: situação actual e perspectivas	14
2.1.3. Competências exigidas aos professores	21
2.1.4 Competências exigidas aos alunos	26
2.1.5. Onde e como aceder à informação?	30
2.2. Século XXI – perspectivas futuras.....	33
2.2.1. Introdução – que cidadãos pode a actual escola formar?	33
2.2.2 A Biblioteca Escolar como mediadora entre os conteúdos disciplinares e as Tecnologias da Informação e da Comunicação.....	35
2.2.3. Como efectuar a Gestão da Informação na Biblioteca Escolar	37
2.2.4. A Rede das Bibliotecas Escolares.....	46
2.2.5. O papel do Professor/Coordenador da equipa da Biblioteca Escolar	57
2.3. Sumário	73
Capítulo 3 – A nova Biblioteca Escolar	74
3. O potencial da nova Biblioteca Escolar	74
3.1. Introdução – Como formar potenciais utilizadores das bibliotecas públicas e bibliotecas universitárias através da biblioteca escolar?	74
3.2. A importância das TIC e a Biblioteca Escolar.....	77
3.3. A Rede de Leitura Pública	79
3.4. A Rede Universitária.....	86

3.5. A importância do E-Learning na formação de utilizadores da Biblioteca Escolar	89
3.6. Sumário	93
Capítulo 4 – Apresentação do caso de estudo	94
4. Caracterização contextual da: Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho da Figueira da Foz.....	94
4.1. Enquadramento Geográfico, Económico-Social e Cultural do meio.....	94
4.2. Caracterização da Escola.....	97
4.3. Metodologia utilizada na recolha da informação	101
4.3.1. Objecto de Estudo: a Biblioteca Escolar.....	101
4.4. Sumário	106
Capítulo 5 – Análise do estudo de caso	107
5.1. Caracterização do caso de estudo	107
5.2. Análise dos dados obtidos.....	116
5.3. Comentário crítico ao caso de estudo	131
5.4. Sumário	139
Capítulo 6 – Conclusão	140
6.1. Introdução.....	140
6.2. Conclusão.....	140
6.3. Trabalho a desenvolver	142
6.4. Recomendações.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	144
ANEXOS.....	158
A – Glossário Geral	159
B – Documentos de apoio	169

Capítulo 1 – Introdução

“A Informação e Gestão da Informação são mais do que simples materiais e técnicas de manuseamento com que as bibliotecas lidam, são corpos de conhecimento independentes e estruturas sofisticadas que estão no coração de uma indústria – a indústria da informação – e de central importância para a maioria dos aspectos da vida – a Sociedade da Informação”

Ray Prytherch

1.1. Enquadramento

Esta proposta de trabalho enquadra-se no âmbito da Gestão da Informação no campo educacional, tendo como parte integrante o estudo de caso da Biblioteca Escolar aplicando as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na sua gestão e funcionamento. O trabalho pretende constituir-se como uma reflexão ao processo de gerir informação dentro de uma Biblioteca Escolar e verificar o seu contributo para o cidadão na actual Sociedade da Informação.

A Sociedade actual é alvo de uma constante alteração preconizada pelas alterações decorrentes da proliferação e excesso de informação, da actividade excessiva, solicitação dos meios de comunicação e da evolução no campo tecnológico. Estamos perante uma sociedade onde os dados contidos na informação se tornam indispensáveis no processo de aquisição de conhecimento e que exige ao cidadão novas competências em determinados domínios.

Vivemos num mundo transformado em aldeia global onde a realidade mundial se torna cada vez mais presente as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Questiona-se hoje se a globalização não vai quebrar as tradições culturais uma vez que as coordenadas de tempo – “que indica a capacidade de reacção, a demora para a tomada de decisão ou acção, deixa de ser medida nas tradicionais unidades de tempo, pois cada indivíduo, pelas suas características possui um tempo próprio de reacção, de aprendizagem e, claro está de criação.” e de espaço – “entendido como proximidade e facilidade de alcance. A distância é actualmente optimizada pela sequência de acção, isto é mede distâncias em

função da sua proximidade e actuarmos em conformidade” (GOUVEIA, Luís Borges, 2001) são postas em causa devido ao impacto do digital.

A Sociedade da Informação é já uma realidade com que temos de coabitar diariamente e há que então a saber interpretar através de orientações que possibilitem o seu entendimento e assim conseguir chegar ao conhecimento do mundo que nos rodeia. Numa época em que as redes e globalização dominam o mercado económico existe a necessidade de formar indivíduos com competências para a competitividade do mercado. A sobrevivência dos indivíduos e das organizações está dependente da aquisição e produção contínuas do conhecimento. Para isso necessitam de desencadear processos comunicacionais e assegurar transferências permanentes de uma matéria-prima chamada informação.

Os sistemas e serviços de informação em rede conformam uma alteração essencial no ambiente de funcionamento das bibliotecas e o documento tipográfico perde definitivamente o monopólio dos processos formais de transferência da informação.

O papel desempenhado pelas bibliotecas tradicionais realizado ao longo dos séculos de conservação e preservação de documentos é agora posto em causa e a Biblioteca Escolar deve facilitar a colaboração educacional e favorecer a aprendizagem através da difusão selectiva da informação que vá de encontro às necessidades dos utilizadores. Deve permitir que a informação possa circular mais rapidamente originando assim efectivas possibilidades de investigadores, docentes, discentes e alunos poderem colaborar mais facilmente em termos educacionais. A Biblioteca Escolar surge assim como uma aliada que com a sua pluralidade documental consegue perspectivar e relacionar o conhecimento humano. O próprio processo de aprendizagem é influenciado positivamente pela disponibilização e reprodução facilitadas de documentos.

As bibliotecas, nomeadamente a Biblioteca Escolar “são meios para fins vitais, os da difusão do conhecimento e informação, a conservação dos registos da cultura e civilização e a elevação e manutenção da qualidade intelectual e da vida social” (BUCKLAND, Michael, 1992). A postura para as bibliotecas no mundo actual passa pela inovação que se tem de alicerçar em tendências evolutivas do

mercado de informação a longo prazo e passa pela adopção de novas ferramentas de gestão de apoio à decisão. A informação enquanto material de apoio à decisão e à acção está sujeito à contextualização que lhe vá dar valor e utilidade. A importância da informação é questionada assim em contexto próprio tendo coordenadas de tempo e espaço que possibilitem conferir grau de importância consoante o utilizador dessa mesma informação.

O conceito de educação ao longo de toda a vida (Lifelong Learning) ganha cada vez mais impacto, sendo considerado um desafio que não se pode deixar esmorecer, se não quisermos fechar a porta de acesso ao mundo actual que nos rodeia em pleno século XXI, “O Homem constrói-se à medida que se constrói a sociedade, animado tal como ela de dinâmicas vivas.” (PATROCINIO, Tomás, 2002). A escola depara-se assim com um desafio permanente de alterar mentalidades e comportamentos e promover competências de cidadania que vão de encontro às necessidades específicas nestes domínios devendo promover um diálogo constante com o exterior e assimilar toda a informação para poder transformá-la e aproveitá-la em saber que dê acesso ao verdadeiro conhecimento. “Está em causa a necessidade de favorecer a evolução da escola de um sistema de repetição de informações para um sistema de produção de saberes, capaz de integrar as diferenças, valorizando e incentivando o acréscimo da diversidade interna, entendida como uma riqueza e não como um obstáculo à acção didáctica” (CANÁRIO, Rui, 1998).

Torna-se assim relevante efectuar uma correcta Gestão da Informação para que se possa ir de encontro às necessidades da actual Sociedade da Informação.

1.2. Motivação

A constante mutação da Sociedade Contemporânea origina novos estilos, novas tendências e novas formas de vida. O ser humano está sujeito a uma autêntica revolução digital que provavelmente o conduzirá para novos rumos em ambientes totalmente diferentes dos caminhos até aqui percorridos. Assistimos hoje, a uma fase de mudanças de mentalidades com a consequente mudança nos

processos de aprendizagem, devendo esta formação acompanhar o indivíduo ao longo de toda a sua vida.

O processo de construção de competências para a Sociedade da Informação é essencial para promover um salto qualitativo no plano da educação e formação dos cidadãos, exigindo medidas para o uso das redes electrónicas tais como a criação de bibliotecas digitais, novas formas de difusão do património cultural e uma estratégia de equipamento acelerado da Escola e da mudança para a Era digital.

As Tecnologias de Informação e da Comunicação trouxeram novas estratégias de difusão da informação e novos modelos de comunicação, alterando as atitudes e o comportamento humano face ao ensino.

O acto de ensinar deve assim ser encarado como uma arte, um estado de espírito permanente que torna no verdadeiro professor aquele que se preocupa essencialmente com a inovação no campo da aprendizagem rumo à construção do proporcionar as condições para o “saber fazer” e promover o conhecimento a adquirir por parte dos seus alunos. *“Cabe ao professor transmitir ao aluno o que a humanidade aprendeu já acerca de si mesma e da natureza, tudo o que ela criou e inventou de essencial” (DELORS, Jacques, 2001).*

Os problemas que afectam a Educação em Portugal exige assim que se encontrem respostas e soluções orientadas para a superação do atraso que as estatísticas nacionais apresentam e permitam aos jovens criar condições para que possam prosseguir a sua formação em domínios mais tecnológicos e profissionais de forma a estarem mais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho da actual Sociedade da Informação, sendo a Biblioteca Escolar uma das soluções dentro da própria escola para incentivar um novo modelo de ensino-aprendizagem, motivador sem dúvida do sucesso educativo. A Biblioteca Escolar passa assim a constituir um espaço privilegiado de temas de discussão tais como: inovação educacional; TIC e formação; cidadania e valores democráticos; competitividade e mercado de trabalho.

Pode-se considerar a Biblioteca Escolar como sendo um lugar exploratório do Universo actual da informação e tornando-a o elo de ligação entre a comunidade escolar e o meio exterior. Cumpre assim o papel de recolha,

tratamento e difusão de informação documental, incorporando-lhe um valor acrescentado que tem em vista satisfazer necessidades de informação e formação de uma população-alvo determinada: alunos, docentes e funcionários. A aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de competências vocacionais, a capacidade de uma cultura de participação e responsabilidade estão na base de uma oferta de educação de qualidade e de combate ao insucesso e abandono escolar.

O desafio da Escola do futuro está na capacidade de formar cidadãos capazes de cooperar e inovar para o produto, tratamento e difusão da informação que vá de encontro às necessidades específicas da conjuntura sócio-económica externa à escola, sendo a Biblioteca Escolar o recurso essencial na concepção, planeamento, gestão, cooperação e divulgação de informação documental e boas práticas de cidadania, para dar cumprimento ao princípio da transversalidade curricular promovido pelo actual modelo de inovação educacional.

A Biblioteca Escolar é vista como promotora de competências de gestão de percursos de exploração para o tratamento, análise e divulgação de informação de complemento aos conteúdos programáticos propostos defendidos pelo Ministério da Educação.

Apesar de já haver linhas orientadoras no campo das Bibliotecas Escolares com a criação do documento orientador reflexo do Grupo de Trabalho criado pelos Despachos nº 43/ME/MC95 de 29 de Dezembro e n.º 5 ME/M/ 9 de Janeiro de 1996 sobre a necessidade da criação de uma Rede de Bibliotecas Escolares ainda existe uma grande lacuna ao nível da Gestão da Informação, recursos humanos e funcionamento da nova Biblioteca Escolar.

É comum a referência à designação de Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, ensino à distância, mas não no novo conceito de Biblioteca Escolar e como ela deve ser encarada num modelo de inovação educacional.

Existe legislação específica na área das Bibliotecas que não é conhecida pelo meio escolar, assim como existe legislação educacional que não é conhecida pelas Unidades Documentais, devendo ser privilégio a ligação da escola à Comunidade também no âmbito das Unidades Documentais.

“A consciência dos desafios e oportunidades a Sociedade da Informação tem vindo a ganhar cada vez mais importância na sociedade portuguesa. Contudo são ainda muito numerosas e importantes as tarefas que faltam realizar para que o país possa ocupar um lugar de vanguarda na nova sociedade global, baseada na informação e no conhecimento, em que um dos suportes é a interconexão por redes electrónicas digitais à escala mundial. Um dos desafios consiste em acompanhar os nossos parceiros da União Europeia, assim como as restantes economias mais desenvolvidas do mundo, na transferência dos benefícios da Sociedade da Informação para os cidadãos” (Livro Verde para a Sociedade da Informação, 1997).

Torna-se necessário promover junto dos alunos o gosto pelo tratamento da informação, pois só assim se pode promover o acesso ao conhecimento e contribuir para a criação de uma sociedade mais bem informada e consequentemente mais competitiva.

1.3. Objectivos do trabalho

Na Escola cada Biblioteca deve ter um espírito aberto às Tecnologias da Informação e da Comunicação e promover o acesso à informação para fomento dos valores de cidadania.

Espera-se alcançar com este trabalho não só a análise de um estudo de caso que corresponde a uma realidade concreta, mas também contribuir para a criação de um guia que sirva de ferramenta pedagógica às escolas e fomenta um novo espírito e dinâmica nas Bibliotecas Escolares, uma vez que são elas que contribuem para a formação de futuros leitores das Bibliotecas Públicas e Universitárias e podem facultar o acesso à informação – fonte de conhecimento e material de trabalho na actual Sociedade da Informação.

Pretende-se assim com este trabalho:

- Reflectir sobre o papel que a Biblioteca Escolar deve ter na Escola apoiada quer pelos Professores, quer por Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação

- Salientar a importância que a Gestão da Informação tem para se poder cooperar e operar em rede
- Sensibilizar para a necessidade de formar futuros utilizadores das Bibliotecas Públicas e Universitárias com capacidades de aceder à informação documental através das TIC
- Contribuir para criar Serviços de Referência com qualidade dentro das organizações educacionais
- Criar um guia de competências no âmbito das Bibliotecas Escolares
- Efectuar o estudo de caso de uma Biblioteca Escolar

1.4. Contributos para novas orientações metodológicas do professor

Tendo como referência já algumas das orientações metodológicas que fazem parte do perfil profissional do professor tais como o planificar e expor conteúdos programáticos, surge hoje em dia a importância de redefinir competências chave para que o professor possa agir de acordo com as mutações emergentes da Sociedade da Informação.

As competências chave são aquelas que surgem e vem proporcionar a autoformação; *“As competências de terceira dimensão são assim agrupadas em quatro categorias distintas: comportamentos profissionais e sociais; atitudes que se distinguem em três níveis: as atitudes relacionais e de comunicação que se manifestam em relação com os outros; as capacidades relativas à auto-imagem; as capacidades de adaptação e de mudança; as capacidades criativas e as atitudes existenciais ou éticas”* (PATROCÍNIO, Tomás, 2002).

Deve-se por isso promover um conjunto de orientações que possibilitem a flexibilidade, a adaptabilidade, a autonomia, a responsabilidade, a abertura a novas ideias, a análise e diagnóstico das necessidades de informação e posteriormente proceder à sua avaliação.

Pretende-se então estabelecer determinadas orientações metodológicas que venham reforçar o papel que o professor tem na actual sociedade de aprendizagem com o objectivo de contribuir para:

- A Formulação de novos objectivos educacionais como a capacidade de obter, lidar, tirar partido da informação existente, estimulando a capacidade de identificar, formular e construir soluções para diversos problemas de estudo.
- Uma Postura optimista em relação às TIC, estabelecendo contactos entre a cultura técnica e a cultura humanista, negando o valor de soluções puramente técnicas como consequência do uso das novas tecnologias.
- A Adopção de uma metodologia activa e de incentivo perante os alunos no que diz respeito à utilização das TIC, nomeadamente na pesquisa de informação em bases de dados, análise, avaliação e selecção de conteúdos informativos para apresentação de trabalhos escolares.
- A Articulação da formação na sala de aula com a inovação educacional na Biblioteca Escolar, promovendo também contactos regulares com as Unidades Documentais exteriores para a cooperação e integração em redes locais, nacionais e internacionais, assim como a realização de visitas de estudo e sessões de trabalho prático no intuito de ligar a escola ao mercado de trabalho.

1.5. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho é desenvolvido em duas partes:

A primeira parte começa por fazer uma abordagem teórica sobre determinados conteúdos ligados à Educação e à Biblioteconomia em que se procurou efectuar uma exploração documental exaustiva nestas áreas.

Procurou-se efectuar um retrato da realidade actual, assim como das perspectivas futuras decorrentes da Sociedade da Informação, tendo em atenção as mutações daí decorrentes que fazem com que haja uma necessidade emergente de efectuar reformas no ensino secundário nos vários sectores: regular ou modalidade geral de educação escolar (de acordo com a proposta de reforma da Lei de Bases do Sistema Educativo), recorrente, profissional e artístico

com o objectivo de colmatar determinadas competências nos cidadãos para poderem fazer face às necessidades de mercado de trabalho e de lazer decorrentes da actual Sociedade da Informação.

Procurou-se salientar a importância que a Biblioteca Escolar tem no coração da escola como meio de impulsionar e preconizar o acesso à pesquisa, tratamento e difusão de informação significativa para o utilizador.

É de notar a importância do seu contributo para fomentar o gosto por este local nos potenciais utilizadores das Bibliotecas Públicas e das Bibliotecas Universitárias. Numa altura em que as Tecnologias da Informação e da Comunicação imperam torna-se necessário analisar também o contributo que o e-learning pode ter para o Serviço de Referência de uma Biblioteca incluindo o da Biblioteca Escolar.

Numa segunda parte teve-se como objectivo efectuar um estudo de caso que permitisse ilustrar a realidade vivida numa Biblioteca de uma Escola do Ensino Secundário, analisando as várias transformações ocorridas ao longo do processo de mudança e inovação decorrentes da adesão à rede das Bibliotecas Escolares e no processo de Gestão da Informação.

Desta forma o texto está estruturado em seis capítulos. O capítulo 1 introduz o enquadramento e contexto do trabalho, assim como os objectivos e a justificação da escolha deste tema sobre o contributo da Biblioteca Escolar para o Ensino/Aprendizagem.

O capítulo 2 pretende efectuar uma abordagem da situação actual da escola do ensino não superior com destaque para o Ensino Básico de níveis 7º, 8. e 9º ano de escolaridade e o Ensino Secundário nas suas várias diversidades: regular ou modalidade geral de educação escolar de recorrente profissional/tecnológico e vocacional/artístico. Optou-se por analisar o segmento de ensino que vai do 7º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade uma vez que é um segmento de ensino não superior que por vezes é descurado e torna-se um dos nichos mais importantes de formação dos jovens no nosso país, pois muitas das vezes os cidadãos apenas ficam ou com nove anos de escolaridade (actualmente escolaridade básica mas em vias de ser reformulada para que venha a ser até ao 12º ano) o que faz com que se deve investir na formação de competências neste

nível de ensino. Procura-se também neste capítulo analisar as alterações de perfis quer de professores, quer de alunos decorrentes das mudanças tecnológicas ocorridas na actual Sociedade da Informação. Por fim procurou-se neste capítulo sensibilizar para a importância de saber hoje em dia em aceder à informação. Como efectuar uma pesquisa e analisar o seu conteúdo, salientando a importância que os meios de comunicação têm na ligação mundo/meio escolar. É de referir ainda que neste capítulo pretendeu-se estruturar a tipologia dos documentos e salientar o papel que o documento digital tem no acesso ao mundo global salientando assim o papel que a Biblioteca Escolar deve ter na ligação escola/meio. Procurou-se também analisar a importância de uma correcta gestão da informação nas organizações assim como os vários circuitos inerentes ao processo documental dentro de uma biblioteca. A importância das redes também é aqui tratada, salientando – se o papel que a Rede de Bibliotecas Escolares tem no nosso país contribuindo para a qualidade, inovação e eficiência de serviços na própria escola e na ligação com a própria escola.

O Capítulo 3 procurou analisar como é que sistemas de informação e a prestação de serviços de gestão organizacional utilizando as Tecnologias da Informação podem contribuir para criar serviços mais dinâmicos e activos na Biblioteca Escolar e assim contribuir para formar cidadãos mais exigentes e competitivos, futuros utilizadores das Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Universitárias. Pretendeu-se analisar a importância da criação de redes em Serviços de Biblioteconomia que possibilitem rentabilizar o acesso à informação e disponibilizar esses conteúdos aos utilizadores. É neste seguimento que se faz também uma análise do contributo do e-learning e das suas vantagens e desvantagens na actual Sociedade de Informação com especial relevância para a importância da criação de serviços em linha de Bibliotecas Escolares que disponibilizem informações e catálogos de pesquisa aos navegadores destas auto-estradas da informação.

O Capítulo 4 procurou efectuar a caracterização do estudo de caso – a Biblioteca Escolar da Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho da Figueira da Foz. Inicia-se com uma breve caracterização

geográfica, económico-social e cultural do meio, seguindo-se posteriormente a caracterização da escola assim como da respectiva biblioteca.

No Capítulo 5 pretendeu-se proceder a uma análise dos dados recolhidos ao longo de um ano lectivo em que se procedeu a uma observação directa sobre os meios e os alvos a analisar, assim com a uma investigação indirecta que utilizou instrumentos de recolha e análise para efectuar uma avaliação diagnostica desta estrutura departamental da Biblioteca Escolar dentro de uma organização educacional.

No Capítulo 6 procedeu-se à conclusão e análise do levantamento documental efectuado, assim como às conclusões do estudo de caso, estabelecendo-se algumas directrizes de orientação e pistas de trabalho para posteriormente ser possível efectuar uma continuidade no estudo da Gestão da Informação nas Bibliotecas Escolares.

A Gestão da Informação deve acompanhar sempre o processo de ensino/aprendizagem ao longo da vida da Escola uma vez que só organizando e gerindo todos os recursos documentais existentes na escola é que se pode produzir informação que permita conhecer a realidade escolar. Uma das melhores formas de conhecer a História de uma escola é através do uso que se faz da Biblioteca Escolar. A Biblioteca Escolar deve estar no coração da escola e permitir que a informação circule internamente e exteriormente. Este trabalho pretende assim ao longo dos seis capítulos ser uma reflexão e uma motivação para todos aqueles que diariamente lidam com os jovens nas escolas portuguesas e tem a seu cargo a mais dura, mas também a mais fascinante tarefa de ensinar aquilo que nos apaixona no nosso mundo globalizado – a informação.

Em plena Sociedade da Informação o professor, antes de mais, é um coordenador de percursos de vida que pode marcar a diferença todos os dias ao formar jovens muitas das vezes votados ao insucesso escolar, tornando – se a Biblioteca Escolar um recurso essencial na formação dos jovens. Este trabalho permite contar uma realidade vivida quotidianamente e acima de tudo ser um possível guia para todos aqueles que estão a trabalhar actualmente ou que possam vir a estar a trabalhar em Bibliotecas Escolares.

Capítulo 2 – A Sociedade da Informação e a Biblioteca Escolar

2.1. Sociedade da Informação: contexto actual.

2.1.1. Introdução – qual a sua influência no processo ensino-aprendizagem?

**“Recuso-me a pensar no futuro;
ele chega depressa de mais”**

Albert Einstein

Actualmente assistimos à plena globalização de serviços, produtos e demais actividades e questionamos se estamos preparados para os receber, aceder, seleccionar e infiltrar no nosso organismo tanta informação que nos bombardeia de todo o lado através dos meios de comunicação. Vivemos diariamente como se o dia não tivesse sossego e a informação chegasse sem demora sem que a consigamos absorver. Sentimos que há algo mais de que necessitamos, mas por vezes procuramos no escuro sem saber como interrogar o porquê das coisas. Hoje mais do que nunca torna-se necessário saber como agir, como absorver a informação, como podemos tornar as nossas vidas com mais qualidade. Torna-se imperativo não só o saber por si mesmo, mas o saber fazer e o saber viver em sociedade. *“Pensar no futuro é, na maior parte dos casos, tentar os silogismos da acomodação, no refúgio das faltas certezas, dos progressismos de fachada. O futuro não se pensa, ousa-se. Ele está ali à porta. Estendamos para ele a mão “* (MARTINS, Fernando, webmaster da edição on-line do Jornal de Notícias).

A Sociedade da Informação é hoje uma realidade que temos de encarar como um compromisso diário para o resto nas nossas vidas e desde pequenos que nos deparamos com a televisão, a rádio, os computadores, enfim a ligação a um mundo que tem tanto de fascinante e misterioso como de desagradável e esgotante. É preciso então saber lidar com a informação, gerir essa informação para que esta venha a proporcionar o verdadeiro conhecimento. Conhecimento esse que funciona com coordenadas de espaço, tempo e necessidade de ocasião, pois nem toda a informação serve para todo o tipo de situação. A informação vive em função do seu utilizador e subsiste enquanto for necessária à

concretização de um plano pré-definido, de um objectivo estruturado mas não consumado. Só após este procedimento de acção na informação e avaliação da mesma é que podemos validar o conhecimento. O livro Verde para a Sociedade da Informação refere a dado passo que a vida nas sociedades de hoje exige de todos e de cada um a capacidade de captar, transmitir e processar dados disseminados num espaço cada vez mais global e mais facilmente acessível, transformando-os em formação e em saberes pertinentes, capazes de tornar inteligíveis os diversos cenários e trajectórias de evolução possível nos percursos pessoais e colectivos. A Sociedade da Informação exige assim novos conhecimentos e novas práticas e obriga a um esforço de aprendizagem permanente. Cresce assim um pensamento por possibilidades que conduz naturalmente a um esforço de diversidade e da individualização, ao invés da uniformidade e da massificação tornando o indivíduo o factor mais importante que possibilita a passagem da informação ao conhecimento.

A maioria dos países debate-se actualmente com o problema da requalificação dos seus sistemas educativos fruto de décadas de expansão da escolaridade. O grande desafio é, pois o de combater a massificação que tem acompanhado o processo social de alargamento da escolaridade, pugnando pela diferenciação e diversidade de processos e meios de forma a garantir não só uma educação de qualidade a todos, como possibilitar que cada indivíduo vá tão longe quanto pode e deseja. A Sociedade da Informação e as novas tecnologias podem representar um importante contributo para esses desafios, na condição, porém de serem postas ao serviço da diversificação e individualização das aquisições escolares. “ *A Sociedade da Informação exige uma contínua consolidação e actualização dos conhecimentos dos cidadãos. O conceito de educação ao longo da vida deve ser encarado como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões e das suas capacidades de discernir e de agir* “ (Livro Verde para a Sociedade da Informação, 1997). O conhecimento é a essência do indivíduo e reflecte-se exteriormente nas competências de inter agir em plena Sociedade em mutação.

2.1.2. A escola dos nossos dias: situação actual e perspectivas

**“Ensinar e Aprender podem ser vistas hoje em dia
como duas faces da mesma moeda”**

Joaquim Borges Gouveia

A escola e a vida em ligação permanente na actual Sociedade da Informação assumem-se com uma necessidade básica no processo de aquisição de conhecimentos que possibilitem a vivência no mundo globalizado. O mundo está a mudar rapidamente é preciso investir com qualidade na mudança de mentalidades, pois só assim se podem formar cidadãos activos e construtivos de um “novo saber” e “saber fazer”.

Ao longo de décadas a escola foi um local por excelência de formação onde não se tinha a possibilidade de questionar nem certos conteúdos nem a maneira como estes eram leccionados. O aluno acedia ao conhecimento pré-programado e expositivo por parte do professor.

No século XX houve vários modelos de administração escolar sendo as diferenças entre uns e outros por vezes de simples pormenor, no entanto a história da educação de cada país representa sempre a evolução da sua própria estrutura e vida política. As transformações ocorridas no nosso sistema educativo permitem compreender dimensões essenciais da evolução que ele sofreu ao longo do século XX.

No tempo do regime ditatorial em Portugal a autoridade concentrava-se numa pessoa só, um reitor ou um director nomeado pelo Ministério da Educação tendo até à década de 60 acreditava-se na conveniência de haver uma Educação Básica de 4 a 6 anos, pois não se precisava de ter uma população com formação suficiente que viesse a colocar em causa o poder político.

A educação num País é uma arma política e é o reflexo do poder político. Neste período favorecia-se o ensino do apenas saber ler e escrever; não à articulação de informações e consequentemente ao questionamento do conhecimento e do que se passava no mundo. Até porque as barreiras quer políticas, quer logísticas não permitiam que houvesse uma população com

competências para além daquelas que eram necessárias para efectuar um trabalho no sector essencialmente primário. A educação formal proferida nas escolas era assim privilégio de apenas alguns.

A grande mudança surgiu com a democracia após o 25 de Abril de 1974. Em síntese, o que fez a diferença foi a maneira de encarar a autoridade. Com a democracia, a autoridade passou a ser partilhada por vários órgãos colegiais que assumem os seus cargos na sequência de eleições livres.

De uma maneira geral, as pessoas reconhecem o valor da Democracia, já não aceitariam outro sistema e a ideia de uma Direcção de Escola imposta pelo Ministério da Educação seria rejeitada. No entanto, em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando surgem problemas graves de indisciplina ou de insegurança, acontece evocar-se com nostalgia a época dos reitores e directores. Esse saudosismo merece uma reflexão. A escola reflectia o mundo a que pertencia, um mundo sob controlo, fortemente hierarquizado, em que havia regras nítidas e sanções que lhes correspondiam. E mesmo para as situações em que não havia uma regulamentação explícita, certas infracções ou fugas ficavam sujeitas ao peso da reprovação social que era muito desencorajador ou até inibitório. Nesse tempo, havia padrões de comportamento para cada grupo. Os estudantes não eram excepção. Formavam um grupo específico que se desejava “uniformizado”. E essa uniformização passava, por exemplo, pelo uso obrigatório da bata no caso das raparigas, pelo uso obrigatório de gravata no caso dos rapazes que frequentavam o liceu, pela proibição absoluta de usar calças no caso das raparigas e de deixar crescer o cabelo no caso dos rapazes.

O período de 70 a 85 é marcado pela grande viragem em favor da generalização do acesso à Educação. Encerrando o período de normalização iniciado com o primeiro Governo Constitucional em 1976 a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 vai abrir um novo período na política educativa nacional centrado no propósito de proceder, de uma forma global à reforma do sistema educativo.

Em 1986 com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia e com as políticas de desenvolvimento económico adoptadas pelo governo português no poder neste período fizeram com que Portugal pudesse investir na Educação em

grande parte graças aos fundos estruturais vindos dos Quadros Comunitários de Apoio. A reforma preconizada por Veiga Simão fez com que o Ensino Básico passa para nove anos e que houvesse uma preocupação em dar formação e em instruir uma população carente de conhecimentos básicos em vários domínios.

No entanto só em 89/93 é possível realizar investimentos diversificados para os quatro níveis de ensino: Pré-Escolar, Básico, Secundário e Superior. Ressurge também neste período o Ensino Profissional com a criação das escolas profissionais a maior parte dela de carácter privado criadas com Fundos Monetários Europeus e o ensino tecnológico quase extinto após o 25 de Abril de 1974.

Procurou-se solucionar um problema que estava a começar a dar os seus sinais de perigo iminente uma vez que todos os cidadãos devem ter formação, contudo nem todos os cidadãos são iguais assim como as necessidades de mercado são diferentes.

Tornava-se necessário proceder a uma reformulação do sistema de ensino para todos fruto da massificação do ensino proveniente do nascimento da Democracia em Portugal.

A partir de 95 o poder político preconizou a “paixão” pela Educação, no entanto e citando Luís Valadares Tavares: “O ciclo de 1995-2001 é marcado pela manutenção das dinâmicas anteriores de crescimento, alimentados por orçamentos crescentes para a Educação, o que atesta a boa fé e o cumprimento das promessas por parte do primeiro responsável político, mas também a ausência de visão sobre as alterações qualitativas a empreender” (TAVARES, Luís, 2003).

Hoje assiste-se à mudança de mentalidades decorrente da própria estrutura da Democracia numa Era de Sociedade da Informação. A Escola dos nossos dias confronta-se com uma grande heterogeneidade social e cultural, isto é, devido à democratização do ensino a escola é heterogénea, plural e multicultural, tanto a nível dos professores como dos alunos e seus contextos torna-se necessário efectuar reformas educativas com o objectivo de conseguir estipular planos e metas a atingir no campo educacional que possibilitem uma formação de acordo

com os padrões actuais de necessidades de competências para os vários domínios da realidade social em que vivemos.

Neste sentido é necessário encontrar práticas pedagógicas para que todos os alunos sejam bem sucedidos. “A Escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos para a Sociedade da Informação e deverá ser um dos principais focos de intervenção para garantir um caminho seguro e sólido para o futuro” (Dias Coelho, 1997).

A Sociedade da Informação não pode gerar novas exclusões sociais ou acentuar as já existentes. A escola pode e deve ser o principal espaço deste paradigma. Com espaço de liberdade deve estimular o diálogo na diversidade, a partilha de recursos de informação e promover a interdisciplinaridade entre conteúdos disciplinares e o mundo em que está inserida.

Deve contribuir para a formação e a afirmação de cada pessoa, povo ou cultura. A idade, o sexo ou o nível sócio-económico não devem ser limites ou obstáculos no acesso e usufruto da Sociedade da Informação. *“Só uma navegação conjunta de pais, professores e adolescentes pelos oceanos da informação, da comunicação e do conhecimento e sobretudo da vida pode alcançar um sã equilíbrio neste presente conturbado” (MARQUES, 1998).*

Uma Sociedade em constante mudança coloca um permanente desafio ao sistema educativo. A perspectiva de que a vida do indivíduo se reparte em duas fases, vida escolar e vida profissional deixou de fazer sentido no contexto actual, dado que a educação e a formação se tornaram uma necessidade constante e em muitas situações as pessoas têm de se submeter a nova formação e reconversão. Por isso o investimento nos recursos humanos é fundamental para uma economia de sucesso e para o equilíbrio social.

A União Europeia apostou ser na década de 90, a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica a nível mundial e para o conseguir terá que investir fortemente nas TIC e na Educação. *“Fazer de cada Europeu um empresário do conhecimento e de cada estabelecimento de ensino uma empresa do conhecimento representa o sonho da conversão da Sociedade da Informação numa autêntica Sociedade Educativa na qual tudo e todos aprendem em*

permanência” (CARNEIRO, Roberto, 1997). No entanto, estamos em pleno século XXI e este objectivo continua por cumprir.

O papel do Director tende a dar lugar a um Conselho Executivo com o poder repartido pelos vários elementos de professores e ganha hoje em dia cada vez mais terreno a ideia da necessidade de haver gestores profissionais nas organizações educacionais para poder fazer face às necessidades de competitividade e qualidade das escolas em que o lucro é reflectido através das avaliações decorrentes do grau de sucesso escolar dos alunos.

Torna-se assim necessário equacionar meios físicos e humanos para qualificar o ensino e este deve ser cada vez mais gerido por objectivos previamente definidos e resultados avaliados. A escola é assim vista como uma organização com potencial humano que deve saber aplicar com competência e qualidade toda a informação envolvente do mundo que a rodeia em proveito do seu sucesso educativo.

O desenvolvimento de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento por parte da escola vem de encontro às expectativas do Estado e é uma grande aposta nacional transversal, estabelecendo medidas que visam generalizar o acesso dos portugueses aos meios de informação e de apropriação do conhecimento bem como melhorar as suas competências nesta matéria.

O Livro Verde para a Sociedade da Informação perspectiva um conjunto de medidas prioritárias que são acessibilidade e conteúdos que visam a mudança tais como: uma Escola informada uma administração pública central e local – o Estado Aberto que propicie a modernização da administração pública; Portugal digital – as fontes de informação disponíveis através da Internet: bibliotecas, museus, bases de dados, serviços e essencialmente o desenvolvimento de competências por parte dos cidadãos.

A Sociedade da Informação não pode assim reduzir-se ao conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação pois apenas estamos a falar de ferramentas de trabalho que possibilitam ao indivíduo o acesso à informação.

A escola tenderá cada vez mais a constituir-se como um elemento de “learning society”/Sociedade aprendente, onde numa visão mais alargada da comunidade educativa se reforçarão os laços com outros interlocutores como as

bibliotecas e outros centros de saber e todos os agentes sociais directa ou indirectamente envolvidos em questões educacionais.

No Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEPIII/<http://www.prodep.min-edu.pt>) no horizonte de médio prazo de 2000 a 2006 foi considerado entre os quatro objectivos gerais que presidiram à sua construção o de guiar e promover o desenvolvimento da Sociedade de Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a concretização deste objectivo destaca-se o papel fundamental da escola enquanto espaço de aquisição de hábitos de aprendizagem e de veículo de acesso às fontes de informação e ao conhecimento foi incorporado no projecto uma área estratégica de investimento neste contexto, uma medida específica para apoiar o apetrechamento informático das escolas e a aquisição de produtos educativos multimédia.

As TIC devem assim ser integradas no sistema de ensino não superior público nas suas várias ramificações bem como no sistema de educação não formal e formação inicial e contínua de professores tirando partido das suas potencialidades como elemento e factor de mudança.

A Sociedade da Informação exige uma contínua consolidação e actualização dos conhecimentos dos cidadãos. O conceito de educação ao longo da vida deve ser encarado como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões e da sua capacidade de discernir e agir. A escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos para a sociedade da informação e deverá ser um dos principais focos de intervenção por parte do poder político para se garantir um caminho seguro e sólido para o futuro da Humanidade.

”O aparecimento da Sociedade da Informação corresponde a um duplo desafio para a democracia e para a educação, estes dois aspectos estão estreitamente ligados. A responsabilidade dos sistemas educativos surge em primeiro plano: cabe-lhe fornecer a todos meios para dominar a proliferação de informação, de as seleccionar e hierarquizar, dando mostras de espírito crítico” (DELORS, Jacques, 2002).

Surgem assim, neste ano de 2003, por parte Governo Português um conjunto de reformas do ponto de vista curricular que visam acompanhar as necessidades

prementes do mercado para qualificar o tecido humano do país para que os recursos humanos sejam qualificados de acordo com a média Europeia. Torna-se urgente aplicar medidas estruturais específicas de forma a colmatar as carências mais básicas no campo da educação essencialmente em áreas tecnológicas/profissionais, assim como nos domínios das Tecnologias da Informação e Comunicação e linguísticas incluindo a língua materna. Nos dias de hoje, as Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser consideradas ferramentas de trabalho que se enquadram quer na vida pessoal, quer na vida profissional, quer nos relacionamentos com os outros na vivência em sociedade.

Surgem assim, documentos orientadores das propostas das reformas no que concerne ao Ensino Básico e Secundário de modo a criar um quadro educacional capaz de estabelecer conteúdos temáticos alusivos às necessidades reais do País.

Encontram-se em anexo as referências aos documentos orientadores das reformas curriculares.

2.1.3. Competências exigidas aos professores

**“Não é possível ensinar um Homem.
Pode-se apenas é ajudar este a descobrir por si
o que se lhe pretende ensinar”**

Galileu Galilei

O Professor deve apenas professar conhecimentos, ou orientar percursos de vida?

O futuro perspectivado de uma Sociedade da Informação e do conhecimento depende significativamente do que hoje ocorre nas escolas. As características e a qualidade da acção educativa que aí decorre, as aprendizagens realizadas, as competências e os saberes adquiridos são factores condicionantes do percurso social a realizar. A escolaridade obrigatória assume com crescente implicação todas as consequências que decorrem desta realidade.

Fala-se de competências em detrimento de posturas e práticas pedagógicas. Mas que tipo de competências são necessárias hoje para se ser professor. O próprio nome de professor é posto em causa. *Segundo Luís Valadares Tavares “Prestigiar a profissão de professor, criando quadros de estabilidade, motivação, formação e responsabilização, essenciais á sua valorização e potenciação enquanto primeiro recurso estratégico do sistema educativo” (TAVARES, Luís, 2003).* Com o desenvolvimento de novos meios de difusão, a informação deixou de ser predominante veiculada pelo professor na escola. Torna-se essencial que seja capaz de gerir informação de guiar o aluno na aquisição de conteúdos informativos que lhe possibilitem o acesso ao conhecimento. Estimular o reconhecimento da importância da informação numa sociedade cada vez mais global em contexto de mudança e de rede. O papel do professor enquanto agente de mudança, deve favorecer a compreensão mútua e a tolerância.

Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes, positivas e negativas, face ao processo de ensino-aprendizagem. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as

condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente.” *A verdadeira viagem da descoberta não consiste em ver novas terras e ideias, mas em ver com novos olhos”, Marcel Proust.* Com o desenvolvimento de novos meios de difusão, a informação deixou de ser predominantemente veiculada pelo professor na escola. Mas informação não é conhecimento e o aluno continua a necessitar da orientação de alguém que já trabalhou ou tem condições para trabalhar essa informação. Nada pode substituir a riqueza do diálogo pedagógico.

As Tecnologias de Informação e da Comunicação multiplicaram enormemente as possibilidades de pesquisa de informação e os equipamentos interactivos e multimédia colocam à disposição dos alunos um manancial inesgotável de informações. Munidos destes novos instrumentos os alunos podem tornar-se exploradores activos do mundo que os envolve. Os professores devem ensinar os alunos a avaliar e gerir na prática a informação que lhes chega. Este processo revela-se muito mais próximo da vida real do que os métodos tradicionais de transmissão do saber. Começam a surgir na sala de aula novos tipos de relacionamento.

O desenvolvimento das Tecnologias não diminui em nada o papel dos professores antes o modifica profundamente, constituindo uma oportunidade que deve ser plenamente aproveitada. Certamente que o professor já não pode, numa Sociedade da Informação, limitar-se a ser difusor de saber. Torna-se, de algum modo, parceiro de um saber colectivo que lhe compete organizar. Para habilitar o professor a assumir este novo papel, é indispensável que a formação inicial e a formação contínua lhes confira um verdadeiro domínio destes novos instrumentos pedagógicos. A experiência tem demonstrado que a tecnologia mais avançada não tem qualquer utilidade para o meio educativo se o ensino não estiver adaptado à sua utilização. Há pois que elaborar conteúdos programáticos que façam com que estas tecnologias se tornem verdadeiros instrumentos de ensino, o que pressupõe, da parte dos professores, vontade de questionar as suas práticas pedagógicas.

Além disso devem ser sensíveis também às modificações profundas que estas novas tecnologias provocam nos processos cognitivos. Já não basta que os

professores se limitem a transmitir conhecimentos aos alunos, têm também de os ensinar a pesquisar e a relacionar entre si diversas informações, revelando espírito crítico. Tendo em conta a quantidade enorme de informações que circulam actualmente nas redes digitais, ser capaz de nelas se orientar tornou-se um pré-requisito do próprio saber, a necessitar daquilo que alguns já chamam a nova alfabetização. Esta info-alfabetização é cada vez mais necessária para se chegar a uma verdadeira compreensão do real. Ela constitui, assim, uma via privilegiada de acesso à autonomia levando cada um a comportar-se em sociedade como um indivíduo livre e esclarecido.

Acima de tudo para se ser professor hoje em dia é preciso saber agir em constante mudança e diversidade de competências com o objectivo de tornar mais acessível o mundo em que vivemos aos alunos e acima de tudo levá-los a saber interpretá-lo. *“Dada a pluridimensionalidade das funções docentes, a formação deverá incluir as vertentes científica, pedagógica, didáctica e tecnológica, numa perspectiva de articulação das principais áreas de intervenção do professor, ou seja numa perspectiva transdisciplinar” (PATROCÍNIO, Tomás, 2002).*

Deve-se por isso a nível do ensino promover as aprendizagens ou saberes instrumentais básicos: a leitura e a escrita na língua materna, os conceitos e técnicas elementares da matemática e a iniciação às línguas estrangeiras; posteriormente deve-se promover as competências transversais ou seja a familiarização com metodologias de investigação e experimentação e formação nos domínios das novas tecnologias; por fim possibilitar um espaço de criatividade pessoal promovendo a formação estética e a formação ética.

Procura-se essencialmente promover a aquisição de instrumentos e ferramentas básicas que permitam o desenvolvimento de competências para a aquisição de atitudes e valores não sobre o nada, mas sim sobre conteúdos concretos.

Na actual Sociedade da Informação o Professor deve assim:

- Colaborar na concepção e exploração de projectos para a implementação de políticas e planos de acção definidas em educação para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.
- Evidenciar a importância da normalização como factor de qualidade de produtos e serviços como condição para uma ampla partilha de informação.
- Aplicar técnicas de inovação e descoberta colectiva à aplicação dos processos de documentação.
- Reconhecer o valor económico da informação na actual sociedade.
- Colaborar em acções de análise e diagnóstico de informação necessária inerente ao desenvolvimento do projecto educativo.
- Estimular o reconhecimento da importância das unidades documentais tanto para a generalidade das actividades humanas como para a preservação da memória colectiva.
- Desenvolver atitudes pró-activas enquanto profissional docente e cidadão no quadro de valores democráticos da União Europeia.
- Promover a tomada de consciência do valor da Informação e do património documental para o desenvolvimento social.
- Desenvolver estímulos para a promoção, a valorização e utilização de recursos de informação e dos bens culturais.
- Desenvolver capacidades de pesquisa, de selecção da utilização da informação, de modo crítico e autónomo, permitindo a tomada de decisões adequadas e fundamentais no âmbito das suas competências profissionais.
- Saber orientar os alunos na pesquisa de informação e aquisição de conhecimentos referindo como base as coordenadas espaço, tempo e relevância da informação de acordo com a situação.
- Estar motivado para *Lifelong Learning* e para a necessidade de ir construindo a sua formação ao longo da sua vida
- Saber avaliar os objectivos a que se propõe com espírito crítico.

O Professor em relação às TIC:

O professor deverá para além do seu currículo académico e científico, na sua área específica, ter competências básicas nas TIC devendo ter conhecimentos em quatro principais vertentes:

1. Ter atitudes positivas, numa perspectiva de abertura à mudança, receptividade e aceitação das potencialidades das TIC, capacidade de adaptação ao novo papel de professor como mediador e orientador do conhecimento face aos alunos e estimulando o trabalho em grupo.
2. Efectuar a promoção de valores fundamentais no uso das TIC, incluindo a atenção às questões de segurança/vigilância sobre a informação na Internet, as questões de direito de autor e éticas relativas à utilização das TIC.
3. Deve ter competências para o ensino/disciplina/área curricular, incluindo o modo como integrar as TIC no curriculum, conhecer e avaliar software educacional, como explorar os recursos existentes na escola, incluindo os existentes na Biblioteca Escolar, estar atento aos alunos com necessidades educativas especiais.
4. Deve ter capacidades de manuseamento das ferramentas, incluindo software utilitário e de gestão pedagógica em contexto educativo.

Assim, no projecto de perfil geral de desempenho dos professores, em plena Sociedade da Informação, deve estar definido, independentemente da sua formação de base, que lhes cabe incorporar na sua formação contínua competências em actividades de aprendizagem que integrem as TIC e promover nos seus próprios alunos competências básicas neste domínio.

2.1.4 Competências exigidas aos alunos

“Os alunos das escolas de hoje devem aprender a reunir a informação, a interpretá-la e avaliá-la, a colecioná-la e a utilizá-la. Trata-se de um objectivo universalmente procurado em pedagogia que portanto como tal deve ser tomado em consideração e servir de base de referência noutros casos”

G. Odestam

O que estudar? Informação partida formalmente professada ou informação global informalmente analisada e interpretada?

Assiste-se a um desenvolvimento significativo da informação disponível para os cidadãos. O aluno chega à escola transportando consigo a imagem dum mundo – real ou fictício – que ultrapassa em muito os limites da família e da sua comunidade. As mensagens mais variadas – lúdicas, informativas, publicitárias – que são transmitidas pelos meios de comunicação social entram em concorrência ou em contradição com o que as crianças aprendem na escola.

O tempo dispendido diante da televisão não lhes exige nenhum esforço, pois a oferta instantânea de informação proporcionada pelos *média* é-lhes mais fácil e gratificante do que o esforço exigido para alcançarem sucesso no ensino formal.

O conceito de educação deve, por isso, evoluir ultrapassando as fronteiras do espaço e do tempo ao longo do qual o aluno faz o seu percurso de escolarização, passando pelos diferentes níveis de ensino do sistema educativo, para dar lugar a um processo de aprendizagem durante toda a vida, isto é, facultando a cada indivíduo a capacidade de saber conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização: *“o domínio das tecnologias da informação na óptica do utilizador, as competências linguísticas para que as pessoas possam relacionar-se com outros espaços, competências comportamentais como saber aprender, saber trabalhar em equipa, saber comunicar, uma formação de base que permita perceber o contexto envolvente da empresa, da organização e competências técnicas para um perfil profissional de espectro largo”* (RODRIGUES, Maria João, 1995).

A formação ao longo da vida sustenta-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que se interligam e que constituem para cada indivíduo, os pilares do conhecimento (DELORS, Jacques, 2002):

Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias, o que também significa, aprender a aprender, para beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida;

Aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente, a fim de adquirir não somente uma qualificação profissional mas também competências que tornem a pessoa apta a enfrentar as mais diversas situações e a trabalhar em equipa;

Aprender a viver em comum, a fim de participar e cooperar com os outros, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes e que permite a cada um desenvolver melhor a sua personalidade, ganhar capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade.

A educação articula-se com a Sociedade da Informação, uma vez que se baseia na aquisição, actualização e utilização dos conhecimentos. Nesta sociedade emergente multiplicam-se as possibilidades de acesso a dados e a factos.

Assim, a educação deve facultar a todos a possibilidade de terem ao seu dispor, recolherem, seleccionarem, ordenarem, gerirem e utilizarem essa mesma informação. *“Os alunos devem adquirir novas competências tais como o domínio das tecnologias da informação na óptica do utilizador, as competências linguísticas para que as pessoas possam relacionar-se com outros espaços, competências comportamentais como saber aprender, saber trabalhar em equipa, saber comunicar”* (RODRIGUES, Maria João, 1995).

Uma Educação Básica capacitadora de uma cidadania plena para todos pressupõe a existência de referenciais, do conhecimento e do desempenho, de acesso universal. Estes consubstanciados num perfil de competências gerais não podem deixar de ter em conta as implicações específicas e transversais que as

TIC comportam. A escolaridade obrigatória assume, com crescente implicação, todas as consequências que decorrem desta realidade.

Pretende-se garantir que, ao finalizar o nono ano, todos os alunos sejam capazes de utilizar as TIC, nomeadamente para seleccionar, reconhecer e organizar informação para esclarecimento de situações e resoluções de problemas.

Para isso já no ano lectivo 2003/04, será introduzida com os planos curriculares a disciplina de Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação. Neste sentido, o Ensino Básico, para além da certificação global que propicia no final do 3º Ciclo, deve dispor de uma certificação básica em TIC com identidade própria, capaz de balizar as aprendizagens a realizar nestas tecnologias ao longo da escolaridade obrigatória e de certificar a sua aquisição pelos alunos. Com a Revisão Curricular do Ensino Secundário procura-se integrar saberes e competências no domínio das TIC que permitam oferecer a formação necessária a uma Sociedade da Informação e do conhecimento.

Neste domínio de ensino procura-se promover o domínio de ferramentas de Informação e Comunicação que facilitem e promovam essa integração, razão pela qual saberes e competências devem cruzar transversalmente todo o currículo.

O aluno deve assim ser capaz de:

- Utilizar fluentemente a comunicação oral e escrita.
- Saber exprimir-se correctamente em mais do que uma língua que não seja a sua língua materna.
- Estabelecer metodologias de trabalho.
- Utilizar fontes de informação disponíveis e recolher dados pertinentes à resolução de casos concretos.

- Utilizar o conhecimento adquirido para abordar situações e problemas do quotidiano.
- Conhecer a tipologia dos documentos.
- Executar operações de pesquisa em sistemas manuais e electrónicos.
- Interpretar a classificação e indexação atribuída aos documentos.
- Reconhecer os procedimentos inerentes a uma eficaz gestão dos instrumentos de pesquisa.
- Cooperar para desenvolver trabalho de grupo e espírito de cidadania.
- Ter uma atitude experimental, ética e solidária no uso das TIC.
- Ter um desempenho suficiente no manuseamento de software utilitário essencial.
- Adquirir o gosto e interesse pela auto-aprendizagem e trabalho cooperativo com as TIC.
- Explorar o Universo local com recurso ao universo global através das TIC.

Os alunos de hoje devem ser treinados para a pesquisa e tratamento correcto da informação. Por vezes perdem-se pelas auto-estradas da informação e o acesso ao conhecimento torna-se uma tarefa árdua que por vezes sozinhos não conseguem ultrapassar. Deve-se por isso, através da Biblioteca Escolar, estimular o gosto pela pesquisa e tratamento da informação, fornecendo-lhes ferramentas de trabalho onde as TIC são extremamente importantes no processo do Ensino/Aprendizagem.

2.1.5. Onde e como aceder à informação?

**“Conhecer não é suficiente, deve ser aplicado.
Querer não é suficiente, deve ser feito”**

Goethe

No mundo de hoje a informação assume um papel chave na área da Investigação e Desenvolvimento. Existe um volume crescente de informação que invade os domínios do individual, profissional e social. A chegada do século XXI vem assim marcada com algumas características: o mundo globalizado e a emergência de uma nova sociedade que se convencionou chamarem de Sociedade da Informação. A contextualização é a principal característica para a informação. Uma informação pode ser importante, ter valor, fazer sentido para uma pessoa e não causar nenhuma mudança para outra. A informação representa algo que existe. Deixa de estar nos tradicionais suportes dos quais o livro sempre teve a primazia e passa a ser algo que pode ser digitalizado, transformado em fluxo de bits, sendo dados estruturados cuja forma e conteúdos são apropriados para um uso em particular, possuindo significado contextual de utilidade e proporcionando incremento ao conhecimento estabelecido.

O progresso tecnológico actual surge principalmente como facilitador no processo comunicacional. Agora é possível processar, armazenar, recuperar e difundir informação em qualquer formato sem a interferência de factores como a distância, tempo ou volume. Sociedade da Informação é uma realidade económica e não uma abstracção. As Tecnologias da Informação aparecem ligadas não só a actividades tradicionais como a novas formas de inter agir na sociedade. Torna-se assim necessário desenvolver mais do que nunca competências neste sector. A evolução das tecnologias da informação e comunicação vem alterar substancialmente o próprio conceito de biblioteca escolar. A Biblioteca Escolar surge assim como construtora social que reflecte a visão humana do indivíduo. Na sociedade da Informação os indivíduos são fundamentais. *“O conhecimento é a moeda desta nova Era. “O conhecimento não reside apenas num livro, numa base de dados, num programa de software, pois*

estes suportes contêm apenas conteúdos informativos. É preciso analisar essa informação contida, aplicá-la, transformá-la” (DRUCKER, Peter, 2000). A sociedade da Informação coloca o indivíduo no centro de tudo e isso levanta desafios e questões de como preparar o cidadão para actual contexto social e cultural. Surge assim a questão de que tipo de educação ministrar? “ o mundo global necessita de seres humanos que tenham consciência antropológica; consciência ecológica; consciência cívica terrena e consciência espiritual da condição humana. A educação do futuro deve assim conduzir à “antropoética”. A ética deve surgir em três dimensões: uma do indivíduo, uma do social e uma da espécie humana” (MORIN, Edgar, 1998). Deve haver a noção de que formar, educar é um processo que acompanha o indivíduo ao longo de toda a sua vida e do seu relacionamento na aldeia global. Um aspecto problemático mas fundamental da cultura do nosso tempo prende-se assim com a questão da informação; a grande quantidade de informação produzida e distribuída por diferentes meios comunicacionais vem por vezes dificultar o seu acesso, identificação e utilização. Como reagir assim a esta explosão documental?

A saída encontrada pelas bibliotecas para este fenómeno foi a da cooperação. As Tecnologias da Informação passaram a ser usadas pelas bibliotecas para prover o acesso não só aos documentos da sua própria instituição, mas também aos documentos armazenados em outras bibliotecas. A Biblioteca Escolar deve também reflectir cognitivamente e valorativamente sobre a sociedade em que se insere, informando e sendo informada por ela. Considerando esta dupla vertente cabe à biblioteca não só o direito mas também o dever de contribuir activamente para a visão e o desenvolvimento dos futuros serviços de informação com qualidade para comunidade escolar. A oferta digital pode igualmente significar que a Biblioteca Escolar terá de reforçar a sua presença enquanto força agregadora de uma comunidade escolar e não só, sublinhando a sua função social. As possibilidades abertas pela Internet com os seus mecanismos de publicação directa na rede tornam o acesso ao documento digital uma mera questão de conhecer o seu endereço. No entanto a Internet não é como uma biblioteca: não existe normalização, nem classificação, tornando-se por vezes difícil a pesquisa e o acesso aos documentos.

A Biblioteca Escolar deve assim actuar de acordo com a contextualização e promover a aprendizagem incentivando o indivíduo a saber pesquisar, utilizar a informação contida nos documentos digitais em proveito da aquisição do verdadeiro conhecimento. A informação proporciona inovação também por meio da aprendizagem. A exploração da informação não é um luxo, mas uma necessidade no processo de aprendizagem na comunidade global. A própria informação assume outras tonalidades que não apenas o texto e a imagem, mas também o vídeo, o áudio e mesmo o multimédia, o que permite uma grande interacção com os objectos da biblioteca até aqui apenas imaginados tornando possível ver, ler, ouvir e até visitar. A biblioteca lida no seu próprio funcionamento diário com uma grande diversidade de documentos que são muitas das vezes produzidos a partir de conteúdos informativos provenientes dos mass media, o que faz com que tenha de saber cooperar com estes agentes difusores de saber. A Biblioteca Escolar digital traz a biblioteca ao utilizador pelo poder do computador, pela possibilidade de partilhar informação, pela capacidade de actualização, pela disponibilidade e pela emergência de novas formas de comunicação e partilha de informação. Encerra a promessa da realização de novos modelos de investigação, pesquisa e comunicação de resultados em formas diversas das actuais e capazes de congregar uma série de recursos de informação até aqui separados. Os materiais electrónicos das bibliotecas digitais implicam a que a pesquisa inclua aspectos relativos à criação, conversão, catalogação, indexação, organização e difusão deste tipo de materiais. O aspecto da normalização assume aqui particular relevo dada a multiplicidade de sistemas que tem de inter operar. Nesse sentido a adopção de normas internacionais é fundamental quer se aplique à a representação da informação electrónica, quer à sua transmissão. Para muitos a Biblioteca Escolar digital não é senão uma utopia, um sonho da razão. Para outros é e deve ser actualmente uma aspiração a alcançar que deve servir para interligar vários tipos de utilizadores e potenciais utilizadores (aderentes já das novas tecnologias) mas não ligados ao espaço físico da Biblioteca Escolar, mas sim ligados pela rede de informação global, contribuindo assim para o processo de aquisição de conhecimento – ferramenta indispensável no processo competitivo da actual Sociedade da Informação.

2.2. Século XXI – perspectivas futuras

2.2.1. Introdução – que cidadãos pode a actual escola formar?

**“Aprender pela Rede,
aprender com recurso à Rede e,
sobretudo aprender em Rede”**

Pedro Moreira de Campos

Em pleno início do Século XXI questionamos se será possível efectuar uma inovação tecnológica em áreas diversificadas do mercado de trabalho sem inovarmos na formação que a escola nos proporciona. É necessário proceder a uma reflexão sistemática de competências que o cidadão deve vir a ter para poder enfrentar os desafios do mercado de trabalho. A formação formal na escola coabita diariamente no universo dos alunos com a formação informal que invade o seu quotidiano e entra pelo seu percurso de vida continuamente sem que por vezes ele consiga decifrar essa mesma informação.

Temos aqui uma dicotomia educação formal/informal qual das duas a certa e a correcta hoje em dia?

A Educação a todos os níveis sejam eles formais ou informais tem como objectivo principal promover a formação de valores de cidadania e cooperação entre os indivíduos. *“Deve assim contribuir para o desenvolvimento cultural em todas as suas dimensões, desde a humanística à tecnológica, desde a científica à desportiva”* (TAVARES, Luís 2003)

Uma sociedade em constante mudança coloca um permanente desafio ao sistema educativo. As Tecnologias da Informação e da Comunicação são um dos factores mais salientes dessa mudança acelerada, a que este sistema educativo tem de ser capaz de responder rapidamente. A perspectiva que a vida do cidadão se reparte em duas fases, vida escolar e vida profissional deixou de fazer sentido no contexto actual, dado que a educação e a formação se tornaram uma necessidade constante e em muitas situações as pessoas têm de se submeter a

nova formação e reconversão. Por isso o investimento nos recursos humanos é fundamental para uma economia de sucesso e para o equilíbrio social.

A União Europeia apostou em tornar-se nesta década a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica a nível mundial e para o conseguir terá que investir fortemente nas TIC e na Educação. Com as reformas no sistema educativo pretende-se que haja um desenvolvimento da oferta da utilização das TIC pelos cidadãos e pelas empresas, a utilização das TIC para racionalizar e modernizar a administração Pública e a formação para a Sociedade da Informação.

No programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP III) foram consideradas algumas medidas orientadoras em torno das TIC tais como: equipar os estabelecimentos escolares de computadores; criar uma rede de serviços e comunidades educacionais; qualificar o professor através de acções de formação no que concerne à Sociedade de Aprendizagem com que lidamos hoje em dia.

É neste contexto que surge um plano que assenta numa estratégia balizada por três ideias fundamentais: a inclusão permitindo a todos os actores educativos o acesso aos equipamentos, recursos e conhecimentos essenciais das TIC, valorização aos produtos de qualidade e aos processos de projecto ao nível das instituições e das convergências que se possam estabelecer inter-instituições.

2.2.2 A Biblioteca Escolar como mediadora entre os conteúdos disciplinares e as Tecnologias da Informação e da Comunicação

**“Tu ensinas-me fantasia;
Eu procuro realidade!”**

Raul Itur

As Tecnologias da Informação e da Comunicação abrem óptimas oportunidades ao reduzir as barreiras do espaço e tempo no acesso à informação, devendo ser encaradas com ferramentas de trabalho capazes de proporcionar aos alunos daquilo que eles necessitam: não um ensino fantasioso, mas real ou seja de acordo com as necessidades que sentem para entender o mundo que os rodeia e com o qual coabitam diariamente. É assim que a Biblioteca Escolar deve funcionar: permitir ao aluno uma aproximação entre os conteúdos apreendidos nas várias áreas disciplinares e utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação serem capazes de os transpor para a compreensão e conhecimento do mundo actual. A preocupação em torno da integração da Tecnologias na realidade Educativa tem sido cada vez maior, sendo frequentemente tema em destaque em diversos fóruns internacionais.

Os programas das várias disciplinas, sempre que possível devem incorporar as TIC ao nível dos conteúdos. Com a reforma curricular a nível do Ensino e a nova proposta de Lei de Bases do Sistema Educativo que prevê o alargamento da escolaridade obrigatória de nove para doze anos procura-se entrar nas necessidades decorrentes do avanço tecnológico dos nossos dias e na necessidade de criar competências aos cidadãos nos domínios das TIC.

A integração das TIC nas várias disciplinas, conforme, os casos, assume diferentes configurações: utilização de software genérico como é o caso do processador de texto, folha de cálculo, navegador na Internet, Bases de dados, Correio electrónico; utilização de software específico das várias disciplinas, quando se justificar (nesses casos deve haver um planeamento por parte do professor do numero de aulas bem como do tipo de actividades exploratórias que possibilitem aos alunos aquisição das competências requeridas, utilização de

software genérico e específico de trabalho desenvolvido na área de Projecto/Projecto tecnológico ou em trabalhos individuais e/ou grupo no âmbito das várias disciplinas tais como a edição electrónica, o tratamento de imagem, a edição de vídeo e a edição de páginas Web; utilização dos meios de comunicação, nomeadamente, no envio e recepção de correio electrónico, no envio e recepção de ficheiros, no acesso a redes locais e Internet e na criação de páginas a alojar quer em rede local quer na Internet. Existe ainda a necessidade de criar uma disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação, disciplina de opção de oferta da escola, com programa definido a nível nacional. No Ensino Profissional e na sequência do regime jurídico das Escolas Profissionais, o Decreto-Lei nº 4/98 de 1998 procura-se fazer a integração dos saberes e competências no âmbito da TIC em todos os curricula nas dezassete áreas de formação onde se integram, quer ao nível de conteúdos quer ao nível dos conteúdos dos módulos em várias disciplinas, quer como disciplina autónoma em planos de estudos que o exijam. No Ensino Recorrente, enquanto modalidade especial de educação escolar e apresentando-se como uma segunda oportunidade de formação escolar, as Tecnologias de Informação e Comunicação surgem no âmbito dos currículos alternativos e em qualquer dos ciclos de ensino (1º,2º,3º) com novas componentes curriculares ou formações vocacionais ou pré-profissionais. No 3º Ciclo do Ensino Básico por unidades capitalizáveis, todos os programas e Guias de Aprendizagem das diferentes disciplinas e áreas apresentam uma Unidade de Informática. Torna-se extremamente importante que a Biblioteca Escolar seja vista como um local de apoio para pesquisar documentação para as áreas de trabalho tais como: Área de Projecto; Estudo acompanhado e Formação Cívica. A Biblioteca Escolar proporciona a comunicação, a cooperação e o trabalho de equipa valorizando os hábitos de cidadania. Deve por isso ser vista como uma aliada no combate ao insucesso escolar e na formação de jovens com competências para a actual Sociedade da Informação.

Encontram-se em anexo as referências aos documentos orientadores da reforma Curricular nos diversos graus de ensino.

2.2.3. Como efectuar a Gestão da Informação na Biblioteca Escolar

“É preciso proceder a mudanças efectivas nas estruturas existentes (espaços, organização pedagógica), nos comportamentos dos professores (em relação aos conteúdos e métodos de ensino) e dos alunos, (relação com o saber, tarefas e processos de trabalho), com o fim de criar situações que promovam o prazer de ler, de escrever e de investigar”

Isabel Veiga

O termo Biblioteca é um vocábulo de origem grega, composta por duas palavras, cofre e livro que significa num sentido restrito o lugar onde os livros são guardados. Embora se atribua, tradicionalmente à biblioteca uma função passiva de armazenamento de livros, onde o utilizador os consulta, certo é que a biblioteca tende cada vez mais a tornar-se num centro de recolha de informação e difusão de dados.

Os documentos, o suporte à informação têm sofrido alterações quer na forma, quer no conteúdo. Devido à grande diversidade de material impressos e não impresso que hoje circula e aos diferentes meios de acesso cada vez mais sofisticados, decorrentes da evolução das Tecnologias da Informação, os serviços prestados pela biblioteca são muito diversificados e tendem a torná-la numa instituição imprescindível a uma sociedade organizada. Um dos problemas mais recentes é a explosão documental que necessita de ser organizada e gerida de forma a fazer face aos problemas decorrentes do mundo actual em que vivemos.

A Biblioteca já não pode ser encarada apenas como um mero depósito de informações, mas um espaço aberto ao conhecimento. Se recuarmos um pouco no tempo vemos que desde muito cedo houve uma preocupação constante por parte do Homem de guardar informação decorrente da sua vivência em Sociedade. Já na Mesopotâmia foram encontrados vestígios de placas da argila com caracteres inscritos que datam de cerca do III milénio A.C. A descoberta mais importante relativa a esta época é constituída por cerca de vinte mil placas que constituíram a biblioteca do palácio de Ninive, datada do século VIII A.C. Também no Egipto foram encontrados vestígios que provam a existência de

bibliotecas, estas já reveladoras de grandes progressos, fruto da substituição das placas de argila por folhas de papiro. A escrita e, principalmente, o manuseamento dos documentos escritos passou a ser muito mais fácil. Das civilizações clássicas chegou-nos a notícia da existência de grandes bibliotecas: Atenas, por exemplo, viu a sua primeira biblioteca em 330 A.C. No século I A.C. os imperadores romanos transmitem mais um sinal do seu poder através da construção de grandes bibliotecas em Roma. É o caso da biblioteca Otaviana e da Biblioteca do Palatim, mandadas construir por Otávio César Augusto e o caso da Biblioteca Ulpiana, fundada por Trajano e que possuía a particularidade de ser constituída por dois sectores: o da literatura em latim e o da literatura em grego.

No final da Antiguidade Clássica verificou-se a substituição do papiro pelo pergaminho, o que trouxe vantagens para a escrita e conservação dos documentos. Com as invasões dos povos bárbaros e a consequente queda do Império Romano do Ocidente, as bibliotecas passaram a albergar-se nos mosteiros. Quase todos os vestígios da literatura e ciência greco-romanas foram preservados pelos monges copistas.

No século XIII, acontece na Europa um crescimento económico e um florescimento das cidades e da cultura Urbana. Consequentemente assiste-se ao nascimento das Universidades. A par das bibliotecas monásticas surgem então as bibliotecas universitárias, entregues a copistas laicos. Ao mesmo tempo diversos reis e príncipes criam as suas próprias bibliotecas, algumas delas de considerável importância. Pode-se assim constatar que a Biblioteca ao longo dos tempos sempre acompanhou a conjuntura sócio-económica da época.

As ideias Humanistas do século XVI levam à criação de um novo ideal de biblioteca. Assiste-se à formação de novas bibliotecas constituídas por grandes salas ricamente decoradas e recheadas de grande número de exemplares. Salienta-se nesta altura uma das inovações tecnológicas para a época: contributo da invenção da imprensa por Gutemberg e da difusão do papel, que tiveram como consequência imediata o aumento substancial da edição e, paralelamente, a diminuição dos custos de produção e consequentemente baixa de preços. O século XVI foi ainda palco da entrada em declínio de antigas bibliotecas monásticas, vítimas do movimento da Reforma Religiosa que assolou grande

parte da Europa. Ao mesmo tempo assiste-se à renovação e ao aumento das bibliotecas reais.

As primeiras bibliotecas modernas surgem no século XVII em Itália, Inglaterra e França. Basicamente caracterizavam-se por estarem abertas ao público de forma gratuita, com horário fixo de funcionamento. A Revolução Francesa trouxe novas modificações no panorama das bibliotecas europeias, visto que, muitas das colecções privadas fruto do esforço da acumulação e de gerações de eruditos e bibliófilos tornaram-se elementos do património nacional.

No século XIX a Biblioteca Enciclopédia deu lugar a uma diversificação e assiste-se a ao desenvolvimento de dois tipos de bibliotecas: as universitárias, especializadas e as bibliotecas populares, com fins também recreativos. Ao mesmo tempo multiplicam-se as bibliotecas. As causas deste fenómeno encontram-se directamente ligadas a uma evolução da sociedade a vários níveis, nomeadamente ao nível de um acentuado progresso que se verificou no ensino, a uma cada vez mais acelerada acumulação de conhecimentos e por fim a uma multiplicação da edição de livros e periódicos, agora com uma procura mais alargada em consequência das mudanças ocorridas. O movimento de desenvolvimento das bibliotecas ocorrido no século XIX dá um salto quantitativo e qualitativo no século seguinte: as bibliotecas transformam-se numa instituição universal e assiste-se a um grande aumento e diversificação dos utilizadores. O período após a segunda guerra mundial veio trazer à Europa e aos Estados Unidos da América uma explosão da documentação, o que teve imensas consequências no mundo de Biblioteconomia. O papel das bibliotecas deixa de ser o da recolha, organização e conservação de livros e passa a centrar-se em actividades de difusão da informação e de serviços à comunidade. A esfera do político e económico alarga-se abruptamente e com intensidade brutal ao conjunto das actividades humanas e invade também os domínios da cultura e da informação, sobrelevando o domínio político.

No âmbito de progressiva mercantização do social, a informação volve-se em recurso essencial para a geração de valor nos mais diversos campos de actividade e assume ela própria, progressivamente o estatuto de bem económico,

dando origem a um mercado específico – o mercado da informação onde penetram novos agentes.

Mesopotâmia – vestígios placas de argila Egipto – substituição de placas de argila por papiro	
Antiguidade Clássica Atenas: 330A.C – Vestígios da existência de Bibliotecas Roma: I A.C Biblioteca Otaviana e Biblioteca do Palatim – mandadas construir por Octávio César e a Biblioteca Ulpiana mandada construir por Trajano Final da Antiguidade Clássica – Substituição do papiro pelo pergaminho	
Queda do Império do Ocidente / Invasões Bárbaras: – Bibliotecas passam para os mosteiros.	
Europa	
Crescimento económico, florescimento das cidades – cultura urbana/ nascimento das Universidades	Século XIII - Bibliotecas Monásticas - Bibliotecas Universitárias
Ideias Humanistas Imprensa de Gutenberg – substituição do pergaminho pelo papel Reforma Religiosa	Século XVI Declínio Bibliotecas Monásticas Bibliotecas Reais
Reformas Liberais na Europa	Século XIX Declínio da Biblioteca Enciclopédia Bibliotecas Universitárias Bibliotecas Populares
Período Pós Guerras	Século XX Explosão Documental Biblioteca passa a ser encarada como difusora de documentação e não apenas de local de recolha e preservação de documentação

Quadro 1 – Síntese Histórica das Bibliotecas

Com o emergir da Sociedade da Informação, o direito à informação tornou-se não só um direito inquestionável, como um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa. Para que esse direito se traduza numa prática social generalizada de consumo de informação é necessário viabilizar o acesso á

informação e para que isso aconteça é necessário facultar os recursos que possibilitem esse acesso.

O conjunto de alterações decorrentes desta época quer no campo económico, quer no campo tecnológico e político vieram gerar um ambiente progressivamente menos acolhedor que anulou a maioria das vantagens historicamente adquiridas pelas bibliotecas, pôs fim à sua existência tranquila e as forçou a inovar para conseguirem prestações mais eficientes.

Hoje em dia a biblioteca vive uma realidade diferente devido aos avanços tecnológicos e à proliferação de sistemas em rede em que não importa apenas conservar, mas acima de tudo divulgar devendo nesse sentido *“em primeiro lugar fechar a bifurcação e consolidar os dois saberes divergentes: os da ciência biblioteconómica tradicional e o das novas tecnologias da informação. Em segundo lugar, é necessário multiplicar os mecanismos de controlo normalizado e de determinação de relevância aplicados à Internet”* (CARVALHO, Joaquim, 1997).

Deste modo a Biblioteca Escolar apesar de ser uma Biblioteca como as outras tem particularidades próprias uma vez que lida com um público com “sede de saber” só que não vocacionado para ir procurar solucionar essa “sede de saber” à Biblioteca Escolar devendo esta agir segundo a normalização técnica exigida para as demais bibliotecas, mas ter também presente que o seu desafio é coordenar caminhos e percursos de utilizadores que ignoram por vezes tudo aquilo que uma biblioteca lhes tem para oferecer de uma forma não só educativa, mas também lúdica e recreativa.

Encontra-se assim lado a lado com os mass media, com o mundo sedutor da navegação *on-line* devendo assim superar barreiras alterando condicionantes e cumprir o seu objectivo primário: ser uma porta educativa aberta para todos aqueles que quiserem aceder ao conhecimento e também para aqueles que ainda não a conseguiram alcançar, mas que sentem a necessidade de procurar algo que os informe e que lhes permitam fornecer as ferramentas indispensáveis para ter competências de actuação em todos os níveis na actual Sociedade da Informação.

A Biblioteca Escolar, como pólo de recursos de informação da escola pode assim ajudar a vencer a batalha de renovação da escola através da sua própria renovação e relançar-se ou reforçar um novo espaço de eleição com a informação e o conhecimento. A escola da Sociedade da Informação é uma escola com profissionais qualificados que prepara adequadamente os seus alunos para que os mesmos saibam sobreviver aos oceanos da informação e encontrar rumos que possibilitem encontrar nas marés as soluções para vencer os desafios do mundo actual. Mais do que se perder no deslumbramento dos novos multimédia, é uma escola que se assume como agente da hipercultura que a rede coloca ao seu alcance. A Biblioteca Escolar deve constituir um recurso básico no processo educativo, sendo-lhes atribuído um papel central nos domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências da informação e o aprofundamento da cultura cívica, tecnológica e artística. Nos países com tradição no domínio das Bibliotecas Escolares os hábitos de leitura da população encontram-se mais enraizados, sendo também esses países que registam níveis mais elevados de desenvolvimento cultural e científico. Deve assim constituir-se como um núcleo de organização pedagógica da escola vocacionada para actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar.

A Biblioteca Escolar deve ter uma dinâmica em que seja capaz de fazer face os objectivos defendidos pelo Manifesto da UNESCO (ver documento em anexo) tais como tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho; estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela ciência, a arte e a cultura; ajudar os professores a planificarem as suas actividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem. Devem acima de tudo servir de motor cultural à escola. Para que conseguiram concretizar os objectivos propostos torna-se indispensável proceder à sua correcta gestão e organização. A Biblioteca Escolar tem necessidade de uma administração, que não poderá esquecer a sua realidade, assim como ao público

a que se destina, pois de nada serve a uma biblioteca ter fundo documental se este não for utilizado.

A Biblioteca Escolar deve contar ao nível dos recursos humanos com uma equipa educativa na qual serão escolhidos elementos com competências diversificada mas que no seu todo constituam um poderoso alicerce para a concretização dos planos previamente estabelecidos. Torna-se aqui crucial o papel desempenhado pelo professor/coordenador para o sucesso da gestão da informação.

Há que equacionar se deve ser um professor efectivo na própria escola, mas sem conhecimentos de Biblioteconomia ou um Técnico Superior de Biblioteca e Documentação, mas sem conhecimentos a nível de prática pedagógica?

Ora o que ainda acontece nas nossas escolas é que a maior parte das Bibliotecas Escolares tem recursos humanos que por impossibilidade de leccionar ou tendo redução da componente lectiva são mobilizados para a Biblioteca Escolar. Por vezes conseguem dar dinâmica às Bibliotecas Escolares com actividades lúdicas e recreativas, no entanto não conseguem efectuar uma correcta gestão do fundo documental e sem tratamento normalizado não serve para as necessidades dos dias de hoje.

Torna-se por isso indispensável que o professor coordenador da biblioteca escolar seja um professor na escola que conheça o meio escolar mas que tenha formação em Ciências Documentais de forma a poder efectuar um correcto tratamento biblioteconómico aos documentos e assim possibilitar a difusão selectiva da informação. Caso, tal não aconteça deve poder recorrer ao apoio de um Técnico Superior de Biblioteca e Documentação através do programa SABE (Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares) por parte das Bibliotecas Públicas, (VEIGA, Isabel, 1997).

Na actual escola e com as actuais perspectivas pedagógicas de reformas curriculares deveriam haver também concursos públicos (ver documento em anexo) para a contratação de Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação, assim como técnicos-adjuntos de Biblioteca e Documentação para integrarem as equipas educativas das Bibliotecas Escolares.

A Equipa Educativa deve ser assim constituída por elementos com competências na área da Biblioteconomia, Informática, Gestão da Informação, Comunicação Educacional e Animação Sociocultural. Torna-se extremamente importante que da parte da administração da escola se tenha a noção da importância que reveste a composição da equipa educativa da biblioteca escolar. Porquê esta diversidade? Porque se torna precioso que haja pessoas como domínios facetados que integrem um plano de actividades capazes de ser incluídas no Projecto Educativo da Escola de forma a corresponder às expectativas de toda a comunidade escolar. São os Recursos Humanos que dão vida à escola e são eles que são capazes de inovar no processo de Gestão da Informação.

A Biblioteca Escolar tal como as outras bibliotecas é uma biblioteca que tem no seu sistema de gestão quer o circuito do documento com tarefas inerentes à sua concretização, quer o circuito do utilizador. O circuito do Documento engloba assim a fase do registo, da catalogação, da indexação e da classificação.

No circuito do documento o registo dos documentos torna-se de extrema importância podendo este ser feito de uma forma manual ainda através do livro de registos que não dever ser rasurado, nem rasgado (ainda hoje utilizada por algumas escolas), quer de uma forma automatizada através de um software específico que utiliza campos específicos que permitem efectuar quer o registo das publicações, quer a introdução dos dados na base de dados e assim permitir que sejam catalogados e indexados e sejam colocados em rede.

Trata-se de programas específicos como o PORBASE 5 (Base Nacional de Registos Bibliográficos, divulgado e disponibilizado pela Biblioteca Nacional (<http://www.bn.pt>) que já funciona em ambiente Windows, o Docbase ou o Bibliobase (programas que permitem efectuar a gestão do fundo documental informatizando-o) criados para facilitar o processo de informatização do fundo documental das Bibliotecas. Há que salientar que se trata de software específico de Bibliotecas que utiliza já campos normalizados utilizados em Biblioteconomia.

Torna-se extremamente importante que hoje em dia que haja a preocupação por parte do Professor/Coordenador da Biblioteca Escolar e de toda a equipa educativa a preocupação de efectuar uma correcta informatização do fundo

documental baseado em normas técnicas para que ao classificarem o fundo documental este esteja normalizado para assim ser disponibilizado em rede permitindo assim que haja uma cooperação entre bibliotecas.

No circuito do documento há que ter em conta o tipo de utilizador uma vez que as modalidades de aquisição de fundo documental: compra, oferta e permuta tem de estar de acordo com as necessidades devendo por isso e sempre que possível efectuar um questionário com o objectivo de saber as respectivas necessidades dos utilizadores.

Há que salientar que o Serviço de Referência de uma Biblioteca Escolar deve ser visto como um serviço de qualidade onde estão em questão determinadas necessidades específicas para se ir de encontro às práticas lectivas, assim como também a uma educação informal como horizonte da metodologia activa do espírito da Reforma Curricular do Sistema de Ensino Português, assim com das perspectivas educacionais e informativas da actual Sociedade da Informação.

As fase de catalogar, indexar e classificar têm extrema importância principalmente numa Biblioteca Escolar sendo as listas de termos extremamente importantes para orientar o utilizador na sua pesquisa.

Ao nível da classificação deve-se utilizar o sistema de Classificação Universal – CDU, (BN, CDU: Tabela de Autoridades, 1990. (ver tabela síntese em anexo) que permite dividir o conhecimento em dez classes e ainda criar subdivisões.

Como é um sistema universal e usado pela maior parte das bibliotecas torna-se mais fácil dar formação nesta área para os futuros utilizadores das Bibliotecas Publicas e Bibliotecas Universitárias.

2.2.4. A Rede das Bibliotecas Escolares

“As Bibliotecas têm um fim mais alto que fornecer aos leitores os livros que eles conhecem: é dar-lhes a conhecer os que ignoram”

Raul Proença

O programa Rede de Bibliotecas Escolares, criado em 1997, vem de encontro às necessidades sentidas nas escolas no intuito de inovar no processo ensino/aprendizagem. Vem assim colmatar uma necessidade de inovar e de certa forma cooperar em termos de acesso à informação. Tendo em conta que o início da Rede de Leitura Pública começou em 1987 podemos dizer que apesar de tudo o processo de remodelação a nível das Bibliotecas Escolares ainda foi lento e ainda se encontra em fase de ajustes passado cerca de 6 anos.

As finalidades deste programa que surgiu de uma reunião de trabalho criada pelo Despacho conjunto n.º 5/ME/MC/96 de 9 de Janeiro, que vem de encontro à política articulada pelos Ministérios da Educação e da Cultura e que visava responder a uma necessidade enunciada de falta de hábitos de leitura por parte dos jovens portugueses, pelo menos desde meados do século passado quer em textos oficiais, quer na imprensa, quer ainda em estudos sobre práticas culturais e sobre educação. Pretendeu-se ao criar directrizes que permitissem criar os alicerces deste processo inovar e terminar com o que ainda se passa nas escolas que não estão na Rede de Bibliotecas Escolares: *modificar a Lei de Bases do Sistema Educativo de 86 / Decreto-Lei 46/86 de 14 de Outubro de 1986* que apesar de já se começar a sentir uma necessidade de modificar os recursos pedagógicos uma vez que já integrava a biblioteca escolar na rubrica outros recursos educativos, sem no entanto haver quais quer especificações, sobressaindo a Biblioteca Escolar como recurso possível para alterar determinados tipos de comportamentos, no entanto só o *Decreto-Lei de 19 – A /87 de 3 de Junho é que refere a medida de urgência sobre o ensino /aprendizagem que decreta no artigo 4, precisamente intitulado sobre Bibliotecas Escolares o seguinte:*

Serão criadas bibliotecas em todos os estabelecimentos de ensino que ainda as não possuam e implementadas medidas no sentido de assegurar a permanente actualização e o enriquecimento do fundo bibliográfico das bibliotecas escolares.

As bibliotecas escolares serão apetrechadas com os livros indispensáveis ao desenvolvimento cultural e ao ensino/aprendizagem da língua materna e adequadas à idade dos alunos cabendo ao Ministério da Educação criar as condições de acesso e de orientações relativamente à leitura. No entanto apesar de já haver uma preocupação ainda estava longe todo o processo que envolve a actual Rede de Bibliotecas Escolares. Também a nível de responsáveis da biblioteca uma circular de 1951 estipula que devem ser professores do 8ºGrupo/Português; 10ºgrupo A e B/História e Filosofia respectivamente. Pode-se verificar que se trata de professores com uma formação na área de Letras.

Também aqui a legislação diz que devem ser atribuídas de crédito duas horas lectivas/semanais o que se torna consideravelmente pouco para o trabalho a desenvolver. Apesar desta tentativa de alterar a situação das Bibliotecas Escolares, muitas delas ainda se encontram com dificuldades: na aquisição de fundos documentais; recursos técnicos e humanos; espaço e equipamentos; apoio aos utilizadores e dinamização da Biblioteca Escolar.

A Democratização da Sociedade e da Escola acompanhada pela explosão da população escolar leva à necessidade de repensar a estrutura da Biblioteca Escolar. Deve-se ter presente a noção dinâmica da Biblioteca como instrumento indispensável ao desenvolvimento da Sociedade nos seus múltiplos aspectos: cultural, económico, científico e tecnológico.

Igualmente se deve reunir no mesmo local físico um conjunto de documentos diferentes do livro ou da informação escrita em geral os documentos audiovisuais e visuais. É a biblioteca em evolução a acompanhar as novas tecnologias técnicas de registo e difusão da informação.

O programa Rede de Bibliotecas Escolares iniciado no ano lectivo de 1996/97 com candidaturas a nível de concelho tem como finalidade o desenvolvimento da Biblioteca Escolar nas escolas dos vários níveis de ensino destinados à consulta e produção de documentos em diferentes suportes e funcionando em livre

acesso, num espaço próprio adaptados às suas funções com equipamento específico, dotado de verba própria, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada.

Pretende-se criar uma rede de bibliotecas escolares com o objectivo de as bibliotecas escolares constituírem recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e aprofundamento da cultura cívica, tecnológica e artística.

Em 1997/98 houve um lançamento de uma candidatura nacional para a atribuição de novos incentivos às escolas com projectos já desenvolvidos na área de Biblioteca Escolar. Houve também a candidatura a nível de concelhos.

Pretendia-se que cada Escolar viesse a tornar-se um núcleo de vida da escola, atraente, acolhedor e estimulante onde os alunos pudessem vir a adquirir competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produza documentos em suportes e linguagem diversificadas.

Este programa que pode se consultado em: (<http://www.dapp.min-edu.pt>) serve de apoio e guia de orientação às escolas no que concerne o desenvolvimento de novas bibliotecas e também de permitir que assim possa se acompanhar as inovações pedagógicas decorrentes da actual Sociedade da Informação.

Bases do Programa RBE a ter em conta pelas Bibliotecas Escolares:

As Bases definidas pelo programa são genéricas e embora constituam uma referência comum para todas as Bibliotecas Escolares devem ter uma aplicação flexível, tendo em conta a especificidade dos diferentes níveis de ensino e a diversidade de situações locais.

A biblioteca deve constituir-se como um núcleo da organização pedagógica da escola, vocacionado para as actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. As suas actividades devem estar integradas nas restantes actividades da escola e fazer parte do seu projecto educativo, não devendo ser vista apenas como um

simples serviço de apoio à actividade lectiva ou um espaço autónomo de aprendizagem e ocupação de tempos livres.

De acordo com as necessidades inerentes ao processo de Gestão da Informação que a Biblioteca Escolar necessita, e seguindo as directrizes do programa de Lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, segue-se um conjunto de possíveis fichas de apoio que possibilitam uma melhor gestão e organização de todo o processo inerente à Gestão da Informação na Biblioteca Escolar tendo como principal objectivo auxiliar de certa forma as equipas educativas das Bibliotecas Escolares, com destaque para o Professor/Coordenador da Biblioteca Escolar.

Segundo o relatório síntese: Lançar as Redes das Bibliotecas Escolares (VEIGA, Isabel 1997) os objectivos essenciais deste projecto são:

1. Tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho.

Ou seja:

deve servir de motor cultural da escola, dinamizando-a:

Disciplina	Projecto de Trabalho	Professor Responsável	Recursos Documentais	Apoio da Biblioteca Escolar

Ficha 1 – Ficha preparatória das necessidades educativas de materiais de apoio da Biblioteca Escolar

2. Permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados em função de diferentes temas.

Ou seja:

reunir e organizar/disponibilizar toda a documentação existente na escola para que possa ser útil em qualquer momento a toda a comunidade educativa.

Tema	Tipologia dos documentos	Tipologia do Trabalho	Autor	Professor Responsável

Ficha 2 – Ficha de apoio à divulgação de produtos documentais

3. Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação tais como: seleccionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, a solicitação do professor ou de sua própria iniciativa; produzir sínteses informativas em diferentes suportes.

Ou seja:

dotar os alunos de capacidades que lhes permitam recorrer à maior quantidade possível de informação e facilitar-lhes esses recursos

Assunto	Documento	Referência	Palavra-chave

Ficha 3 – Ficha de apoio no acesso à informação

4. Estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela ciência, a arte e a cultura.

Ou seja:

favorecer a construção da aprendizagem e a interacção/actualização de saberes.

Disciplina	Ano	Conteúdo Programático	Tipo de Documento de apoio solicitado	Referência	Professor

Ficha 4 – Ficha de apoio educativo

5. Ajudar os professores a planificarem as suas actividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem.

Ou seja:

satisfazer as exigências curriculares decorrentes do sistema educativo e dar resposta às solicitações impostas pelos programas.

Tipo de Documento	Assunto	Palavra-Chave	Escala de Valores

Ficha 5 – Ficha de construção de aprendizagem

Nota: a escala de valores deve ser de 1 a 5 tal como a avaliação que é feita aos alunos. Este factor vai permitir consciencializar melhor o aluno do trabalho que está a desempenhar e fazê-lo sentir-se mais responsável.

6. Associar a leitura, os livros e a frequência de biblioteca à ocupação lúdica dos tempos livres.

Ou seja:

criar hábitos de frequência de Bibliotecas para fins não só de fruição, como de informação e formação.

Nome/ Utilizador	Tipo	Tipo de Documento	Palavra-chave

Ficha 6 – Ficha de hábitos de Frequência

- Condições de Instalação e Funcionamento

Para realizar estes objectivos as bibliotecas escolares exigem que sejam garantidas um conjunto de condições mínimas tais como:

1. Equipa Educativa – a equipa deve ser formada por um conjunto de professores e de funcionários capazes de assegurar as tarefas inerentes quer ao trabalho biblioteconómico de seleccionar, registar, catalogar, indexar e classificar o fundo documental, quer a dinamização das actividades inerentes ao Plano de actividades da biblioteca Escolar inserido no projecto educativo da Escola.

A equipa educativa deve ser coordenada pelo Professor/Coordenador que efectua a Gestão da Informação na Biblioteca Escolar, assim como serve de intermediário e representante no Conselho Pedagógico e assegura a cooperação indispensável para que a Biblioteca Escolar possa trabalhar em rede.

Nota prévia: Quadros retirados e adaptados do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares

Referências para atribuições de créditos horários					
2º e 3º Ciclos do Ensino Secundário	Equipa Educativa	BE1 (<200)	BE2 (201-500)	BE3 (501-1000)	BE4 (> 1000)
	Professor/Bibliotecário	0,5	0,5	1	1
	Outros Professores	-	0,5	1	1
	Téc. Adjuntos de Biblioteca e Doc.	1	1	2	3

Quadro 2 – Recursos Humanos/Equipa Educativa

2. **Instalações adequadas** – as instalações da biblioteca devem ser amplas, iluminadas e agradáveis. A sua configuração deve respeitar requisitos técnicos de segurança e circulação e facilitar o desempenho das suas funções.
3. **Espaços especializados** – Os espaços para a biblioteca podem ser construídos de raiz ou adaptados, em função de normas específicas e ajustados à diversidade de funções que se realizam numa Biblioteca Escolar. Devem ser flexíveis e articulados, de modo a induzirem a utilização integrada da diversidade de recursos de informação disponíveis, a produção de materiais por alunos e professores, a leitura informal e a animação pedagógica.

	BE1 (<200)	BE2 (201-500)	BE3 (501-1000)	BE4 (> 1000)
Sala de leitura, visionamento e audição	42	75	152	227
Zona de produção	–	31	66	–
Sala de Trabalho	42	35	27	35
Gabinetes	–	–	14	14
Armazém	–	30	35	47
Sala polivalente	–	–	36	45
Trabalho de grupo	–	–	–	28
Total:	84 m ²	171 m ²	330 m ²	495 m ²

Quadro 3 – Média de superfícies em metros quadrados

4. Política documental ajustada à população escolar – A plena rentabilização da Biblioteca Escolar é atravessada por uma dimensão técnica que condiciona o aproveitamento pleno dos recursos de informação disponíveis. Para esse fim é necessário adoptar um conjunto de soluções fundamentais que permitam uma correcta constituição e gestão do fundo documental tendo em conta critérios de unicidade, diversidade e quantidade.

5. Dotação orçamental própria – A Biblioteca Escolar deve constituir um centro de custos do ponto de vista da gestão orçamental. No orçamento da biblioteca devem estar previstas despesas de investimento para actualização do fundo documental e dos equipamentos, despesas correntes para o seu funcionamento, bem como receitas próprias geradas por serviços prestados ou doações.

Despesas de Funcionamento		Receitas	
Fundo Documental		Serviços Prestados	
Mobiliário			
Equipamentos		Doações	
Actividades		Candidaturas a Projectos	

Quadro 4 – Gestão Orçamental

6. Princípios de organização e funcionamento – Para realizar as suas funções, a biblioteca escolar deve assegurar durante todas as horas de funcionamento da escola um serviço de apoio ao utilizador: utilização presencial em sistema de livre acesso, empréstimo domiciliário, empréstimos para as aulas e para outros locais da escola, reprodução de documentação. A dimensão estratégica atribuída à Biblioteca Escolar convida a valorizar as aprendizagens informais com particular incidência na criação e desenvolvimento do gosto pela leitura como actividades de lazer.

Horário de Funcionamento – 24H

Apoio Presencial	Apoio On-line*
- Serviço de apoio a pesquisas livre acesso	- Apoio ao utilizador em dúvidas que possa ter: netbiblio.esjcff@portugalmail.pt
- Empréstimo Domiciliário	- Envio de Fichas
- Empréstimo aulas	- Reserva de Documentos



Quadro 5 – Serviço de Referência / *apoio on-line

7. Articulação em rede com outras bibliotecas – O conceito de rede de bibliotecas escolares assenta no pressuposto que cada escola deve dispor de uma biblioteca. As bibliotecas das diferentes escolas de uma mesma área geográfica devem estar articuladas em rede para permuta de documentos e actividades conjuntas de animação. O mesmo deve acontecer com a ligação entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas principalmente para recurso a serviços de apoio técnico especializado.

8. Gestão e apoio da Rede das Bibliotecas Escolares – É na escola que deve assentar todo o processo de criação, desenvolvimento e gestão da biblioteca escolar. Compete, portanto aos órgãos de gestão assumirem a responsabilidade das iniciativas destinadas a criar e a desenvolver a biblioteca, bem como de todas

as decisões que visem adequá-las às suas funções, no quadro do Projecto educativo da Escola. Para poderem conceber e planear o processo de desenvolvimento das suas bibliotecas, as escolas deverão dispor de um conjunto de incentivos e de apoios, proporcionados por diferentes entidades a nível nacional, regional e local. A nível regional, as entidades de apoio deverão ser as instituições de formação no que respeita á preparação específica das equipas educativas e os serviços regionais dos Ministérios da Educação e da Cultura. A nível local, as entidades de apoio serão as Câmaras Municipais através dos serviços de apoio às bibliotecas escolares e as associações de escolas através dos seus centros de formação.

9. Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares/SABE – Serviço disponibilizado pela Bibliotecas Municipais às bibliotecas escolares, enquanto recurso técnico especializado que tem como principais objectivos:

- Prestar colaboração técnica às escolas o domínio da criação, organização, gestão e funcionamento das bibliotecas escolares
- Participar na formação contínua de profissionais envolvidos no serviço das Bibliotecas Escolares
- Promover a articulação das bibliotecas escolares com as outras bibliotecas, procurando formas de cooperação e rentabilização de meios.

2.2.5. O papel do Professor/Coordenador da equipa da Biblioteca Escolar

“Há uma coisa sobre todas as outras que é necessária à pessoa encarregue da organização dos recursos bibliotecários - liderança em relação às habilidades de informação, aprendizagem baseada em recursos e trabalho projecto”

Beswick

Hoje mais do que nunca o papel do Professor/Coordenador de uma equipa da Biblioteca Escolar tem de ter competências que se enquadrem no espírito da actual Sociedade de Informação. Para assegurar as suas funções a Biblioteca Escolar deve poder contar com uma equipa educativa com competências no domínio de animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão da informação e das ciências documentais e constituída por um professor bibliotecário e técnicos-adjuntos de biblioteca e documentação.

De acordo com o Despacho conjunto n.º198/99 dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação o professor coordenador dever ter um perfil específico com competências próprias de quem necessita de efectuar uma correcta Gestão da Informação para poder proporcionar à comunidade escolar um Serviço de Referência por parte da Bibliotecas Escolar de qualidade.

Numa altura em que se prevê reformas na administração pública, em que se fala cada vez mais na necessidade de criar uma escola que ligue o ensino dos conteúdos curriculares ao meio em que vivemos há que redimensionar quem deve ocupar estas funções, pois de acordo com algumas realidades vividas no nosso país o papel do Professor/Bibliotecário ainda é encarado e posto na prática de acordo com a legislação de 1951 onde uma circular estipulava que os responsáveis pelas Bibliotecas Escolares deveriam ser professores do 8º Grupo/ Português; 9º Grupo/ Geografia/ 10º Grupo A / História e 10º Grupo B / Filosofia.

O Professor/Coordenador deve assessorar os órgãos de administração e gestão da escola para viabilizar as funções da Biblioteca Escolar no âmbito curricular, na ocupação de tempos livres e noutros aspectos do desenvolvimento do Projecto Educativo.

Torna-se extremamente importante o seu papel numa escola uma vez que se encontra em contacto com os utilizadores da escola, mas também está presente nos órgãos de gestão da escola através da sua presença no Conselho Pedagógico. Deve desempenhar assim funções diferentes das apenas de leccionar, mas deve ter apetências nos domínios da Comunicação educacional e Gestão da Informação. *Segundo o despacho conjunto nº198/89 dos Gabinetes dos secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação são competências dos Docentes/Coordenadores da Biblioteca Escolar as seguintes:*

1. Interpretar a escola e a organização escolar à luz dos contributos teóricos das ciências da Educação, designadamente nos domínios da sociologia da educação intercultural, da teoria curricular e dos que perspectivam a Biblioteca Escolar/Centro de recursos e as suas funções pedagógicas no contexto do projecto educativo da escola.

Ou seja:

tem de efectuar um estudo preciso do meio sócio-económico onde está inserida a escola, tipo de público-alvo e as respectivas áreas de intervenção. Torna-se crucial o levantamento destes dados para posteriormente agir no terreno e saber com aliciar os possíveis utilizadores da Biblioteca Escola. Este estudo deve ser feito de uma forma directa através da observação directa, mas também de uma pesquisa bibliográfica, assim como da elaboração de um questionário/diagnóstico que permita auferir as reais necessidades.

Localidade	Tipologia Escola	Público-Alvo	Áreas de Intervenção	Palavras-chave

Ficha 7 – Diagnóstico da avaliação do meio sócio-económico dos utilizadores

2. Fundamenta o processo de tomada de decisão em procedimentos de investigação e de inovação educacional.

ou seja

torna-se extremamente importante que tenha um espírito activo e dinâmico, pois tem de estar em contínua formação e em exploração bibliográfica sistemática. Deve acompanhar o que se passa diariamente no mundo e ser capaz de filtrar a informação que corresponde às necessidades dos seus utilizadores. Deve conhecer bem a tipologia dos documentos e as suas características, assim como os seus suportes.

Deve também dominar competências que lhes permitam lidar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Estas competências devem ser adquiridas em contacto permanente com a Biblioteca Escolar, assim com contacto on-line com as outras Unidades Documentais e Publicações Electrónicas.

Não deve no entanto descuidar as Publicações Periódicas nas quais se encontrem os jornais diários e locais/ regionais, pois torna-se crucial estar atento ao meio local em que está inserida a escola.

Mês	Dia	Publicação Periódica	Tipologia	Endereço	Assunto	Palavra-chave

Ficha 8 – Ficha de exploração diária bibliográfica

Nota: As palavra-chave vão permitir depois classificar melhor os documentos e facilitar a criação de listas de termos.

-A nível de competências específicas de Intervenção deve:

1. Organizar a informação disponibilizada por meios de comunicação social e por rede electrónicas de informação.

Como efectuar esta organização?

Deve diariamente proceder a uma leitura dos principais títulos dos jornais previamente seleccionados em Plano de Actividades, estabelecido pela equipa da biblioteca em concordância com o Conselho Pedagógico. Deve “navegar” também pelas publicações electrónicas nacionais e internacionais e filtrar aquilo que pode interessar à Comunidade Escolar. Deve elaborar posteriormente dossiers temáticos ou então guardar em CD-ROM uma vez que se torna mais fácil o seu armazenamento e posterior consulta. Deve ter uma parte no placar de exposições para notícias diárias, devendo as notícias mais relevantes serem afixadas para conhecimento geral.

Torna-se extremamente importante conceber índices de assuntos para que seja mais fácil a sua pesquisa por parte dos utilizadores.

Ficha 9 – A ficha 9 vem completar o trabalho efectuado na ficha 8 e deve ser feita semanalmente.

Índice de Assuntos	Tipologia de Documentos	Local onde se encontram classificados

Ficha 9 – Ficha Semanal

2. Conceber uma estratégia de aquisições do fundo documental e de equipamentos e coordenar a sua execução.

Como efectuar?

Por vezes é difícil conseguir verbas orçamentais para a aquisição de fundo documental e a modalidade de compra torna-se insustentável para se adquirir tudo o que se pretende. Deve-se por isso ter em conta a oferta de publicações assim com a permuta, sendo esta última uma das modalidades a praticar principalmente numa época em que dominam as Tecnologias da Informação e daí a importância de trabalhar em rede.

No que diz respeito à compra deve haver sempre numa Biblioteca Escolar um Fundo Documental Básico em que estão consagradas as Obras de Referência tais como os Dicionários, as Enciclopédias os Atlas e posteriormente dentro de cada classe proceder a uma levantamento (através de uma ficha elaborada para este caso) nos departamentos curriculares das necessidades mais relevantes. Deve também conter documentos em suporte áudio/vídeo assim como em multimédia. Uma das particularidades que um Fundo Documental Básico deve ter e que por vezes é descurado são as Publicações periódicas que devem ser adquiridas através de assinaturas pois torna-se mais barato e também mais vantajoso para a Biblioteca Escolar efectuar um controlo de entrega.

Deve ainda se proceder a um Fundo Bibliográfico complementar que se vai adquirido à medida das verbas disponíveis, mas também de acordo com as necessidades dos utilizadores. Para isso o Coordenador da Biblioteca Escolar deve estar atento aos avisos de abertura de programas específicos de candidaturas a fundo documental com é o caso da Candidatura que se pode fazer à Fundação Calouste Gulbenkian (<http://www.gulbenkian.pt>), assim como a candidatura à Rede de Bibliotecas Escolares (<http://www.dapp.min-edu.pt>).

Deve também estar em permanente contacto com a Biblioteca Municipal para poder trocar documentos e poder partilhar sugestões e informações. Em relação aos equipamentos deve estabelecer contactos com as empresas locais e Câmara Municipais através do órgão de gestão da escola e deve se candidatar ao programa da Rede de Bibliotecas Escolares. Posteriormente, e anualmente deve fazer o balanço e controlo de tudo o que foi adquirido para poder fazer uma avaliação sobre os objectivos propostos no Plano de Actividades.

Departamento Curricular	Coordenador	Disciplina	Tipologia dos Documentos	Modo de Aquisição	Referência Bibliográfica

Ficha 10 – Ficha de Requisição de Fundo Documental por Departamento Curricular

3. Organizar os Recursos de informação, de acordo com critérios técnicos de Biblioteconomia, aplicando princípios e procedimentos técnicos das Ciências Documentais e das Ciências da Comunicação.

Como Organizar?

Deve-se sempre ter em conta que apesar de ser uma Biblioteca Escolar não se deve descuidar os critérios técnicos a que deve obedecer a sua organização e gestão de o fundo documental pois só assim se pode efectuar um serviço com qualidade à comunidade escolar. Daí a importância do Coordenador/a da Biblioteca Escolar ter conhecimentos em Catalogação, Indexação e Classificação de documentos pois só assim pode efectuar o seu tratamento e a normalização necessária para que haja cooperação e disponibilização da informação em rede. Quando não acontece esta situação o fundo documental torna-se algo que não contribui para o acesso ao conhecimento por parte do utilizador, pois por vezes nem sequer se apercebe do que existe. Caso tal aconteça deve-se contactar o serviço SABE (serviço de apoio às Bibliotecas Escolares) das Bibliotecas Municipais, devendo ser feito um ofício dirigido ao Técnico Superior de Biblioteca e Documentação responsável pelo serviço de Referência das Bibliotecas Municipais que encaminhará o processo de acordo com as directrizes do serviço de apoio. Deve-se ter em atenção que os recursos humanos existentes nas Bibliotecas Municipais variam consoante as tipologias da própria Biblioteca Municipal. Deve ter também na sua posse as Regras Portuguesas de Catalogação, assim como o documento que permite classificar o fundo documental segundo a CDU (Classificação Decimal Universal). É de extrema

importância classificar os documentos e criar listas de termos que permitam identificar os documentos e facilitar a pesquisa por parte do utilizador. Só um documento classificado segundo as normas é que pode ser disponibilizado em rede. As listas de termos devem ser criadas tendo sempre em atenção a especificidade do utilizador. Deve também proceder à aquisição de um programa de software específico que permita a informatização do fundo documental.

Um dos mais relevantes neste tratamento é o PORBASE 5 disponibilizado às escolas em Pacotes escolares com desconto e apoio on-line. O PORBASE 5 (<http://www.porbase-bn.pt>) permite não só a catalogação através do Catwin, mas também tem módulos de pesquisa – Pacwin; módulo de controlo de empréstimo domiciliário – Usewin e módulo de importação de registos da Biblioteca Nacional – Pacweb.

4. Proporcionar a existência de fundos documentais diversificados, assegurando a unicidade do seu tratamento.

Como proporcionar?

Estar atento quer às sugestões dos utilizadores (deve haver sempre uma caixa onde o utilizador possa colocar a sua sugestão), quer às orientações dos coordenadores de Departamento em reunião do Conselho Pedagógico, assim como às orientações do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Deve também tentar acompanhar as inovações editoriais, assim como a diversidade das publicações periódicas quer textuais, quer electrónicas.

5. Facilitar o acesso, a autonomia do utilizador e as actividades de pesquisa.

Como?

Promover acções de formação sobre como pesquisar, como acede a recursos na Biblioteca Escolar. Estas acções devem ser curtas (1 dia) e devem ser efectuadas com poucos utilizadores de cada vez. Deve-se fazer uma sessão no início de cada período lectivo com relevância para o início do ano lectivo e para todos aqueles que vão estar em contacto com a escola pela primeira vez. Nos

períodos seguintes é importante para manter a dinâmica da Biblioteca Escolar viva, assim como para dar a conhecer as novidades. Não devem ser meramente expositivas, mas sim com actividades lúdicas e didácticas. Não devem ser apenas para alunos, mas também para professores, podendo ser mista de forma a poder coordenar actividades contendo partes integrantes do currículo académico dos alunos.

“Como utilizar os Recursos Documentais existentes na Biblioteca Escolar”

Deve-se começar sempre uma acção de formação para futuros utilizadores a partir de uma simples pergunta:
O que gostarias de saber?
Surgem sempre repostas variadíssimas e aí é que deve entrar o “jogo da caça ao assunto”
Este Jogo de caça ao assunto permite que o utilizador olhe em volta e questione:
Onde procurar?
Vê assim que as estantes têm números e palavras – CDU, Classificação Decimal Universal, contudo não sabe de que se trata. Torna-se então importante explicar o que cada classe significa e divisão do seu conhecimento.
Será então dada uma pequena ficha de apoio com um espaço onde coloca o assunto que pretende pesquisar, partindo assim à descoberta.
Em primeiro lugar vai procurar nas estantes de livre acesso as Referências Bibliográficas e só depois é que pode ir percorrer o Catálogo, sendo então explicado a tipologia dos catálogos.
Posteriormente deverá passar pelas descobertas de palavras-chaves ligadas ao assunto em questão nas Publicações Periódicas e só depois passar para os documentos não textuais – vídeo, CD-ROM, CD-audio.
Posteriormente tem de procurar o mesmo assunto navegando na Internet pelos documentos electrónicos e de seguida pelas Bibliotecas que tem Catálogos on-line para assim se poder explicar como consultar uma Biblioteca através das TIC.
Numa fase seguinte tem de fazer uma ficha de Leitura e guardar os dados da pesquisa efectuada numa pasta com o seu nome.

6. Estruturar o funcionamento de diapositivos de utilização e produção multimédia.

Como?

Por vezes torna-se difícil utilizar na prática lectiva dispositivos e contribuir para a criação de produtos multimédia. O Professor/Coordenador deve estimular essa produção através de apoio que pode dar na sua concepção utilizando os recursos da Biblioteca Escolar.

Departamento Curricular	Disciplina	Professor	Conteúdo Programático	Produto criado	Tipo de apoio da B.E.

Ficha 12 – Ficha de apoio a criação de produtos multimédia

7. Dinamizar uma política de construção e valorização de um fundo documental local.

Como dinamizar?

Deve organizar dossiers temáticos sobre o património local tanto a nível histórico-cultural como ambiental. Estabelecer contactos com as Publicações Periódicas locais assim como entidades locais tais como Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, museus, associações recreativas estimulando assim a componente de cooperação e ligação da Biblioteca Escolar ao meio envolvente. Todo o material recolhido e devidamente organizado pode servir para quer os alunos, quer os professores realizarem trabalhos de âmbito curricular ou para área de projecto, estudo acompanhado ou formação cívica.

Assunto	Palavra-chave	Tipologia do Documento	Endereço na Net/ Referência Bibliográfica

Ficha 13 – Ficha de apoio para a organização de dossiers temáticos

8. Promover a produção e divulgação da informação, assegurando o envolvimento de alunos, professores, e outros agentes da comunidade educativa.

Como promover?

Estabelecer um diálogo sistemático entre a comunidade educativa promovendo a divulgação do fundo documental assim como a exposição de conteúdos informativos no placar de informações relativas a interesses dos utilizadores tais como agenda cultural local, e nacional e internacional, informações correntes da actualidade política, económica, social, assim como também uma lista no que concerne as novidades no campo do cinema, do áudio e do multimédia.

Uma das preocupações a ter é efectuar por período um questionário de sugestões a ser dado aos alunos pelos respectivos directores de Turma e depois analisados pela equipa educativa da biblioteca Escolar e outro dados aos coordenadores de Departamento Curricular a ser entregue em reunião de Conselho Pedagógico. Ainda se deve ter em conta também as necessidades dos funcionários das escolas uma vez que tanto os auxiliares educativos como os administrativos fazem parte da comunidade escolar.

Deve-se também divulgar todos os trabalhos efectuados pelos alunos em contexto de sala de aula e em contexto de formação extra-aula.

Agenda Cultural

Semana	Mês	Informações		
		Locais	Nacionais	Internacionais

Ficha 14 – Ficha de apoio à Divulgação do Fundo Documental

9. Conceber e dinamizar uma política global de animação pedagógica da biblioteca.

Como conceber?

A Política de animação pedagógica deve ser previamente planeada no plano da Actividades a integrar o Projecto Educativo da escola e deve envolver todos os membros da comunidade escolar. Geralmente existe sempre uma semana de promoção de actividades de fim de período ou fim do ano lectivo e deve-se nesta altura desenvolver actividades lúdicas que permitam efectuar uma divulgação de boas práticas no que diz respeito ao fundo documental.

Para além deste período semanalmente deve haver uma tarde pedagógica semanal onde haja animação dentro da própria biblioteca com jogos didácticos, guia aventura de exploração do fundo documental; caça às classes onde de uma forma lúdica se seja capaz de transmitir o gosto pela biblioteca escolar.

Esta tarde deve ser promovida preferencialmente às quartas-feiras de tarde uma vez que para além de ser a meio da semana é uma das tardes que a maioria das escolas reserva para actividades não lectivas como reuniões, clubes e projectos.

Actividade Lúdica	Palavra-chave	Nº de participantes	Dinamizador	Apoio da BE

Ficha 15 – Ficha de apoio à Animação Pedagógica

10. Conceber e dinamizar actividades de educação para os media.

Como conceber?

Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de produzir materiais, pois os conteúdos informativos só têm razão de ser se forem aplicados. Deve-se interligar a biblioteca escolar com os media e neste campo é extremamente importante o papel que ocupa o Professor/Coordenador da Biblioteca Escolar.

Artigo	Palavras-chave	Autor	Disponibilizado em:	Classificado em:

Ficha 16 – Ficha para registar conteúdos informativos

11. Dinamizar actividades que promovam o acesso e professores, de alunos e de outros agentes da comunidade educativa à informação e à produção documental em diferentes suportes.

Como dinamizar?

Sendo comunicativo e apelativo. Muitas das vezes a comunidade escolar não se dirige à Biblioteca torna-se necessário captar a sua atenção. Para isso é crucial importante efectuar concursos, boletins, exposições, guias de utilização para cativar os demais utilizadores.

Participar na concepção e dinamização de actividades de produção documental em diferentes suportes, designadamente através da produção de rádio ou jornal de escola, páginas em rede, videogramas, boletins de difusão de informação e síntese bibliográficas.

Como participar?

Através de uma grelha de análise a ser dada em reunião de coordenação dos directores de turma que após análise em Conselho de Turma poderão mediante o conhecimento sócio-cultural da turma elaborar um plano de actividades a propor ao Coordenador da Biblioteca, assim sendo ele está mais apto a coordenar as respectivas actividades quando os alunos se dirigem à Biblioteca escolar podendo ser mais fácil orientar a sua pesquisa. Esta grelha deve ser entregue no primeiro Conselho de Turma do início de cada ano lectivo e deve ser preenchida e entregue até ao fim do primeiro período. Posteriormente e ao longo do segundo período serão realizadas as actividades para depois no terceiro período serem divulgadas à comunidade local. A Biblioteca Escolar vai servir assim de suporte à pesquisa, criação e divulgação de conteúdos informativos.

Turma	Director de Turma	Realidade Sócio-económica	Plano de Actividades de Enriquecimento	Conteúdos informativos	Apoio da B.E.	Produto final

Ficha 17 – Grelha de análise da Turma

12. Activar a ligação da escola com a rede de leitura pública.

Como activar?

Para as escolas que já se encontram na RBE a título de candidatura concelhia torna-se mais fácil esta ligação devido ao programa SABE, para as que se encontram na RBE a título de candidatura individual de âmbito Nacional devem promover esforços para que haja essa cooperação devendo o Professor/Coordenador ser os intermediários desta cooperação.

Para aquelas que ainda não estão na rede torna-se ainda mais premente a sua ligação de forma a virem a tornar-se cooperantes.

A ligação é importante porque? Permite a permuta de fundo bibliográfico, troca de experiências e saberes, esclarecimento de dúvidas a nível técnico inerentes às Ciências Documentais, e ainda a formação dos futuros potenciais utilizadores das Bibliotecas Públicas.

Competências de formação, de supervisão e de avaliação:

1. Conceber e realizar actividades formativas tendo em vista enriquecer o reportório pedagógico-didáctico de cada professor.

Como?

Efectuar um diagnóstico das necessidades por grupo curricular e individual.

Deve constituir um processo de cada utilizador podendo assim analisar o perfil de cada professor e ver quais são as suas necessidades quer pedagógicas, quer também a nível de competências nos domínios da pesquisa, organização, composição e divulgação de material bibliográfico.

A Biblioteca existe para servir e deve servir com qualidade, pois deve prestar um serviço de Referência que vá de encontro ao utilizador.

Departamento Curricular	Professor	Recursos Documentais	Apoio da B.E.	Nº de Horas	Tipo de Actividade

Ficha 18 – Diagnóstico de necessidades de apoio BE

2. Colaborar na planificação das actividades curriculares e dos projectos de desenvolvimento educativo da comunidade, assegurando uma adequada utilização dos recursos disponíveis.

Como?

Através da representação que tem nas reuniões de Conselho Pedagógico devendo apresentar propostas e plano de actividades elaborado conjuntamente com a equipa educativa. Deve também divulgar a aquisição de fundo documental assim com os recursos que se encontram disponíveis.

Data	Actividade	Apoio da B.E	Tipologia de Documentos	Produto final

Ficha 19 – Ficha de apoio ao Projecto de Desenvolvimento Educativo

3. Acompanhar as equipas educativas envolvidas nas actividades dos centros de recursos.

Como?

Através do diálogo e apoio técnico-pedagógico sugerindo publicações e guiando nas suas pesquisas.

Tipo de Documento	Referência Bibliográfica	Data de Requisição

Ficha 20 – Ficha de apoio Técnico Pedagógico

4. Avaliar os efeitos das actividades desenvolvidas no seu contributo para o desenvolvimento da qualidade da acção educativa.

Como?

Promover a auto e hetero avaliação das actividades propostas e realizadas. Deve no fim de cada período efectuar uma balanço da situação quer a nível de aquisições, quer a nível de actividades propostas e cumpridas. Deve sempre efectuar um relatório final de avaliação do que foi proposto e feito e o que não foi feito e porquê. Torna-se extremamente importante efectuar uma ficha de avaliação a distribuir pelos elementos da comunidade educativa no fim do ano lectivo de forma a poder efectuar uma avaliação quer a título individual, quer da equipa educativa, quer do funcionamento e Serviço da Referência da Biblioteca Escolar.

Período escolar ___/___/___	Actividades Propostas	Actividades Cumpridas	Classificação	Crítica
Equipamento				
Fundo Documental				
Divulgação de informação				
Apoio Serviço de Referência				
Animação Pedagógica				

Ficha 21 – Ficha de Avaliação de Actividades

Este conjunto de fichas permite verificar que ao criar instrumentos de trabalho que possibilitem uma melhor Gestão da Informação na Biblioteca Escolar o rendimento e os serviços aos utilizadores tendem a melhorar e consequentemente o contributo da Biblioteca Escolar para o Ensino/Aprendizagem na actual Sociedade da Informação é maior e com mais qualidade.

2.3. Sumário

Neste capítulo procurou-se efectuar uma análise exaustiva de todo o processo que envolve a Biblioteca Escolar, a sua Gestão da Informação e acima de tudo o contributo que deve ter no Ensino/Aprendizagem na actual Sociedade da Informação. A Biblioteca Escolar deve assim, constituir-se como um núcleo de organização pedagógica da escola vocacionada para actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. Deve ter uma dinâmica em que seja capaz de fazer face os objectivos defendidos pelo Manifesto da UNESCO tais como tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um Fundo Documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho; estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela ciência, a arte e a cultura; ajudar os professores a planificarem as suas actividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem.

A Biblioteca Escolar tem necessidade de uma administração, que não poderá esquecer a sua realidade, assim como ao público a que se destina, pois de nada serve a uma biblioteca ter Fundo Documental se este não for utilizado. Ao nível dos recursos humanos com uma equipa educativa, na qual serão escolhidos elementos com competências diversificadas, mas que no seu todo constituam um poderoso alicerce para a concretização dos planos previamente estabelecidos. Torna-se aqui crucial o papel desempenhado pelo professor/coordenador para o sucesso da Gestão da Informação.

Há que equacionar se deve ser um professor efectivo na própria escola, mas sem conhecimentos de Biblioteconomia ou um Técnico Superior de Biblioteca e Documentação, mas sem conhecimentos a nível de prática pedagógica. Procurou-se também analisar o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, assim como produzir um conjunto de fichas de apoio à Gestão da Informação.

Capítulo 3 – A nova Biblioteca Escolar

3. O potencial da nova Biblioteca Escolar

3.1. Introdução – Como formar potenciais utilizadores das bibliotecas públicas e bibliotecas universitárias através da biblioteca escolar?

**“Fonte e forma de progresso, um lugar por excelência onde habita a informação: muito livre, organizada, disponível, variada e em todos os suportes.
Um local de curiosidade, saber e prazer”**

Teresa Calçada

No nosso País, o alargamento da escolaridade obrigatória e a desejável democratização do ensino, sob o paradigma “Educação para todos”, introduziu um efeito contraproducente e perverso, contribuindo para o aumento da taxa de sucesso.

Torna-se então necessário passar do paradigma da homogeneização para o paradigma de diferenciação sistemática, o professor deve direccionar a sua atenção para o quadro cognitivo em que o aluno se encontra, promovendo estratégias de aprendizagem adequadas, de modo a criar situações que permitam partilhar o que cada um tem e partir do que cada aluno sabe, ao contrário da educação compensatória que parte do que os alunos não sabem, ou dá mais a quem tem menos. *“A Escola do presente e do futuro exige, acima de tudo uma permanente intencionalidade estratégica, uma capacidade sistemática para imaginar o futuro dos progressos tecnológicos, pela mudança dos estilos de vida e das formas de trabalhar, pela globalização das economias e pela explosão das mobilidades físicas e virtuais” (FIGUEIREDO, Dias, 1995).*

Um dos grandes desafios que se apresenta à educação é o de conciliar as tecnologias com a dimensão humana, ou seja a frieza das altas tecnologias impõe uma contrapartida de valor humano, uma vez que quanto mais tecnológica é a sociedade, mais necessita de compensações ao nível dos valores humanos e da afectividade.

A Sociedade da Informação constitui uma mudança cultural, implicando novos objectivos educativos como a capacidade de tratamento da informação, o conhecimento de conteúdos ligados às Tecnologias da Informação e da Comunicação e ao domínio de novas técnicas de trabalho.

A evolução do ensino em função de modificações no sistema de valores, transformação das atitudes em relação ao conhecimento e ao domínio do saber, desenvolvimento das necessidades de informação numa sociedade mais complexa em que as funções se diversificam e em que a participação a todos os níveis requer uma informação actualizada, faz com que haja a necessidade de criar um espaço capaz de solucionar estas questões na própria escola: a Biblioteca Escolar.

A Biblioteca Escolar é assim considerada um recurso estratégico na formação do cidadão que mais tarde poderão vir a utilizar as Bibliotecas Públicas e as Bibliotecas Universitárias no caso de vir a prosseguir os seus estudos para o Ensino Superior. O desenvolvimento de competências e de auto-formação começa na escola e a Biblioteca Escolar pode de uma forma informal conseguir transmitir conteúdos e estratégias de pesquisa capazes de orientar o utilizador para futuras descobertas.

“A informação transformou-se num fenómeno vital para o Homem dos nossos dias, o qual só poderá sobreviver por meio de uma adaptação permanente à transformação, isto é, de uma reconversão contínua da sua atitude pessoal e de novos conhecimentos a um estilo de vida diferente, protegendo a sua integridade interna, a sua personalidade” (VERON, Catherine, 1981).

A pesquisa de informação nos vários tipos de documentos de uma forma a poder produzir transformações nos conteúdos e criar materiais faz com que se desenvolvam determinadas capacidades nos indivíduos que os vão acompanhar pela vida fora fortalecendo o seu ego e domínio de competências inerentes à Sociedade da Informação.

É na Biblioteca Escolar que começa o prazer de mexer, lidar, ler e transformar, procurar, apreender e solucionar. É local da escola onde se tem uma educação paralela, mas informal e faz com que se torne num local mais apetecível.

Por vezes é difícil induzir os alunos a frequentá-la e até os professores, mas depois de “convidados” a participar nas suas actividades raros são aqueles que não sentem vontade em voltar. Criam-se assim as bases que vão servir para alicerçar a formação dos futuros utilizadores das bibliotecas Públicas e Universitárias.

Como?

Através de um plano de actividades previamente definido e estabelecido de acordo com as características das tipologias dos seus utilizadores. Não há planos-chave, mas sim um conjunto de actividades que podem fomentar o gosto pelo local e pelas actividades aí desenvolvidas. Um convite a ler um artigo de um jornal desportivo, uma navegação na Internet, um DVD de um filme que esteve em cartaz, um jogo de computador, tudo com muita vida e dinâmica, pois uma biblioteca sem jovens é um espaço frio, desolador e sem significado nos dias de hoje em plena Sociedade de Aprendizagem constante. Só incutindo nos jovens e professores o espírito que a biblioteca é um lugar para frequentar no seu quotidiano é que podemos mudar as mentalidades e alterar valores que vão fazer com que se formem os potenciais utilizadores das Bibliotecas Públicas e Universitárias capazes de adquirir competências para agir na actual Sociedade da Informação. A Biblioteca Escolar torna-se o motor essencial para o tratamento da informação e assume-se como um local dentro da comunidade educativa capaz de estimular nos seus utilizadores o processo de pesquisa e o gosto pela investigação. É um local por excelência não só para fomentar os hábitos de leitura, mas também e essencialmente promover o acesso às TIC e o gosto pela documentação e consequentemente pelo acesso à informação. Posteriormente, e a partir deste contacto que deve ser fomentado na Biblioteca Escolar, torna-se mais fácil formar cidadãos com vontade de aceder à informação através de outros tipos de bibliotecas, nomeadamente as Bibliotecas Públicas e as Bibliotecas Universitárias.

3.2. A importância das TIC e a Biblioteca Escolar

“Esta tua descoberta irá provocar o esquecimento nas almas daqueles que a aprenderam, pois eles não usarão a sua memória, mas confiarão nos caracteres escritos exteriores e não se lembrarão por si próprios”

Platão

Desde o início dos anos 60, em muitos países Europeus e nos EUA tem-se desenvolvido inúmeras actividades de investigação e desenvolvimento de introdução das TIC na educação através de múltiplos programas e projectos.

Em Portugal, só a partir da década de 80, com o programa oficial do projecto Minerva (Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Actualização) criado a partir do Despacho 206ME/85 publicado na II Série de 31/10/85 que durou de 1985 a 1994 é que se começou a relacionar o computador com a prática pedagógica, tendo de certa medida este projecto sido o responsável em Portugal pela introdução das TIC nas escolas. Contudo só nos anos 90 é que esta realidade começou a sentir-se nas escolas através de programas de apoio criados pelo Ministério da Educação – Programa Nónio-Século XXI que visa o incentivo ao uso das TIC é um exemplo concreto desta realidade.

Pretendia-se com estes programas apetrechar as escolas com equipamento informático; formar professores e formadores de professores, desenvolver software educativo potenciar as TIC como instrumento de valorização e inserção para a vida activa. Não sendo possível negar a importância que hoje o computador tem na vida quer pessoal, quer profissional, quer na própria escola, é no entanto necessário continuar a referir que a relação educativa é sobretudo uma relação humana que apenas pode utilizar o computador para conseguir efectuar um trabalho mais próximo com aquilo que caracteriza a Sociedade da Informação. Deve-se reforçar a ideia que as TIC servem para criar um ambiente diferente de aprendizagem e tornar ainda mais próximo aquele que ensina daquele que aprende pois a prática pedagógica não fica fechada à sala de aula mas perpetua-se para além da escola, sendo extremamente importante ver no

professor um coordenador de percursos educativos e não apenas um transmissor de saberes. A escola é assim uma organização social que constitui um meio de vida e uma instância de socialização não podendo ser confundida com o somatório de disciplinas e de aulas. A escola representa uma totalidade complexa que é mais do que a soma das partes e corresponde no essencial a um sistema de comportamentos que não se confina à fronteira física do estabelecimento de ensino. É no quadro desta totalidade organizacional que tem de ser pensado o processo de intervenção que consiste em introduzir ou desenvolver, um dispositivo documental, capaz de ter uma influência transformadora na organização escolar: a biblioteca escolar. Enquanto sistema de acção colectiva, enquanto coração da escola a biblioteca escolar é uma construção humana. Assim as modalidades de organização do saber, de Gestão da Informação, da gestão do espaço e equipamentos não correspondem a dados naturais, mas são pelo contrário o resultado de um processo de produção histórica da escola que nos é familiar. No entanto depende dos recursos humanos que haja uma mudança nos hábitos de utilização recursos educativos incluindo aos hábitos de utilizar a Biblioteca Escolar.

É precisamente um dos papéis da Biblioteca Escolar introduzir alterações na organização dos tempos, dos espaços, das modalidades de acção, consagrados às aprendizagens. Este dispositivo documental poderá favorecer uma alteração qualitativa na lógica de funcionamento da instituição, passando de uma lógica de acumulação para uma lógica de produção de saberes. Esta evolução supõe uma reorganização interna do sistema no que respeita às relações de poder, às relações com o saber, aos conteúdos e modos de circulação da informação, no interior do estabelecimento de ensino. Torna-se assim pertinente afirmar que a ligação Biblioteca Escolar/TIC não representa o acrescento funcional de um serviço, mas sim uma inovação organizacional que vai de encontro às práticas pedagógicas recorrentes do actual processo de ensino/aprendizagem.

3.3. A Rede de Leitura Pública

“Para as Bibliotecas, a aliança entre os computadores e as telecomunicações significou a oportunidade de transaccionar mais informação, quer em termos de acesso, quer em termos de oferta”

Maria Manuela Borges

Por Leitura Pública deve entender-se o estabelecimento de uma relação entre a criação e o público com uma dupla finalidade cultural – possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas, e social – contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade, conferindo-lhe a possibilidades de exercer plenamente o acto de escolher, (Manifesto da Leitura Pública em anexo).

A Leitura Pública deve ser assim uma porta aberta para todos os cidadãos e a Biblioteca Pública deve ser o meio de permitir que o cidadão possa usufruir do direito que tem no acesso à informação.

A Biblioteca Pública é o centro local da informação. Os serviços prestados e as colecções devem ser baseados em igualdade de acesso para todos em termos de raça, idade, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Os serviços e colecções devem estar isentos de qualquer forma de censura ideológica, política, comercial e religiosa. São assim missões da Biblioteca Pública a Informação, a alfabetização, a educação e a Cultura.

As Bibliotecas Públicas são no caso da Europa Mediterrânea e Ocidental o resultado do legado revolucionário francês, uma vez que o seu património se constitui com o confisco dos bens da Igreja. No caso da Inglaterra e dos EUA o contexto histórico, político e social é diferente o que vai diferenciar a criação das Bibliotecas. Há uma Revolução Industrial e torna-se necessário qualificar as pessoas que vinham do sector primário. Do ponto de vista social estas bibliotecas foram pensadas para se dirigirem à população activa.

Em Portugal a Real Biblioteca Pública, criada por um Alvará Régio de 29 de Fevereiro de 1796, foi a primeira biblioteca portuguesa a receber oficialmente a designação de pública, com um fundo constituído principalmente pelas sobras pertencentes à Real Mesa Censória. Só mais tarde e como consequência da Revolução Liberal (1832) que conduziu a uma renovação das mentalidades é que se começou a falar na existência de Bibliotecas Públicas devido à extinção das ordens religiosas cujos bens foram incorporados na Fazenda Nacional dando-se a reorganização dos municípios.

Criam-se assim Bibliotecas Públicas com o objectivo de suportar a obra educadora do regime, todavia esse património veicula as ideias ou valores do Antigo Regime.

As primeiras Bibliotecas Públicas são assim marcadas pelas questões de conservação do Património Cultural. Surge a primeira Biblioteca Pública no Porto em 1833, mas só a partir de uma circular de 25 de Agosto de 1836 se reconhece oficialmente a necessidade de, nas sedes de distrito se criar uma Biblioteca Pública. Estas bibliotecas tinham por intuito desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instrutiva e deviam pelo menos existir na capital de cada Concelho e ser mantidas pelo poder municipal. Em 1887 é criada a Inspeção Geral da Biblioteca e Arquivos Públicos, o Curso de Bibliotecário (ambos reorganizados em 1901) e é regulado o Depósito Legal.

Ao longo do século XX as Bibliotecas portuguesas também são marcadas por questões políticas. A República tinha como meta fazer com que as Bibliotecas não se dedicassem só à Conservação, mas que operassem uma cultura mental e que fizessem com que os livros se tornassem úteis. Nesta perspectiva legislou criando um Decreto em 18 de Março de 1911 que referia que as bibliotecas deviam ser “palácios de leitura”, com uma tríplice finalidade de ensinar; informar e distrair sendo preciso instituir Bibliotecas Populares em cada município, de onde irradiariam bibliotecas móveis para levar o livro a todas as aldeias, completando assim a acção das escolas, pois neste período não existiam Bibliotecas Escolares. Posteriormente o regime ditatorial instaurado não permitia que as bibliotecas estivessem viradas para o cidadão, para a informação, para a partilha e cooperação. São assim o reflexo do que se vivia num País voltado de costas

para o mundo. Também a falta de Tecnologias não permitia avançar muita na maneira de efectuar uma gestão e divulgação da informação.

O pós 25 de Abril de 1974 com o nascimento da Democracia em Portugal abriram-se as portas para uma possível remodelação nas Bibliotecas Públicas.

No entanto só em 1986 o Despacho 23/86 de 11 de Março da Secretaria da Cultura faz com que surja uma alteração profunda na reestruturação da Bibliotecas Públicas em Portugal. O objectivo deste despacho visava a criação de condições que conduzissem ao estabelecimento de uma Política Nacional que de leitura que implementasse medidas para que fosse possível regular o funcionamento da criação de uma Rede de Leitura Pública.

O Programa da criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas iniciou-se em 1987 com o objectivo de instalar e desenvolver, em cada um dos 275 Concelhos do Continente, de modernas Bibliotecas Municipais, através de apoio técnico do Ministério da Cultura. Até 1987 as poucas bibliotecas públicas existentes eram instituições centenárias, algumas com colecções de grande raridade e valor histórico.

O Programa em Portugal, promovido pelo Governo, desde 1987, baseava-se na co-responsabilização das autoridades locais para a criação de modernas bibliotecas públicas com secções diferenciado para adultos e crianças, fundos especiais e colecções de periódicos, com documentos em suporte áudio, vídeo e multimédia, capazes de reflectir e acompanhar as correntes actuais, fornecendo formação e ocupação criativa de tempos livres, não esquecendo o seu papel de promoção de leitura, educação e formação para todos sem excepção, de acordo com os Princípios gerais defendidos pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas.

As Infra-estruturas agora criadas possuem também espaços para actividades de animação, exposições e colóquios, o que faz da Biblioteca Pública um local de encontro e uma janela para o mundo.

Portugal	
Século XVIII – Real Biblioteca Pública	29 de Fevereiro de <u>1796</u> – Alvará Régio
Século XIX – Revolução Liberal Sedes de Distrito	<u>1832</u> Extinção das Ordens Religiosas Bens na Fazenda Nacional Mentalidade Nova em relação ao Conceito das Bibliotecas Públicas 1833 – 1ª Biblioteca Pública no Porto
	<u>1836</u> – Bibliotecas Públicas em cada Distrito <u>1887</u> – Criada a Inspeção Geral da Biblioteca e Arquivos Públicos / Curso de Bibliotecário Regulamentação do Depósito Legal
Século XX – República Ditadura	<u>1911</u> – Bibliotecas encaradas como “ palácios de Leitura”: deviam ensinar, informar e distrair Bibliotecas Populares Bibliotecas Móveis <u>1933</u> – Bibliotecas Fechadas para o cidadão Bibliotecas Escolares, mas só com documentos referentes ao regime.
Pós 25 de Abril de 1974 Democracia	<u>1986</u> – Reestruturação das Bibliotecas Públicas em Portugal Bibliotecas para “todos”
Século XXI	Bibliotecas viradas para o utilizador a trabalharem em Rede

Quadro 6 – Síntese Histórica das Bibliotecas Públicas no nosso País

O programa, não obedecendo a normas rígidas, estabelece porém alguns parâmetros, valores mínimos e princípios programáticos orientadores quanto à dimensão e funcionalidade da biblioteca, como condição para a obtenção dos já mencionados apoios financeiros e técnicos da administração central, através da celebração de um contrato-programa entre o Governo e a respectiva Autarquia. As autoridades locais podem optar por restaurar edifícios patrimoniais – antigos

para instalar a biblioteca ou promover projectos de construção de raiz. Em ambos os casos, é essencial que a biblioteca se situe em local central e bem integrada na rede urbana, com forte valor simbólico. Desde a selecção do terreno, passando pelas várias fases de construção e equipamento, até à constituição das colecções, automatização do catálogo e de planificação dos serviços, o Instituto supervisiona o projecto e presta apoio técnico e, após a abertura ao público especialmente em acções de formação, actividades de animação e promoção de leitura. O desenvolvimento de cada um dos projectos assenta no trabalho conjunto de equipas da Administração Local e Central: bibliotecários, arquitectos, engenheiros e informáticos.

As Bibliotecas que integram a rede são dimensionadas em função do número de habitantes de cada Concelho, de acordo com três Programas Tipo – BM1; BM2; BM3 que definem a área útil a afectar aos diferentes serviços, o número de documentos exigidos e o quadro mínimo de pessoal tecnicamente habilitado.

	Concelhos	Área
Biblioteca Municipal de tipo 1	Até 20 000 hab.	655m ²
Biblioteca Municipal de tipo 2	De 20 000 a 50 000 hab.	1 225 m ²
Biblioteca Municipal de tipo 3	Mais de 50 000 hab	1 735 m ²
Em anexo: encontram-se os Programas/tipo correspondentes a tipologia da Biblioteca		

Quadro7-BM/Tipologia

As Bibliotecas Públicas dispõem assim de diversas áreas de utilização pública para leitura, audição e visionamento: secção de adultos com zonas de empréstimo, consulta local e leitura de periódicos; secção infantil – onde os espaços são delineados de acordo com os grupos etários, dispondo de uma área reservada aos mais pequenos que inclui uma sala do conto para actividades em grupo; sala polivalente e/auditério – para a realização de diversas actividades de

animação cultural como exposições, colóquios, encontros multimédia ou de escritores.

Em todas as secções os documentos organizam-se em estantes de livre acesso: as colecções encontram-se dispostas por assunto, facilitando ao leitor a escolha das obras que quer consultar. A consulta ou o empréstimo domiciliário são gratuitas. A constituição do fundo documental obedece a critérios de selecção e aquisição de publicações em diferentes suportes que deverão de forma equilibrada, coerente e actualizada cobrir todas as áreas do conhecimento.

Através da Rede Informática de Leitura Pública (RILP) que reúne sob a forma de consórcio um conjunto de municípios e o IPLB, pretende-se dotar as bibliotecas dos recursos informáticos tendentes a melhorar os serviços prestados, no âmbito de uma solução de automatização comum. A RILP pretende estabelecer um conjunto de metodologias relativas à aplicação das novas tecnologias multimédia e que se prendem com a prestação de novos serviços aos utilizadores: informação à comunidade, Internet, CD-ROM *networking* e *open learning*.

- Articulação das Bibliotecas Públicas com as Bibliotecas Escolares

A articulação das Bibliotecas Públicas com as Bibliotecas Escolares começou a tornar-se realidade concreta principalmente a partir da criação da Rede de Bibliotecas Escolares com o programa SABE (Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares). Esta ligação deve ser estimulada sobretudo para melhor dar a conhecer as Bibliotecas Públicas e estimular à sua frequência, mas sempre encarando-a como complemento na aquisição de uma formação informal e não como substituindo o papel da própria escola. Torna-se assim necessário e básico que as Bibliotecas Públicas conheçam o meio real das Bibliotecas Escolares até por que são elas que devem incentivar que as Bibliotecas Escolares tenham um prática correcta da técnica biblioteconómica, actividades de dinamização e animação e sobretudo que consigam conquistar os seus utilizadores, pois são eles que quando deixarem a escola poderão a vir a frequentar as Bibliotecas Públicas.

Hoje só se entende que uma Biblioteca Pública tenha sucesso se estiver aberta para o cidadão, sendo a estatística de frequência um dos referenciais do sucesso qualitativo prestado pela Biblioteca Pública. Um dos serviços mais importantes numa Biblioteca Pública é o Serviço de Referência, pois são os Técnicos que lidam com o utilizador que melhor têm uma percepção de quais as suas necessidades de informação documental.

A Biblioteca Pública, actualmente, na Sociedade da Informação deve ser encarada como uma porta aberta para o acesso à informação e consequentemente para o conhecimento. Deve, por isso, haver cada vez mais por parte dos Municípios um investimento nas estruturas que possibilitem a criação de Bibliotecas Públicas uma vez que elas representam uma das possíveis formas de educar o cidadão atribuindo-lhe competências e ferramentas de trabalho para que consiga competir na actual sociedade seja no domínio do pessoal, seja no próprio domínio do profissional. A Biblioteca Pública é o motor necessário para que a cultura entre nas vidas dos cidadãos e apesar de ainda no nosso país haver grandes lacunas nesta área, deve ser feito um esforço por parte das Autarquias e dos próprios Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação a trabalharem nas Bibliotecas, para ir de encontro à população através da organização de actividades que possibilitem que o cidadão sinta curiosidade de começar a frequentar este espaço diariamente no seu quotidiano de vida.

Tal como as Bibliotecas Móveis de antigamente da Fundação Calouste Gulbenkian se dirigiam às aldeias para levar livros e muita informação só possível de ser acedida por parte da população desta forma, também hoje em pleno século XXI deve-se investir nos Bibliomóveis que levam não só o livro, mas também o computador às populações que não tem meios para aceder à informação.

3.4. A Rede Universitária

“Vivemos numa Sociedade que tem a sua base de sustentação no conhecimento e no saber, em que o desenvolvimento económico, a competitividade das empresas e economias, o desenvolvimento pessoal e o nível de emprego estão directamente relacionados com o desenvolvimento dos conhecimentos e das competências”

Edith Cresson

O estudo permanente e ao longo da vida é hoje considerado como uma necessidade inerente a todos. *“Urge ensaiar outras vias que passem por um envolvimento diferente dos principais agentes educativos, quer ao nível dos sujeitos, dos processos, das estratégias, das tarefas, dos conhecimentos, dos contextos e do pressuposto de que os objectivos foram bem identificados e são adequados”* (TAVARES; 1996).

As Bibliotecas Universitárias tem um papel extremamente importante no que concerne à formação quer de alunos, quer de docentes, quer de investigadores. Torna-se crucial salientar que se trata de uma Biblioteca muitas das vezes especialidade na área dos cursos que a Instituição Universitária promove e apesar de ter as já habituais Obras de Referência as suas publicações são de um domínio específico.

Hoje em dia o seu papel é cada vez mais posto em realce e tenta-se muitas das vezes através de módulos de formação dar a conhecer ao utilizador “como efectuar uma pesquisa bibliográfica, pois muitos dos seus alunos devido à conjuntura anterior a nível de contexto de bibliotecas escolares carece de informação e competências neste domínio, não usufruindo de todas as potencialidades que o Fundo Documental de uma Biblioteca Universitária tem para oferecer. As Bibliotecas Universitárias apesar de estarem ligadas à educação e à formação já têm uma postura diferente face a determinados factores humanos; técnicos, de funcionamento que fazem com que se aproximem mais das Bibliotecas Públicas.

Já tem um espaço próprio que consagre as diferentes características inerentes ao fundo documental, já tem catálogo automatizado, pesquisa de fundo documental em linha e recursos humanos integrados na Carreira de Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação e de Técnicos Profissionais de BAD – Bibliotecas, Arquivos e Documentos. O que permite de certa forma verificar que houve uma preocupação em dotar as Universidades de Bibliotecas capazes de servir de complemento e apoio ao que era leccionado nas diversas disciplinas dos Cursos Universitários.

Em comparação com as Bibliotecas Escolares dos Estabelecimentos de ensino não superior podemos verificar que as Bibliotecas Universitárias se encontram muito mais bem apetrechadas. Contudo verifica-se que ainda há hábitos de frequência pouco significativos no que toca à sua utilização.

Porquê é que isto acontece? Porque muitos dos alunos não foram motivados para a sua frequência a partir das Bibliotecas Escolares e do trabalho que deve ser efectuado pelos professores nas escolas de uma forma informal, dinâmica e activa.

Ainda há a ideia de que só se vai à Biblioteca quando é estritamente necessário para estudar ou requisitar um livro recomendado pelo professor, hábitos que se notam principalmente nas áreas das engenharias e ciências. Apesar de tudo a necessidade de saciar a procura de informação tem vindo a aumentar e a procura deste local no meio universitário torna-se inerente às necessidades de competências neste domínio a adquirir pelos cidadãos na actual Sociedade da Informação.

A RUBi – Rede Universitária de Bibliotecas e Informação veio significar novos métodos de trabalho, cooperação institucional e melhores serviços aos utilizadores, permitindo uma integração plena das redes nacional e internacional dando o seu contributo para uma política de informação a nível nacional. (<http://www.sapo.pt/culturais/bibliotecas/universidades>).



Pesquisa	Recursos electrónicos	Serviços	Informação geral	Outros	Pesquisa local
catálogo dos SDUA	assuntos	EIB	organigrama	missão	
outros catálogos	bases de dados	sala de referência	horário	visão	
na Internet	revistas on-line	formação	regulamento	história	
empréstimo condicionado		aquisições	contactos	visita virtual	
		difusão de informação	localização	CDE Aveirana	

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - University of Coimbra General Library



Informações ao leitor
História da BGUC
Estrutura funcional
Publicações
Pesquisa



[This page in english](#)



A Biblioteca Geral da Universidade do Minho está situada nas instalações dos [Serviços de Documentação da Universidade do Minho](#).

[Guia da Biblioteca](#)

[Pesquisa na Base de Dados](#)

[Diskettes que acompanham monografias](#)

[Bibliográficos](#)

[Pesquisar na Internet](#)

[Serviços de leitura e empréstimo](#)

[Informações sobre a Biblioteca](#)

[Pergunte a um bibliotecário](#)

[Serviços de Difusão de Informação](#)

Quadro 8 – Comparativo dos Serviços disponíveis on-line nas BU de Aveiro, Coimbra e Minho

3.5. A importância do E-Learning na formação de utilizadores da Biblioteca Escolar

“O ensino, formação e treino são áreas de grande potencial e forte expansão sendo consideradas, num futuro próximo, como uma das actividades económicas de maior importância”

Luís Borges Gouveia

É natural afirmar-se que o ensino à distância teve como antecessor o designado “ensino por correspondência” com materiais didácticos, fundamentalmente escritos em forma de papel, que não eram correctamente aplicados a níveis superiores de qualificação profissional ou educacional. Este método de “ensino por correspondência” com mais de um século de existência, conheceu uma expansão e importância significativas em países anglo-saxónicos e nórdicos, especialmente focalizados para o ensino básico e ensino técnico.

Com o decorrer do tempo o ensino à distância (EAD) tornou-se um instrumento importante da política educativa, tendo-se criados universidades que se desenvolveram a sua actividade quase exclusivamente por ensino à distância, com é o caso da *Open University* em Inglaterra, a *Universidad Nacional de Educacion a Distancia* em Espanha, a *Fernuniversitat Hagem* na Alemanha e, mais recentemente a *Universidade Aberta* em Portugal. Segundo (LITTO, 2000) o desenvolvimento do EAD pode assim ser dividido em quatro gerações:

- Primeira geração do EAD – Ensino por correspondência. Esta geração caracterizou-se essencialmente pela troca de documentos em papel (manuais, guias de estudo e outro material impresso) entre o aluno e o professor, enviado através do correio tradicional;
- Segunda geração do EAD – Tele-Educação. Durante os anos 60 caracterizado pela difusão da informação através da rádio, televisão, áudio e vídeo. Nestes sistemas, a comunicação era

efectuada num único sentido com excepção do telefone e de troca de documentos em papel que completavam a difusão;

- Terceira geração do EAD – Serviços Telemáticos. Foi caracterizada pela utilização dos sistemas de comunicação bidireccional entre professor e aluno, aproveitando as capacidades da imagem, do som, e do movimento para a transmissão de conhecimentos e para a introdução de ferramentas que possibilitavam maior interacção e flexibilidade de estudo;
- Quarta geração – Escolas e Turmas Virtuais. A evolução da telemática veio alterar todos os conceitos de difusão e Gestão da Informação que suportaram as 3 gerações anteriores e também muitos dos conceitos clássicos tradicionais.

Hoje assiste-se à entrada na era do EAD em espaço e tempo virtuais com a proliferação de escolas virtuais com cursos acessíveis via Web com possibilidade de aulas colaborativas em formato Chat utilizando vários tipos de tecnologias disponíveis no mercado global. A formação baseada na Internet é uma realidade que vem acelerar e modificar o panorama de ensino à distância. É um processo de evolução social que terá impacte na maneira como as pessoas assimilam o Saber e a forma como podem, desde já usar a tecnologia como um meio de se instruírem, tanto profissionalmente como de uma forma lúdica.

O E-Learning baseado em rede faz com que ele seja capaz de suportar actualizações instantâneas, ter uma capacidade de armazenamento sem limitações de suporte físico e uma fiável distribuição e partilha de instrução e de informação.

Este sistema de ensino traz vantagens tais como:

- Permite aceder aos conteúdos em qualquer lugar e a qualquer hora;
- Permite a conversação em tempo real ou diferido colocando mensagens em grupos de discussão, uso de áudio, vídeo;

- Permite uma evolução ao ritmo de cada aluno uma vez que o ensino é centrado no aluno;
- Recorrendo ao hipertexto permite interligar outros recursos que podem melhorar a experiência da aprendizagem;
- É leccionado por módulos, o que permite uma arquitectura que facilita diferentes construções de conteúdo, no desenho e na duração;
- Permite gerir e medir a interacção entre formandos e formadores com acompanhamento tecnológico permanente;
- Permite uma formação com baixos custos;
- Permite criar programas individuais concebidos a partir da combinação do registo histórico de aprendizagem de cada aluno, progredindo de acordo com o que aprendeu e o desempenho demonstrado;
- O E-Learning apresenta assim inúmeros desafios, múltiplas potencialidades na actual Sociedade da Informação em que vivemos. É uma prioridade social na educação para todos e um desafio e uma necessidade política no combate à literacia tecnológica funcional.

Assim que as TIC chegam à educação deve ser reestruturada toda a prática educativa em contexto de sala de aula, devendo então a Biblioteca Escolar servir para motor de coesão que permita que se venha a ministrar na escola um apoio à prática docente no que diz respeito ao domínio das tecnologias, das linguagens e dos conteúdos por parte dos professores; numa organização e gestão pedagógica partilhada; na criação de produtos e materiais; na definição de métodos, objectivos personalizados e transmiti-los aos alunos. *”Vamos assistir a profundas transformações nas formas de conceber e organizar a formação, nos conteúdos de formação, nas formas de aprender e nas funções e nos perfis dos formadores, nos processos de validar e certificar as competências adquiridas. O Ensino à distância vai permitir validar uma diversidade de locais de formação e uma grande flexibilidade de dispositivos”* (NUNES, Maria Clara, 1998).

A Biblioteca Escolar surge assim como um local de excelência para efectuar esta passagem uma vez que reúne todas as condições técnicas, humanas e documentais para criar um ambiente propício à inovação e à mudança por este meio de aprender que permite que quer o aluno, quer o professor tenha a percepção de aprender é um “vício” que o deve acompanhar para toda a vida.

De acordo com um manual de competências (RURATO, *Paulo*, 2000) que se adequam sem dúvida ao papel da Biblioteca Escolar nesta área. Neste sistema de E-Learning deve-se:

1. Promover a criação de sistemas de formação abertos em que cada um possa aprender o seu próprio ritmo e no nível que lhe for mais apropriado.
2. Promover a aprendizagem experiencial, utilizando métodos em que se aproveita e opera-se sobre a actividade real.
3. Fomentar a capacidade e o gosto pela aprendizagem a nível de sistemas da formação inicial e contínua.
4. Valorizar os conhecimentos anteriores dos alunos, bem como as suas necessidades e as suas expectativas quando se criam e constroem programas.
5. Desmistificar o acto de aprendizagem apresentando-o como um processo natural de exploração, análise e desenvolvimento associados às actividades quotidianas.

3.6. Sumário

Neste capítulo procurou-se analisar qual o contributo que a Biblioteca Escolar tem no processo de aprendizagem do indivíduo e no seu futuro a nível da aprendizagem ao longo da vida. A evolução do ensino em função de modificações no sistema de valores, transformação das atitudes em relação ao conhecimento e ao domínio do saber, desenvolvimento das necessidades de informação numa sociedade mais complexa, em que as funções se diversificam e em que a participação a todos os níveis requer uma informação actualizada, faz com que haja a necessidade de criar uma espaço capaz de solucionar estas questões na própria escola: a Biblioteca Escolar.

A Biblioteca Escolar é assim considerada um recurso estratégico na formação do cidadãos que mais tarde poderão vir a utilizar as Biblioteca Públicas e as Bibliotecas Universitárias neste último caso se vierem a prosseguir os seus estudos para o Ensino Superior. O desenvolvimento de competências e de auto-formação começa na escola e a Biblioteca Escolar pode de uma forma informal conseguir transmitir conteúdos e estratégias de pesquisa capazes de orientar a utilizador para futuras descobertas.

Neste capítulo dá-se primazia ao uso das TIC na Biblioteca Escolar para que o indivíduo venha a ter competências nestes domínios na sua vida futura, assim com se procurou analisar a Rede de Leitura Pública e o seu contributo na actual Sociedade da Informação, tal como a Rubi – Rede de Bibliotecas Universitárias. Tentou-se relacionar as várias tipologias de Bibliotecas que directamente estão mais relacionadas com a formação do indivíduo nas competências que procuram transmitir em áreas como a pesquisa e tratamento da informação, assim como no uso das TIC. Procurou-se ainda referir as vantagens do E-learnig e o contributo que este sistema apoiado nas TIC tem no campo da formação do cidadão na actual Sociedade da Informação.

Capítulo 4 – Apresentação do caso de estudo

4. Caracterização contextual da: Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho da Figueira da Foz

4.1. Enquadramento Geográfico, Económico-Social e Cultural do meio

“Qualquer ideia proferida desperta outra ideia contrária”

Goethe

O Concelho da Figueira da Foz, com uma população de 62 601 habitantes (Censos, 2001) tem uma localização privilegiada possuindo mar, rio, praia e serra.

É um dos pólos de atracção balnear e turística do País. Assim, o Turismo é uma das suas actividades económicas que tem sido revitalizado nos últimos anos, com realizações de carácter cultural, desportivo e de animação. A pesca é uma das actividades tradicionais que agrega outras complementares (lota, conservas, frio e reparação naval). Ao nível da indústria, esta situa-se preferencialmente na periferia da cidade, destacando-se a indústria de Celulose como a CELBI e a SOPORCEL e outras indústrias associadas à reparação naval, madeiras, vidros, têxteis e plásticos, algumas destas concentradas na recente zona industrial.

Possui um porto de mar que tem verificado um desenvolvimento de tráfego nos últimos tempos, bem como melhoramentos físicos nomeadamente ligações ferroviárias que beneficiam o escoamento de mercadorias.

O sector comercial é contudo o mais desenvolvido, predominando o comércio tradicional, com destaque para a Restauração, seguida dos têxteis e vestuário.

O espaço agrícola envolvente é importante, dando origem ao desenvolvimento de serviços especializados dirigidos à agricultura, havendo culturas tradicionais como a do arroz. A área agrícola constitui cerca de 23,6%, comparativamente com a área florestal que é de cerca 47,4%, sendo a área urbana de 6,6% e para outros usos de 22,4%.

Em termos demográficos verificou-se um crescimento populacional, apesar de diferenciados nas várias freguesias. Contudo regista-se uma tendência para o envelhecimento da população.

A distribuição da população por sectores apresenta uma maior incidência no sector terciário, seguindo-se o sector secundário e por fim o primário, destacando-se no sector terciário o comércio, a hotelaria e a restauração.

Sob o ponto de vista cultural, a Figueira da Foz é uma cidade em que constantemente se realizam actividades culturais. São bem conhecidos os festivais de cinema, de folclores e de teatro. Para além disso organizam-se congressos, palestras, exposições, campeonatos desportivos de várias modalidades.

Neste âmbito deve ser realçada a importância do recente Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz.

No Concelho existem cinco escolas dos 2º e 3º Ciclos, sendo uma delas uma instituição particular, e três escolas com Ensino Secundário também elas com 3º Ciclo do ensino Básico.

A Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho situa-se na zona norte da cidade e pertence à freguesia de Tavarede, fazendo fronteira com as freguesias de Buarcos e de São Julião.



Fotografia 1 – Vista da Cidade da Figueira da Foz

No entanto, a escola está inserida na rede urbana, uma vez que se encontram esbatidas as fronteiras entre a cidade e as freguesias limítrofes, numa vasta área urbanizada e com boas acessibilidades. A entrada principal é feita pela Rua Dra. Cristina Torres e a lateral pela Rua Joaquim Sotto Mayor. Ao fundo da

rua Dra. Cristina Torres encontra-se uma rotunda com a estátua do patrono da Escola Dr. Joaquim de Carvalho uma vasta zona verde de lazer – “As Abadias”.

“Este oportuno utilização dos altos méritos de Joaquim de Carvalho proporcionou ao país uma mestre insigne nessa matéria, afirmado tanto na Cátedra, onde é respeitado e venerado por todos os alunos, como na feira das Letras, à qual tem trazido obras-primas da História, Ensaio, Crítica e Filosofia “ in Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Doutorou-se com mérito em Direito e Letras pela Universidade de Coimbra, sendo Docente nesta Universidade assim como também Director da Biblioteca da Universidade de Coimbra entre 1921 e 1935.

A Escola tem estabelecido boas relações institucionais e de colaboração com várias instituições e empresas das quais se destacam: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Plasfil, Celbi, Fundação Bissaya Barreto; Ginásio Clube Figueirense, Instituto de Emprego e Formação Profissional entre outras.

A escola é ainda Centro de Formação da Associação de Escolas da Figueira da Foz.



Fotografia 2 – Entrada Principal

4.2. Caracterização da Escola

- Breve Historial

Liceu Municipal Dr. Bissaya Barreto

Em 1932 – Sendo Ministro da Instrução Pública Cordeiro Ramos, o Decreto de 6 de Outubro criou na cidade da Figueira da Foz um Liceu Municipal, que se denominou de Liceu Municipal do Dr. Bissaya Barreto.

A 25 de Abril abriu portas a nova escola, num prédio situado no local onde hoje se ergue a estação rodoviária.

Em 1940 – Já perfeitamente inserida no meio a escola colaborou com a cidade nas comemorações dos centenários nacionais da Fundação e da Restauração de Portugal (1140-1640-1940).

Em 1956 – O ensino do Liceu Municipal alargou-se ao 2º Ciclo Liceal, nele se leccionando já em 1958/59, o então 5º ano.

Em 1958 – Devido ao crescimento em ritmo verdadeiramente impressionante da população escolar os ministérios de Arantes e Oliveira e Leite Pinto (Obras Públicas e Educação Nacional, respectivamente) aprovaram um plano de construção a médio prazo de novos liceus incluindo o Liceu da Figueira da Foz.

Liceu Nacional da Figueira da Foz

Em 1961 – Constatando que a frequência do Liceu Municipal aumentara num ritmo comparável ao de alguns liceus nacionais e perante a impossibilidade da Câmara Municipal suportar alguns cargos, o Ministério Lopes de Almeida elevou a Nacional, o Liceu da Figueira da Foz. O mesmo Decreto-Lei previa a introdução gradual do 3º Ciclo a partir de 1962/63.

Em 1968 – O “Liceu Novo” abriu em Junho com exames.

Em 1969 – As 18.30 horas do dia 17 de Abril assinalaram a inauguração oficial pelo Chefe de Estado Américo Tomás, de cuja comitiva faziam parte os ministros da Educação Nacional, José Hermano Saraiva e das Obras Públicas, Silva Sanches.

Escola Secundária n.º 2

Em 1979 – Terminada com o 25 de Abril de 1974, a distinção entre liceus e escolas técnicas, a designação oficial passou a ser Escola Secundária n.º 2 da Figueira da Foz.

Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho

Em 1987 – Concluída uma campanha iniciada em 1978, uma portaria governamental consagrou a designação oficial de Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho – Figueira da Foz, de acordo com a proposta enviada pela Escola, reconhecendo o valor de Joaquim de Carvalho no âmbito da cultura e da educação e com o apoio maioritário dos professores e a concordância da Câmara Municipal.

Em 1989 – Em colaboração com a Autarquia, a escola comemorou a passagem dos 30 anos sobre a morte de Joaquim de Carvalho, tendo como horizonte 1992 – centenário do seu nascimento.

Em 1996/97/98 – A escola esteve envolvida nos projectos do Programa Sócrates-Comenius/Ciência Viva e Rede de Escolas “Expo’98”.

Em 1999 – A Escola passou a ter a designação actual – Escola secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho. Foi continuado o processo de renovação do mobiliário escolar, e progressiva aproximação da comunidade escolar às Tecnologias da Informação e Comunicação, quer através de mais computadores, quer através da extensão da rede interna local – intranet. Foi instalado o sistema de vigilância, vídeo e elaborado e implementado o Plano de Emergência.

Em 2001/2002 – A Biblioteca Escolar mudou para o actual local podendo assim vir a fazer face às exigências da actual Sociedade da Informação e à sua consequente integração na Rede de Bibliotecas Escolares.

- Projecto Educativo

Perante a complexidade da gestão de uma escola é fundamental a descentralização e uma maior participação de todos os representantes dos vários sectores, desenvolvendo-se as redes de comunicação necessárias para que os restantes órgãos realizem eficazmente o acompanhamento e a avaliação do funcionamento da escola e lhe dirijam recomendações com vista ao desenvolvimento do projecto Educativo, Projecto Curricular e ao cumprimento do plano Anual de Actividades. A implementação do Projecto Educativo para cada ano lectivo, será feita através da concretização dos vários Planos e Projectos a desenvolver ao longo de três anos de duração do mesmo. Anualmente é feito um registo documental das actividades realizadas.

O Projecto Educativo permite fazer a definição da escola que se quer, “afirmar as opções da escola-comunidade educativa quanto ao ideal de educação a seguir, as metas e finalidade a perseguir, as políticas a desenvolver” (CARVALHO, Angelina 1994).

Numa Comunidade Escolar que se pretende activa e participativa, urge levar cada um dos seus membros a participar, intervir e responsabilizar-se, com vista a melhorar a escola e a proporcionar aos alunos uma melhor qualidade de ensino e educação. Sob o ponto de vista pedagógico e na perspectiva de promoção do desenvolvimento cívico constituem-se como objectivos principais do Projecto Educativo:

- Desenvolver uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e do exercício responsável da liberdade individual;
- Consciencializar para a defesa do património natural e cultural;
- Promover a educação para a saúde;
- Promover a educação para o consumo;

- Despertar a atitude crítica e interventiva em relação aos problemas da comunidade escolar e do meio onde a escola se insere;
- Desenvolver um olhar crítico sobre os problemas que afectam toda a humanidade;
- Consciencializar para um diálogo intercultural;
- Promover o espírito de cidadania europeia;

Para a concretização destes objectivos houve a necessidade de:

1. Valorizar a criação de projectos e clubes incluindo a reestruturação da Biblioteca Escolar;
2. Desenvolver parcerias, intercâmbios e programas de extensão com instituições /empresas com interesse para a escola;
3. Consciencialização de que todos podem e devem contribuir para a escola.

O Projecto Educativo assume-se como organizador de diversidade, permitindo que os agentes educativos se reconheçam como interventores nas políticas educativas e como construtores de espaços de autonomia. É também um gerador de descentralização permitindo a delegação de responsabilidades, um impulsionador de atitudes democráticas e comunicativas e um construtor de consensos. O Projecto Educativo propicia ainda, através de realizações concretas e de exigências do trabalho em equipa, da avaliação e de uma nova relação entre as pessoas, a emergência da mudança social. É através dele que se exprime a identidade de uma escola e funciona como ordenador de toda a sua vida. Por isso as linhas de orientação pedagógica e objectivos devem ser de tal modo gerais e abrangentes que proporcionem flexibilidade e participação de todos os elementos da comunidade escolar. *“O Projecto Educativo deve ainda servir a incerteza, ter*

em conta o indeterminado, ser capaz de reflectir de direcção como resultado de uma avaliação permanente, incorporar o conflito mas, sobretudo desenvolver a cada individuo o seu espaço de criatividade e acção de modo a que ele sinta reconhecida a sua actividade, compreenda as suas acções e as possa inscrever num todo significativo. Neste sentido, o Projecto Educativo deve ser colectivo mas favorecendo a interacção, autónomo e independente” (CARVALHO, Angelina, 1994).

4.3. Metodologia utilizada na recolha da informação

A Metodologia utilizada foi baseada num estudo prévio da organização educacional – escola e procurou de um a forma mais fiável possível conseguir verificar quais as realidades quotidianas vividas no espaço Biblioteca Escolar e na sua ligação quer com o meio escolar, quer com a meio local.

Procurou-se efectuar uma avaliação do estudo de caso baseado num plano previamente estabelecido de análise e como actuar ao longo dessa análise. Utilizou-se uma metodologia qualitativa que permitisse efectuar um diagnóstico da realidade concreta.

Fez-se observação directa no terreno e elaborou-se um diário de acontecimentos que em certa medida marcam a realidade quotidiana.

Elaboraram-se ainda questionários à comunidade escolar para auscultação e questionários de frequência diária. Também se procedeu à análise do registo diário de frequência de utilização e de empréstimo domiciliário.

4.3.1. Objecto de Estudo: a Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar foi o alvo de estudo de caso e pretende-se com este trabalho contribuir para a resolução de problemas práticos e para a melhoria da prática educativa.

Procurou-se previamente formular algumas questões no início do estudo para se poder efectuar uma análise mais precisa. Essas questões centrais foram:

A Biblioteca Escolar encontra-se num local de fácil acesso para todos os utilizadores?

Procurou-se analisar as mudanças ocorridas quer a nível de espaço, quer a nível de equipamentos técnicos e de recurso humanas necessárias para efectuar a candidatura à RBE – Rede de Bibliotecas Escolares.

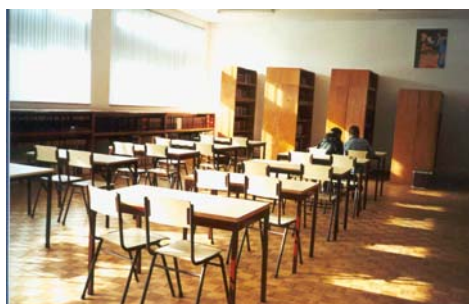
- A utilização do espaço obedece a que critérios?

Procurou-se relacionar com os critérios defendidos pela Rede de Bibliotecas Escolares (ver Planta em Anexo)

A Antiga Biblioteca Escolar não obedecia aos critérios exigidos pela Rede de Bibliotecas Escolares. Apesar de se encontrar no primeiro piso e num local central não tinha espaço adequado para todos os utilizadores da comunidade escolar. Estava preparada para um fundo documental onde a primazia era dada ao livro e apesar de esforços para colocar computadores não tinha espaços adequados que proporcionassem uma acessibilidade agradável aos utilizadores. Tornava-se então necessário proceder a alterações quer do espaço, quer do próprio funcionamento e estrutura do fundo documental para que fosse possível que a Biblioteca Escolar tivesse um Serviço de Referência e um espaço adequado às necessidades da actual Sociedade da Informação. Analisou-se o problema e houve a necessidade de mudar de local a Biblioteca escolar de sítio uma vez que não se podia alargar a Biblioteca Escolar por não haver estruturas físicas que o permitissem. Foram então seleccionadas três salas de aula no mesmo piso, mas noutra área de forma a possibilitar a mudança de espaço necessário à reestruturação da Biblioteca Escolar. Foram feitas obras e tornou-se um espaço amplo que necessitava de mobiliário, equipamento e algum fundo documental novo.



Fotografia 3 – BE antiga



Fotografia 4 – Mudança de Instalações, ainda com mobiliário antigo



Fotografia 5 – Mudança de Instalações, já com computadores

Existem normas de funcionamento, nomeadamente um horário previamente definido e um regulamento? Procurou-se analisar o Regimento Interno da Biblioteca Escolar (cópia do regimento em anexo).

- Quais os serviços prestados pela Biblioteca Escolar? Tentou-se analisar o Serviço de Referência e quais as alterações que deviam ser feitas para que se pudesse melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores.



Fotografia 6 – Serviço de Referência

Qual a tipologia e a quantidade de Fundo Documental existente?

Procurou-se fazer uma análise se ao fundo documental e se correspondia às necessidades dos utilizadores e da própria prática educativa da escola.



Fotografia 7 – Arrumação nas estantes do Fundo Documental

- Que tipo de gestão era efectuada a nível do orçamento disponível, recursos humanos, técnicos e equipamentos e automatização do catálogo.



Fotografia 8 – Balcão de Atendimento



Fotografia 9 – Docentes a trabalharem na Gestão de Recursos

- Procurou-se analisar quais os critérios que foram introduzidos no Projecto Educativo a nível do Plano de Actividades.

4.4. Sumário

Neste capítulo procedeu-se à apresentação do caso de estudo: A Biblioteca Escolar da Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho da Figueira da Foz.

Efectuou-se também uma apresentação da metodologia que se ia utilizar: observação directa e registo, assim com a utilização de questionários.

Posteriormente efectuou-se a caracterização da conjuntura sócio-económica onde a escola está inserida e uma breve resenha da história da Escola.

Efectuou-se ainda a caracterização da Biblioteca Escolar e das alterações que teve por passar para poder ser aceite na candidatura à da RBE – Rede de Bibliotecas Escolares. Houve uma mudança de instalações, assim como novo mobiliário e equipamentos, uma renovação a nível do Fundo Documental e iniciou-se o processo de informatização do Fundo Documental, recorrendo-se ao PORBASE 5 disponibilizado pela Biblioteca Nacional que apoia em linha todo o processo

Capítulo 5 – Análise do estudo de caso

5.1. Caracterização do caso de estudo

“Para que resulte o possível, deve ser tentado o impossível”

Hermann Hess

Este estudo baseou-se na análise feita ao longo de um ano lectivo – 2002/03. Todos os dados recolhidos e aqui divulgados dizem apenas respeito a este ano e sendo assim a própria equipa educativa é constituída anualmente apesar de um dos critérios da RBE ser o da permanência de três anos para a planificação, execução, concretização e avaliação de resultados

A Biblioteca Escolar desta escola tem como principal objectivo servir uma comunidade escolar. Pode-se considerar a Biblioteca Escolar como sendo um lugar exploratório do Universo actual da informação e tornando-a o elo de ligação entre a comunidade escolar e o meio exterior. Cumpre assim o papel de recolha, tratamento e difusão de Informação.

A aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de competências vocacionais, a capacidade de uma cultura de participação e responsabilidade estão na base de uma oferta de educação qualificativa e de combate ao insucesso e abandono escolar.

O desafio da Escola do futuro está na capacidade de formar cidadãos capazes de cooperar e inovar para o produto, tratamento e difusão da informação que vá de encontro às necessidades específicas da conjuntura sócio-económica externa à escola, sendo a Biblioteca Escolar o recurso essencial na concepção, planeamento, gestão, cooperação e divulgação de informação documental e boas práticas de cidadania, para dar cumprimento ao princípio da transversalidade curricular promovido pelo actual modelo de inovação educacional.

Face a este enquadramento é analisado o estudo de caso da Biblioteca Escolar.



Fotografia 10 – Espaço de multiactividades/zona de informações/exposições

A Biblioteca Escolar tem como principal objectivo servir os utilizadores da Comunidade Escolar daí que o seu horário de funcionamento vá de encontro às suas necessidades havendo um horário diurno e um nocturno visando este último servir um tipo de público-alvo que se situa na maior parte na faixa etária dos adultos.

A Comunidade Escolar devido ao seu número de elementos faz com que haja necessidade de se ter uma BE4 – Biblioteca Escolar de nível 4 uma vez que se torna necessário poder proporcionar as condições para que se possa criar um espaço dinâmico agradável e que vá de encontro às necessidades dos cidadãos nos dias de hoje em plena Sociedade da Informação.

Funcionamento

Horário (de 2º feira a 6º feira)

Horário	Abertura	Fecho
Período Diurno	8.20	17.30
Período Nocturno	19.00	21.00

Quadro 9 – Horário de Funcionamento da BE

Comunidade Escolar

Número de Docentes	122
Número de Alunos	1200
Número de Funcionários	25
Outros Técnicos:	
Assistente Social e Psicóloga Escolar	2

Quadro 10 – Comunidade Escolar

Frequência

Média de leitores (Frequência diária)

A Biblioteca Escolar tem uma média de frequência diária que se pode considerar boa e incide mais sobre os alunos do 3º Ciclo pois a maior parte de alunos que a visita diariamente pertence a este grau de ensino.

Alunos Ensino Básico (7º ao 9º ano)	12 a 15 anos	De 10 a 50 utilizadores
Alunos Ensino Secundário Existe Ensino nocturno / adultos a frequentar este tipo de ensino, frequentando também a BE	15 a 25 anos	De 10 a 35 utilizadores
Professores	24 a 60 anos	De 5 a 10

Quadro 11 – Faixa etária de frequência diária

A Equipa da Biblioteca Escolar também é constituída por docentes com competências diversificadas de acordo com as directrizes do programa da RBE – Rede de Bibliotecas Escolares como se pode observar nos quadros seguintes:

Equipa da Biblioteca Escolar

Docentes:

Cargos	Nomes	Horas lectivas/ semanais atribuídas
- Coordenadora da BE e dos projectos educativos da escola	Prof. Júlia Seiça	8 H
- Gestor do sistema informático	Prof. Jorge Romão	4 H
- Tratamento Técnico das Publicações (informatização do fundo documental /PORBASE 5) - Serviço de Referência	Prof. Isabel Pinheiro	20 H
- Tratamento Técnico das Publicações - Informatização e Classificação de documentos - Serviço de Referência (análise dos perfis de utilizadores) - Pesquisa e difusão em rede de informação/ ligação à RBE	Prof. Margarida Bairrão	11H
- Serviço de Referência/ Atendimento aos utilizadores. - Registo de Publicações Periódicas	Prof. João	22 H
- Exposições	Prof. Nicélia	1 H
- Exposições/ Atendimento	Prof. Manuel	1 H

Funcionários

Auxiliar A. E. Biblioteca/ Serviço de Reprografia – Período Diurno	D. Marisa	35 H
Auxiliar A. E. Biblioteca/ Serviço de Reprografia – Período Nocturno	D.Fátima	35 H
Auxiliar A. E. Serviço de Reprografia – Período Diurno	D. Céu	35 H

Quadro 12 – Equipa da BE

Uma das principais preocupações ao mudar de espaço foi o Fundo Documental, uma vez que estamos na presença de uma Biblioteca Escolar com um Fundo Documental muito elevado, havendo vários documentos de elevado valor e a necessitarem de restauro. Houve a preocupação de se criar um Arquivo, designado segundo a terminologia das Bibliotecas Públicas e Universitárias de Depósito, uma vez que se tornava difícil proceder à sua arrumação no espaço-biblioteca e em estantes de livre acesso.

Ao longo do processo de remodelação da nova Biblioteca Escolar pretendeu-se diversificar os suportes da informação numa altura em que vivemos em plena Sociedade da Informação em que as TIC se conjugam com o livro e onde é preciso inovar no novo modelo de ensino-aprendizagem.

Pretendeu-se também adquirir publicações como Obras de Referência e CD-ROM que possibilitem o apoio às várias áreas disciplinares. Actualmente o Fundo Documental consagra o número de publicações que podemos observar no quadro seguinte:

Fundo Documental

Documentos Textuais	20 000 Volumes
Documentos não Textuais	200 Volumes

Quadro 13 – Fundo Documental



Fotografia 11 e 12 – Estantes em Livre Acesso

O Fundo Documental encontra-se distribuído por classes, seguindo as normas da CDU – Classificação Decimal Universal. É de salientar que o quadro aqui representado diz respeito apenas ao fundo documental existente no espaço-biblioteca, não sendo mencionado o fundo documental que existe nas pequenas bibliotecas dos Departamento de Ciências daí o número limitado de publicações nesta área.

- Distribuição por classes

Classe 0 – Generalidades	20%
Classe 1 – Filosofia. Psicologia	10%
Classe 2 – Religião	3%
Classe 3 – Ciências Sociais	10%
Classe 5 – Ciências Exactas	3%
Classe 6 – Ciências Aplicadas	4%
Classe 7 – Arte. Desporto	10%
Classe 8 – Língua. Literatura	20%
Classe 9 – História. Geografia. Biografias	20%

Quadro 12 – Classificação Decimal Universal / BE

Seguindo as directrizes do Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Escolares que defende que a Biblioteca Escolar deve ser uma porta aberta para o mundo do saber, utiliza-se nesta biblioteca o livre acesso às estantes ou seja todos os utilizadores da escola podem livremente percorrer as estantes e retirar depois as publicações que entenderem. Existem normas de funcionamento afixadas para que à retirada das publicações, estas não sejam novamente colocadas nas estantes, mas sim nos carrinhos ao lado das estantes para esse efeito. Este procedimento possibilita que os livros possam ser arrumado convenientemente nos locais certos por parte das funcionárias, assim com também possibilitam realizar uma estatística de publicações mais utilizadas diariamente.

Acesso

- Livre acesso às estantes que estão organizadas segundo a CDU – Classificação Decimal Universal
- Empréstimo domiciliário mediante a apresentação do cartão de aluno e /ou professor
- Apoio para as aulas
- Apoio para o estudo acompanhado
- Apoio para área escola e área de projectos

A Biblioteca Escolar também apoia o Centro da Associação de Escolas da Figueira da Foz, assim como os Cursos de Formação Profissional do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz, cujas disciplinas teóricas são leccionadas nas instalações da Escola.



Fotografia 13 – Actividades na Biblioteca Escolar

- Actividades que a Biblioteca desenvolve:

- Exposições temáticas (por mês)
- Informação semanal sobre os acontecimentos mais relevantes da semana (por semana)
- Jornadas Culturais (fim 2º período)
- Feira do Livro (fim 2º período)
- Hora do Conto (fim 2º período)
- Promover encontro com escritores (fim 2º período)

- Concursos /jogos didácticos/ Top Livro e Top Vídeo
- Actividades decorrentes da ligação à RBE
- Apoiar o Projecto Educativo e Plano de Actividades da Escola
- Organizar sessões de trabalho sobre (Início de cada ano lectivo):
 - “ Como pesquisar e utilizar os recursos existentes na BE”
- “ Como navegar na Internet”



Fotografia 14 - Encontro com a escritora
Lúcia Jorge



Fotografia 15 - Zona de Estudo



Fotografia 16 – Zona de Vídeo



Fotografia 17 – Zona de Áudio



Fotografia 18 – Zona Multimédia



Fotografia 19 – Feira do Livro

Iniciativas apoiados

A Escola encontra-se na RBE – Rede de Bibliotecas Escolares tendo sido-lhe atribuído uma verba de dez mil euros para fazer face às despesas com equipamento e mobiliário:

DREC	Albergaria-a-Velha	EB 2 Albergaria-a-Velha	6.500 €
	Almeida	EB 2,3/S Vilar Formoso	7.500 €
	Anadia	EB 1 Sangalhos - Agrup ^o Anadia 2	6.500 €
	Cantanhede	EB 2,3 Carlos de Oliveira - Agrup ^o Finisterra	7.500 €
	Carregal do Sal	EBI Aristides de Sousa Mendes	5.000 €
	Coimbra	EB 1 Coimbra nº 15 - Agrup ^o	5.000 €
		EB 2,3 Taveiro	6.500 €
		ES D. Dinis	5.000 €
	Estarreja	EB 1/JI Lacedrales - Agrup ^o	5.000 €
	Figueira da Foz	EB2,3 Infante D. Pedro	6.500 €
		ES/3 Dr. Joaquim de Carvalho	10.000 €

Quadro 13 – Verba Atribuída pela RBE à Escola

Projecto

1. Identificação do Projecto:

“ Inovação no campo literário ”

Início com as Jornadas Culturais que se realizaram nos dias 10, 11 e 12 de Abril de 2003 e teve a duração de um ano. Foi feita uma exposição que tentou promover a difusão do conhecimento através da diversidade de documentos e apelar à necessidade de aceder à informação como ferramenta indispensável de trabalho na actual Sociedade em que vivemos.

As Jornadas Culturais não se destinaram apenas à comunidade escolar, mas também ao meio envolvente da escola.

5.2. Análise dos dados obtidos

Os dados aqui obtidos dizem respeito aos questionários que foram entregues à Comunidade Escolar nomeadamente aos docentes e aos alunos abrangendo um Universo de 1320 indivíduos.

Estes questionários foram entregues aos Docentes durante sensivelmente um mês através do Coordenador de Departamento Curricular e aos alunos através do respectivo Director de Turma.

Procedeu-se também à entrega de questionários a título avulso nomeadamente a todos os utilizadores que se dirigiam à Biblioteca Escolar independentemente de serem alunos ou docentes durante o mês de Abril de 2003 – fim do 2º Período Escolar.

Optou-se por excluir os funcionários da escola, não por não serem parte integrante e importante na escola, mas porque se trata de um tipo de utilizador que por enquanto ainda não frequenta muito a Biblioteca Escolar.

É de referir que foi por parte dos alunos do Ensino Básico que houve mais iniciativas em colaborar positivamente no preenchimento dos questionários, verificando-se que se trata do tipo de utilizadores que mais frequentam a Biblioteca Escolar.

Neste segmento de Ensino a Biblioteca Escolar é procurada principalmente no período da hora de almoço, nas férias escolares e também quando há pausas lectivas ocasionadas pelas faltas dos professores.

Verificou-se por parte dos docentes algumas resistências a nível do preenchimento dos questionários, havendo mesmo alguns que apesar de os preencherem não se identificavam.

Notou-se que as pessoas da Comunidade Escolar não apreciam muito o preenchimento de questionários, principalmente no que toca aos seus conhecimentos pessoais sobre determinadas áreas.

Questionários Docentes

A) Uso de Documentos textuais e não textuais

1. Que consumo semanal faz de Publicações Periódicas?	
0	9%
De 1 a 3	60%
De 4 a 8	25%
> 8	6%

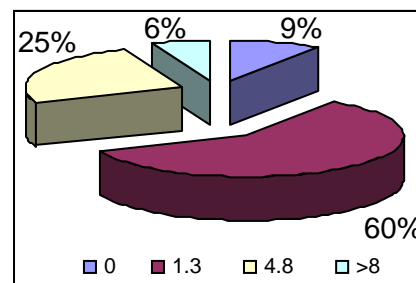


Figura 1 – Consumo semanal de Publicações Periódicas – Docentes

Figura 1 – Verifica-se que a média de consumo semanal de Publicações Periódicas (jornais e revistas) se situa entre 1 e 3 Publicações com 60% podendo assim constatar-se que a maioria dos docentes da escola consulta semanalmente este tipo de documentos. Temos no entanto 9% que não consulta qualquer tipo de Publicações Periódicas o que se torna preocupante hoje em dia em plena Sociedade da Informação.

1.1. Que consumo semanal faz de Livros?	
0	50%
De 1 a 3	47%
De 4 a 6	3%
> 6	0%

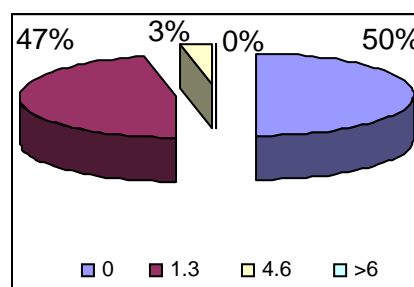


Figura 2 – Consumo semanal de Livros – Docentes

Figura 2 – Verifica-se que a maior percentagem 50% se situa em 0 Publicações no que diz respeito a Livros o que se torna extremamente preocupante. No entanto 47% lê em média 1 a 3 livros por semana.

1.2. Que consumo semanal faz de material não textual?	
0	22%
De 1 a 3	27%
De 4 a 6	27%
> 6	24%

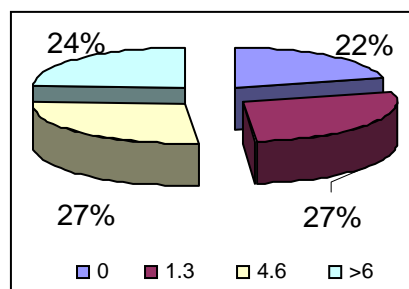


Figura 3 – Consumo semanal de material textual e não textual – Docentes

Figura 3 – Verifica-se que no que diz respeito a material não textual que o consumo semanal não é muito elevado em oposição à consulta de Publicações Textuais podendo assim constatar-se que ainda existe uma grande falta de consumo por parte dos docentes no que diz respeito ao uso deste tipo de documentos. A percentagem de média situa-se nos 27%.

B) Uso das TIC

2. Usa as TIC para uso?	
Pessoal	52%
Aulas	48%

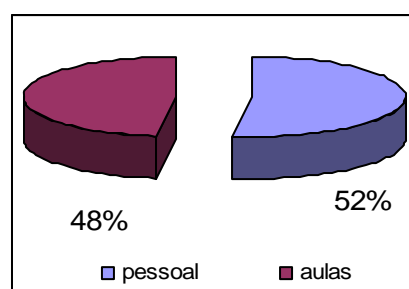


Figura 4 – Uso das TIC pelos Docentes

Figura 4 – Verifica-se que só metades dos docentes utilizam as TIC sendo a maior percentagem 52% para o seu enriquecimento pessoal e 48% para aulas propriamente ditas.

2.1. Usa a Internet para:	
Pessoal	43%
Aulas	49%
Não	8%

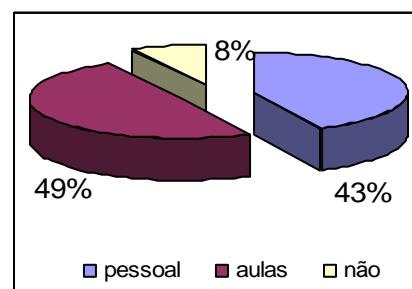


Figura 5 – Uso da Internet pelos Docentes

Figura 5 – Verifica-se que a maior percentagem dos docentes 49% utiliza a Internet para as aulas e apenas 8% não utiliza a Internet.

2.2. Usa correio electrónico	
Sim	50%
Não	50%

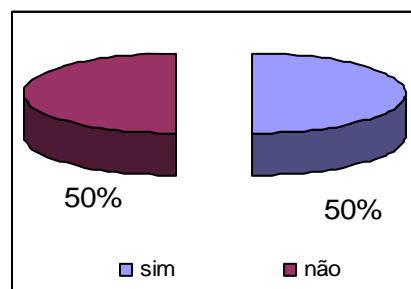


Figura 6 – Uso de correio electrónico pelos Docentes

Figura 6 – Verifica-se que no que diz respeito ao uso do correio electrónico com ferramenta de trabalho que 50% dos doentes utilizam e 50% dos docentes não utilizam o que demonstra que ainda há muito a fazer neste campo de acção e permite verificar que a mudança de mentalidades é um facto de relevância neste campo.

2.3. Considera as TIC essenciais para a formação?	
Sim	93%
Não	7%

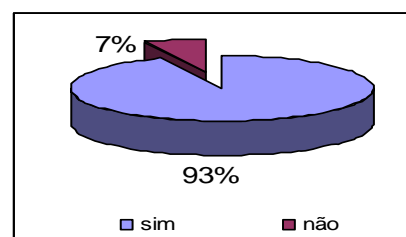


Figura 7 – Formação em TIC essenciais ou não para os Docentes

Figura 7 – Verifica-se que uma grande percentagem de docentes 93% considera fundamental o uso das TIC para a sua formação, contrapondo com 7% que não as considera essenciais. Os docentes estão ainda conscientes que as TIC são essenciais para a sua formação.

C) Frequência de uso de Bibliotecas

3. Que tipo de Bibliotecas costuma frequentar	
Escolar	55%
Pública	14%
Nacional	2%
Virtual	24%
Outras	5%

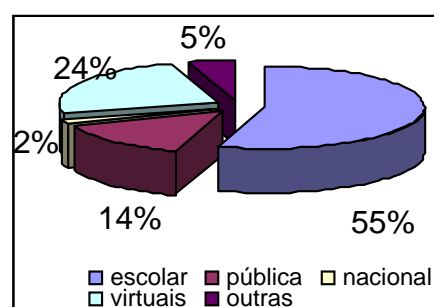


Figura 8 – Tipos de Bibliotecas frequentadas pelos Docentes

Figura 8 – Verifica-se que a maior percentagem dos docentes 55% utiliza a Biblioteca Escolar o que vem reforçar a ideia de que é na Biblioteca Escolar que se deve fomentar o gosto pela pesquisa e tratamento de informação e é a partir deste local que se criam hábitos de frequência para posterior utilização de outro tipo de bibliotecas. A Biblioteca Virtual também já tem alguma relevância no quotidiano dos docentes em oposição à Biblioteca Pública que conta com uma percentagem de apenas 14% o que se torna preocupante no que diz respeito a Hábitos de Leitura Pública.

4.1. Usa a Biblioteca Escolar com que frequência?	
Diária	14%
Semanal	35%
Mensal	32%
Anual	19%

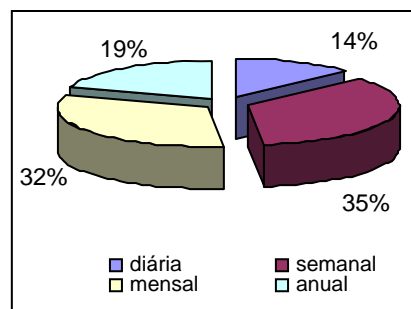


Figura 9 – Frequência do uso da Biblioteca Escolar

Figura 9 – Verifica-se que o uso de frequência mais relevante é semanal com 35% em oposição a 19% que se desloca uma vez por ano à Biblioteca Escolar. No entanto a frequência de utilização ainda não é um hábito muito comum.

5.6. O que é que costuma fazer na BE?	
Livre acesso	18%
Consulta	13%
Leitura	8%
Complemento/ Trabalho aulas	24%
Complemento/ uso Internet	28%
Jogos	4%
Áudio/Vídeo	4%
Empréstimo Domiciliário	1%

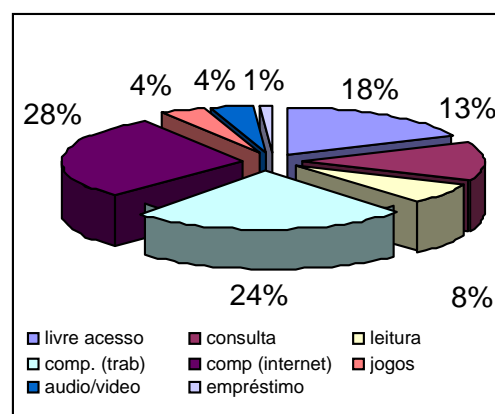


Figura 10 – O que os Docentes costumam fazer na Biblioteca Escolar

Figura 10 – Verifica-se que o uso da Internet na Biblioteca Escolar é das tarefas mais relevantes com 28% seguindo-se da pesquisa de materiais para complemento de aulas com 24%.

Questionários Alunos

A) Uso de Documentos textuais e não textuais

1. Que consumo semanal fazes de Publicações Periódicas?	
0	33%
De 1 a 3	52%
De 4 a 8	12%
> 8	3%

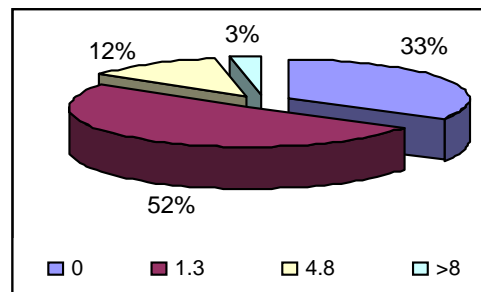


Figura 11 – Consumo semanal de Publicações Periódicas – Alunos

Figura 11 – Verifica-se que a maior percentagem 52% se situa entre 1 a 3 Publicações (jornais e revistas) semanais havendo no entanto uma percentagem significativa de 33% que não fazem qualquer consumo de Publicações Periódicas.

1.1. Que consumo semanal fazes de Livros?	
0	44%
De 1 a 3	52%
De 4 a 6	3%
> 6	1%

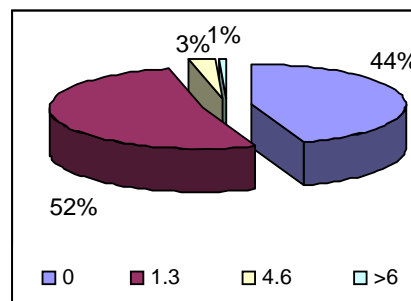


Figura 12 – Consumo semanal de Livros – Alunos

Figura 12 – Verifica-se que o consumo semanal maior de livros 52% se situa entre 1 a 3 Publicações semanais no entanto existe uma grande percentagem 44% em que não consomem semanalmente qualquer tipo de publicação o que faz com que não existam Hábitos de Leitura para um grande número de alunos o que faz com que seja uma situação preocupante do ponto de vista do insucesso escolar

1.2. Que consumo semanal fazes de material não textual?	
0	27%
De 1 a 3	34%
De 4 a 6	14%
> 6	26%

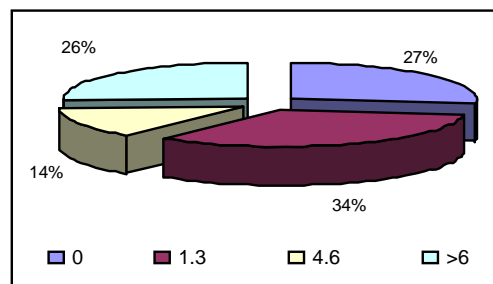


Figura 13 – Consumo semanal de material textual e não textual – Alunos

Figura 13 – Verifica-se que apesar de haver uma percentagem de 26% que consomem mais do que 8 unidades de material não textual a maior percentagem de alunos 27% não consomem qualquer tipo de material não textual.

B) Uso das TIC

2. Usas as TIC para uso?	
Pessoal	63%
Aulas	37%

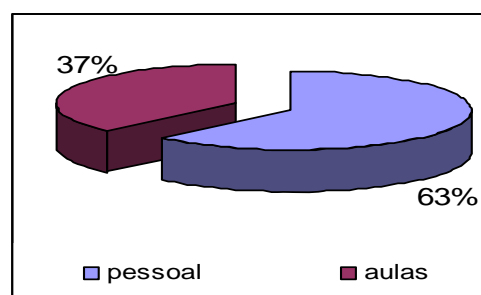


Figura 14 – Uso das TIC pelos Alunos

Figura 14 – Verifica-se que uma grande parte dos alunos 63% utiliza as TIC para o seu uso pessoal em oposição a 37% que utiliza apenas para as aulas.

2.1. Usas a Internet para:	
Pessoal	50%
Aulas	44%
Não	6%

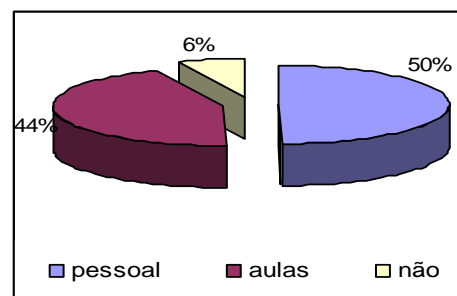


Figura 15 – Uso da Internet pelos Alunos

Figura 15 – Verifica-se que a Internet é na maior parte dos casos utilizada para uso pessoal 50% em oposição a 6% que não a utiliza.

2.2. Usas correio electrónico	
Sim	48%
Não	52%

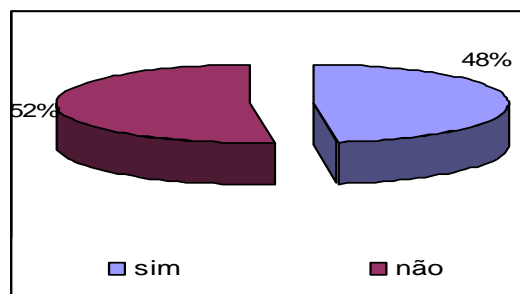


Figura 16 – Uso do correio electrónico pelos Alunos

Figura 16 – Verifica-se que a maior parte dos alunos não utiliza no seu dia a dia correio electrónico 52%.

2.3. Consideras as TIC essenciais para a formação?	
Sim	88%
Não	12%

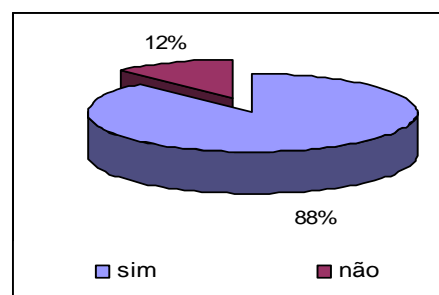


Figura 17 – Formação em TIC essenciais ou não para os alunos

Figura 17 – Verifica-se que no que se refere ao uso das TIC para a sua formação uma grande maioria 88% considera essenciais em oposição a apenas 12% que não acha significativo o uso das TIC para a sua formação.

C) Frequência do uso de Bibliotecas

3. Que tipo de Bibliotecas costumas frequentar?	
Escolar	58%
Pública	25%
Nacional	1%
Virtual	14%
Outras	2%

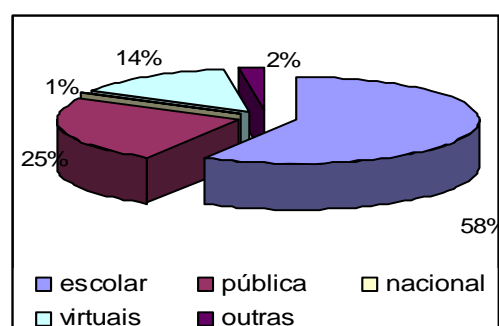


Figura 18 – Tipo de bibliotecas frequentadas pelos alunos

Figura 18 – Verifica-se que a maior percentagem dos alunos 58% utiliza a Biblioteca Escolar seguindo-se da frequência da Biblioteca Pública.

4.1. Usas a Biblioteca Escolar com que frequência?	
Diária	9%
Semanal	47%
Mensal	30%
Anual	14%
Outra	2%

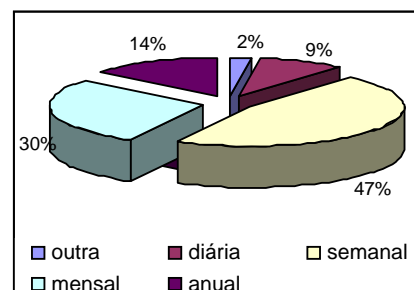


Figura 19 – Frequência do uso da Biblioteca Escolar pelos alunos

Figura 19 – Verifica-se que a maior percentagem de alunos 47% frequenta a Biblioteca Escolar semanalmente podendo se concluir que existe um camada de alunos que tem por hábito semanal deslocar-se à Biblioteca Escolar.

5.6. O que é que costumam fazer na BE?	
Livre acesso	17%
Consulta	16%
Leitura	7%
Complemento/ Trabalho aulas	14%
Complemento/ uso Internet	26%
Jogos	6%
Áudio/Vídeo	9%
Empréstimo Domiciliário	5%

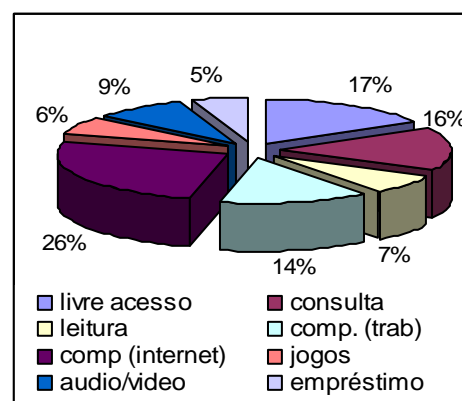


Figura 20 – O que os alunos costumam fazer na Biblioteca Escolar

Figura 20 – Verifica-se que a que os alunos se deslocam à Biblioteca Escolar essencialmente para utilizar a Internet 26% seguindo-se a consulta de livre acesso 17%.

- Amostra dos questionários diários feitos aos utilizadores que se deslocavam à BE (Docentes e alunos)

1. Frequência diária do uso da BE	
Diária	21%
Semanal	59%
Mensal	19%
Anual	1%

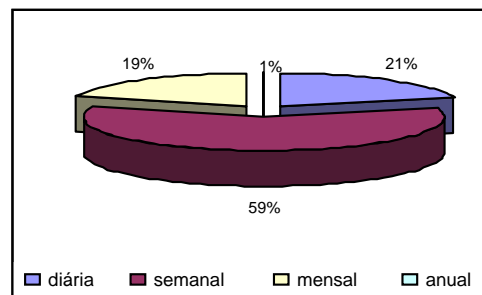


Figura 21 – Frequência diária do uso da BE

Figura 21 – Verifica-se que a frequência de uso da Biblioteca Escolar mais significativa é o uso semanal 59% ou seja quem frequenta a Biblioteca Escolar desloca-se a este local várias vezes por semana

2. Actividades desenvolvidas na BE	
Livre acesso	27%
Consulta	16%
Leitura	8%
Jogos	8%
Áudio/Vídeo	8%
Empréstimo Domiciliário	7%
Conteúdos documentais para apoio aulas	17%

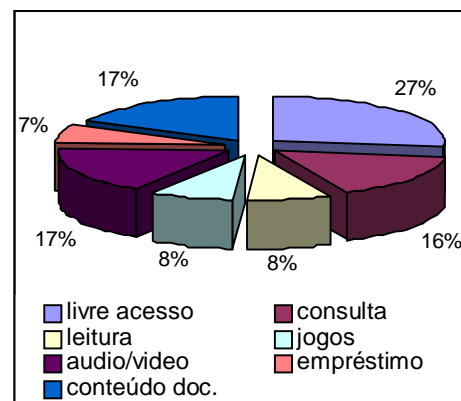


Figura 22 – Actividades desenvolvidas na BE

Figura 22 – Verifica-se que as actividades mais desenvolvidas são a pesquisa em livre acesso.

3. Uso do computador para:	
Pessoal	53%
Aulas	47%

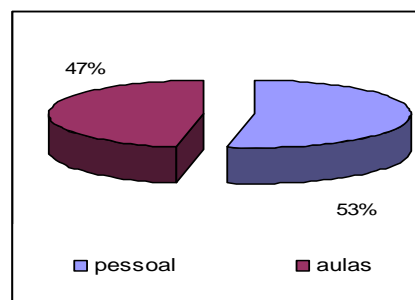


Figura 23 – Uso do computador

Figura 23 – Verifica-se que a maior parte dos utilizadores da Biblioteca Escolar utiliza o computador para actividades pessoais 53%.

- Domínios de Competências	
Word	56%
Excel	7%
Power Point	12%
Front Page	2%
Flash	0%
Scanner	13%
Outros	10%

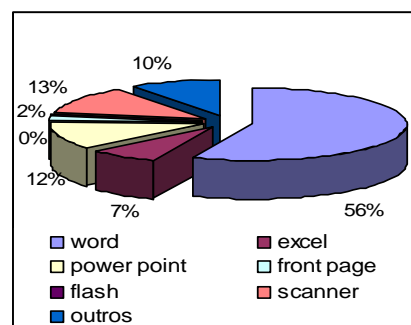


Figura 24 – Domínio de competências em TIC

Figura 24 – Verifica-se que a maioria dos utilizadores domina o processamento de texto 56% seguindo-se a digitalização de imagens recorrendo ao Scanner 13%.

- Uso da Internet:	
Sim	95%
Não	5%

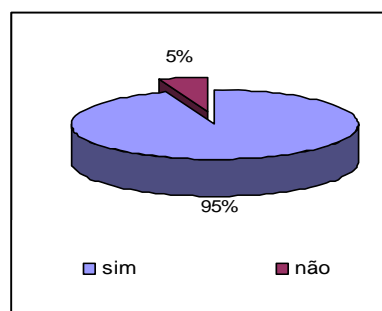


Figura 25 – Uso da Internet

Figura 25 – Verifica-se que a maior parte dos utilizadores da Biblioteca Escolar utiliza a Internet 95%.

- Usas da Internet	
Pessoal	50%
Aulas	50%

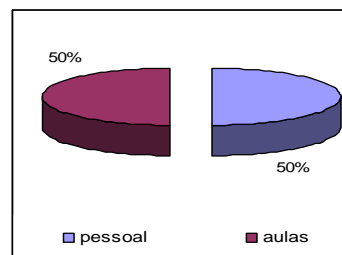


Figura 26 – Tipo de Uso da Internet

Figura 26 – Verifica-se que existe uma igualdade de utilização da Internet quer para as aulas 50% quer para uso pessoal 50%.

- Guardar / Imprimir informação	
Guardar (disquete)	77%
Imprimir	23%

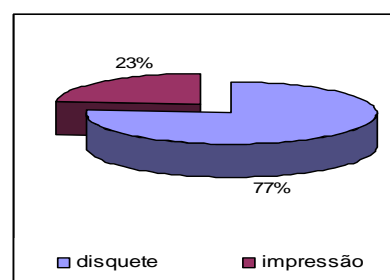


Figura 27 – Onde guardar a informação

Figura 27 – Verifica-se que a maior parte dos utilizadores da Biblioteca 77% guarda a informação pesquisada e só 23% a imprime.

- Usas correio electrónico	
Sim	61%
Não	39%

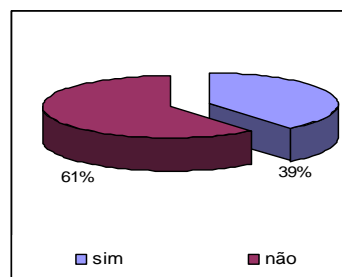


Figura 28 – Uso do correio electrónico

Figura 28 – Verifica-se que a maioria dos utilizadores da Biblioteca Escolar utiliza o correio electrónico 61%.

4. Numa escala de 1 a 5 classifica a BE quanto:	
Instalações	4.19
Equipamentos	3.65
Fundo Documental	3.63
Recursos Humanos	3.51
Organização/Gestão	4.06
Actividades	3.41

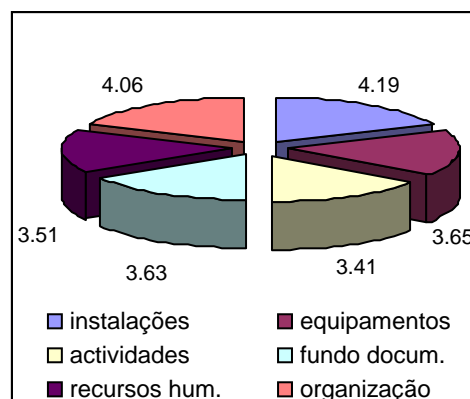


Figura 29 – Classificação da BE

Figura 29 – Verifica-se que o que atrai mais aos utilizadores da Biblioteca Escolar são as Instalações, seguindo-se da organização e dos equipamentos. É de salientar que a Biblioteca sofreu uma remodelação quer a nível do próprio local, espaço, mobiliário e equipamento para fazer face às necessidades decorrentes da candidatura à RBE – Rede de Bibliotecas Escolares.

5.3. Comentário crítico ao caso de estudo

Este estudo de caso teve como objectivo analisar qual a situação vivida numa Escola de Ensino Secundário do nosso país. Utilizou-se como amostra uma comunidade escolar constituída por docentes e alunos, tendo o estudo não sido efectuado a funcionários da escola. Seleccionou-se este tipo de inquiridos uma vez que são aqueles que estão mais directamente ligados à Biblioteca Escolar podendo constatar-se que não foi muito fácil obter respostas precisas para determinadas situações concretas que eram alvo de análise nos questionários.

O estudo foi realizado ao longo de uma ano lectivo e procurou apurar-se as reacções quer dos docentes, quer dos alunos decorrentes do processo de implementação e informatização da Biblioteca Escolar. Para que se pudesse efectuar um estudo preciso procurou-se conhecer melhor a realidade dos possíveis utilizadores da Biblioteca Escolar e quais as suas habilitações em manusear informação.

Partiu-se da observação directa, dos contactos informais e posteriormente na entrega de inquéritos que possibilitassem a recolha de informações mais precisas.

Num Universo de 1200 alunos e 122 Docentes responderam aos questionários 557 alunos e 60 docentes o que permitiu verificar que ainda há muito que fazer no que se refere a estudos de estatística e a números que permitam avaliar todo o processo dentro de uma comunidade escolar. No entanto saldou-se pela positiva uma vez que uma parte dos indivíduos do Universo a estudar efectuou o preenchimento correcto dos questionários.

Em relação aos dados obtidos procurou-se analisar três vectores principais:

1. Tipo de Documentos utilizados
2. Relação com as TIC nos dias de hoje
3. Relação com as Bibliotecas em especial com a Biblioteca Escolar

Em relação ao ponto 1 – tipo de documentos, verificou-se que ainda não existe um grande à vontade na utilização de documentos não textuais. Por sua vez os documentos textuais principalmente as Publicações Periódicas estão em grande maioria principalmente a nível dos docentes.

Em relação ao ponto 2 – relação com as TIC, é de referir que a maior parte do universo inquirido utiliza-as especialmente para uso pessoal. Predomina o processamento de texto como ferramenta essencial de trabalho em detrimento de outros programas. No entanto, uma grande maioria considera que as TIC são essenciais para a formação dos indivíduos nos dias de hoje. A Internet torna-se na ferramenta mais apetecível, contudo ainda existe uma percentagem na ordem dos 50% que não utiliza esta ferramenta de trabalho.

Em relação ao ponto 3 – Relação com as Bibliotecas, é de salientar que a Biblioteca Escolar ocupa um lugar de primazia em relação a outros tipos de bibliotecas, denota-se a seguir uma preferência pelas Bibliotecas Públicas, principalmente a nível dos alunos ao contrário dos docentes. A Biblioteca virtual também ganha impacto vindo provar que as TIC na formação são consideradas extremamente importantes.

Constata-se assim que o Universo da amostra permite como conclusões verificar que ainda se torna difícil diagnosticar as lacunas existentes no campo da pesquisa, tratamento e divulgação da informação. Avaliar todo o processo de gestão da informação ainda é algo que embaraça a comunidade escolar, que por sua vez, ainda coloca reticências quanto ao poder que a Biblioteca Escolar tem na formação de indivíduos competentes para a actual Sociedade da Informação.

Verificou-se no entanto que os primeiros passos estão a ser dados para inovar na concepção de mentalidades que encarem a informação, como uma arma indiscutível nos dias de hoje.

Há que salientar que existe a curiosidade decorrente da abertura de um espaço novo, equipamentos novos e aquisição de fundo documental o que faz com que haja um interesse pelo espaço Biblioteca Escolar o que faz com que se possa motivar com actividades para a frequência deste espaço.

Pode-se considerar que a Biblioteca Escolar é o único espaço que muitos dos alunos conhecem para aceder a outro tipo de informação que não apenas a informação decorrente dos mass media o que faz com que se deva investir neste espaço e nas actividades aí protagonizadas.

Ao longo do estudo efectuado e dos dados recolhidos houve também a necessidade de recolher algumas frases de como era visto pelos utilizadores “o espaço Biblioteca Escolar”:

A Biblioteca Escolar vista pelos alunos do:

Ensino Básico 7º, 8º, 9º anos

Estas frases foram escritas pelos próprios alunos nos questionários que lhes foram entregues, tendo-se feito uma selecção de algumas que representam bem como a Biblioteca Escolar é um espaço que faz parte da escola e da própria vida dos alunos, devendo por isso ser um local por excelência no processo de formação e um contributo para o Ensino/Aprendizagem na actual Sociedade da Informação.



Fotografia 20 – Alunos do Ensino Básico

- “Um local onde podemos estudar, ler, brincar e conviver.” - Marco Rosas 7ºA
- “A Biblioteca Escolar é uma forma de podermos ler alguns livros que não temos em casa e obtermos a informação que não podemos obter em casa” - Mafalda Jorge 7ºC

- “Acho que a Biblioteca Escolar é uma forma de os alunos se interessarem mais pelos livros e para passar bem os tempos livres” – Ana Filipa 7º C
- “A Biblioteca Escolar é um local onde podemos fazer os trabalhos da escola sem sair dela, levar livros para casa e empréstimo domiciliário e pesquisa na Internet” – Ivo Castro 7º C
- “A Biblioteca Escolar é um elemento fundamental para a formação pedagógica dos alunos. É útil para alunos e professores porque assim escusamos de ir à Biblioteca Municipal” – Yohanne Lemos 7º D
- “Na minha opinião é muito útil na formação de toda a comunidade educativa. Ajuda – me bastante nos estudos.” - Ana Marques 8º B
- “Vou à biblioteca quando não tenho aulas e estou na escola sem fazer nada” – Gil Fileno 8º D
- “A Biblioteca Escolar tem uma grande diversidade de meios para pesquisar material para vários trabalhos.” - Sara Vieira 8º D
- “É moderna, pois temos tudo ao nosso dispor com muita tecnologia desde os computadores até aos livros.” - Mónica Cardoso 8º D
- “Pelo que frequento a biblioteca posso dizer que é boa no contexto da Sociedade da Informação, pois temos computadores, muitos livros e também a televisão ao nosso dispor.” - Andreia Migueis 8º D

- “Na minha opinião a Biblioteca Escolar é um espaço informativo que promove o desenvolvimento cultural dos alunos.” - João 9º B

Do Ensino Secundário 10º,11º,12 anos



Fotografia 21 – Alunos do Ensino Secundário na Biblioteca Escolar

- “Penso que na Biblioteca é fácil encontrar o que se pretende, está bem organizada em relação a serviços de informação.” - Pedro Lino 10º C
- “Um bom local para o desenvolvimento cultural e para quem não tem outros recursos é um boa opção alternativa.”- Anónimo
- “Penso que tem acesso bastante vasto a vários tipos de informação incluindo a Internet que é um meio de acesso bastante importante.”-Jezabel Dias 10º A
- “ Eu penso que a Biblioteca é bastante útil pois através dos recursos que ela nos oferece podemos conhecer e pesquisar acerca de tudo o que quisermos.” - Anónimo 11º A
- “A Biblioteca Escolar está muito bem equipada podendo desenvolver culturalmente aqueles que a utilizam, visto que está informatizada, graças aos computadores que contam.”- Patrícia Marques Bom 11º I

- “ É muito importante, pois se os alunos precisarem de estudar ou passar o tempo, estando dentro da escola, a biblioteca escolar torna-se essência para o bem-estar dos alunos. “- Emanuel Leal 11º G
- “Está muito bem equipada a todos os níveis. Acho que agora nenhum aluno se pode queixar da falta de ocupação de tempos livres, pois tem à disposição a Internet, música, filmes e livros mais variados.” - Anónimo 11ºH
- “Importante num contexto pedagógico. “- Marco Silva 12º A
- “É um local onde deve constar o máximo de informação referente aos temas abordados nas aulas, informação essa que deve ser clara, bem relacionada, compartimentada, conforme o é nos livros escolares para que os alunos que não tenham percebido alguma coisa na aula tenham oportunidade de encontrar uma nova explicação diferente de modo a chegar à lógica do assunto. “- Carla Angelino 12º B
- “Está muito completa, pois além de ter a parte vulgar de pesquisa, tem computadores com Internet, televisão, jornais. Na minha opinião é um local agradável e calmo para estudar “ - Anónimo – 12º

Docentes



Fotografia 22 – Docentes com a escritora Lídia Jorge

- “Essencial, é muito útil tanto para alunos como para docentes. É um espaço de actualização, de conhecimento e também de recurso em caso de dificuldades” – Prof. João José Santos 9º Grupo Inglês/Alemão
- “Essencial se for convenientemente “modernizada”, no entanto é necessário que os professores mostrem aos alunos as vantagens da sua frequência” - Maria da Assunção Seiça 10ºA Grupo / História
- “Não tem definição, pois é multicultural” – Anónimo
- “Um meio de apoio em termos informativos vários, indispensável nos elementos da comunidade escolar, sobretudo nos alunos que por motivos económicos não tem esses meios nas suas próprias casas” – Maria Isabel Frazão 11º B Grupo/ Geografia
- “Espaço de aprendizagem, abertura de horizontes, cultura” – Luís Carlos Travassos – 39 Grupo – Informática
- “A Biblioteca Escolar tem um papel cada vez mais importante como espaço indispensável à realização de investigação e para muitos alunos ocupação de tempos livres e espaço de estudo” – Maria Auzenda Lourenço – 11º B Grupo / Geografia

- “ Fundamental, daí a necessidade de estar cada vez mais actualizada e equipada com os materiais e equipamentos mais recentes” – Rosa Soares Milheiro – 10º B Grupo / Filosofia
 - “ É um pólo disseminador e incentivador das novas tecnologias ao proporcionar aos alunos uma variedade de materiais inexistentes. Permite aos alunos uma formação mais alargada e mais sólida e diversificadora que vai ao encontro dos seus interesses, não só pelo aspecto formativo, mas também lúdico” – José Manuel Cardoso 10º Grupo B
 - “ Tem um papel fundamental na medida em que pode e deve particular os diversos níveis da comunidade escolar “ – Ana Cristina Pereira 8º Grupo / Português
- Actividades realizadas pelos alunos na Biblioteca Escolar, de acordo com os dados do questionário efectuado:
- Pesquisa livre acesso de monografias complementares às aulas
 - Pesquisa nas Obras de Referência (Dicionários e Enciclopédias)
 - Pesquisa na Internet de sites que os professores indicam
 - Concepção de trabalhos para a Área de Projecto
 - Concepção de trabalhos para o estudo acompanhado e Formação Cívica
 - Processamento no computador de textos para trabalhos
 - Digitalizar imagens
 - Jogos didácticos
 - Visualização de filmes
 - Audição de CD-audio
 - TPC – trabalhos para casa/estudar
 - Passar os tempos livres a pesquisar informação a título individual.

5.4. Sumário

Neste capítulo pretendeu-se analisar os dados recolhidos ao longo de um ano lectivo: 2002/03 na Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho da Figueira da Foz. Procedeu-se a uma recolha de informação através de questionários. Estes questionários foram entregues ao público-alvo previamente seleccionado dentro da comunidade educativa. Abrangeu assim um Universo de Indivíduos de 122 professores e 1200 alunos. Não se entregaram questionários aos funcionários da escola, que embora pertençam à comunidade educativa não actuam directamente no processo ensino/aprendizagem e no contributo da Biblioteca Escolar para a Sociedade da Informação.

Os questionários foram entregues aos professores através do Coordenador de Departamento Curricular e aos alunos através do Director de Turma. Este processo foi efectuado ao longo do 2º Período – de Janeiro a Abril de 2003. No mês de Abril foram também entregues questionários a todos os utilizadores que se dirigiam à Biblioteca Escolar independentemente da sua tipologia e pretendiam verificar a frequência diária, assim com analisar os utilizadores dos serviços durante um mês.

Pretendeu-se essencialmente saber o tipo de documentos utilizados, a relação que tinham com as TIC nos dias de hoje e o contacto que tinham com as Bibliotecas em especial com a Biblioteca Escolar. Todo o processo de análise foi feito ao longo do mês de Maio e Junho e procurou-se de uma forma simples e ilustrativa dar a conhecer os resultados, utilizando-se os gráficos e as tabelas para serem melhor apreendidos estes resultados. Note-se que avaliação destes campos de acção: tipo de documentos; TIC e Frequência de Bibliotecas envolveram a análise de questionários de 557 alunos e 60 professores.

A título de conclusão, procurou-se também dar a conhecer as actividades mais desenvolvidas na Biblioteca Escolar, assim como algumas frases ilustrativas de como os alunos e docentes vem a Biblioteca Escolar na actual Sociedade da Informação.

Capítulo 6 – Conclusão

6.1. Introdução

Este trabalho permite concluir que deve ser um imperativo para os órgãos de gestão de todas as escolas repensar o papel da Biblioteca Escolar. A investigação e observação efectuada ao longo de um ano lectivo permitiu constatar que ainda existem bastantes lacunas no campo da Gestão da Informação, no que diz respeito às Bibliotecas Escolares.

Encontra-se, desta forma um potencial para fomentar a formação e atitudes de cidadania, perspectivando o desenvolvimento das competências quer necessárias à aquisição de informação, produção de matérias, quer a nível das TIC, não devendo por isso de maneira nenhuma ser descurada a sua atenção face à Sociedade da Informação.

A Biblioteca Escolar deve ser analisada quer do ponto de vista educacional, quer do ponto de vista social como meio de contribuir para uma formação activa e com competências a nível das TIC para os indivíduos da actual Sociedade da Informação.

6.2. Conclusão

Ao realizar este estudo verificou-se que a Gestão da Informação no campo de acção das Bibliotecas Escolares é importante, constatando a necessidade de providenciar um correcto tratamento que possibilite criar produtos capazes de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e assim contribuir para a formação da comunidade escolar.

A Biblioteca Escolar é o centro de acção: recebe, trata e difunde todo o tipo de informação em qualquer suporte sendo assim um dos locais de apoio de todo o processo educativo.

Numa escola que se pretende dinâmica, activa e de acordo com a realidade que se vive em plena Sociedade da Informação, a Biblioteca Escolar assume-se

como o parceiro ideal na concepção de um novo método de ensino que vá de encontro as aspirações das reformas curriculares e dos professores.

Contribui assim para que o ensino baseado no manual escolar deixe de ser suficiente e suscita a necessidade da proliferação de documentos para um ensino de diversidade a nível de conteúdos e consequentemente um ensino de maior qualidade que contribua para o sucesso educativo.

A Biblioteca Escolar é palco de acções que vão qualificar o dinamismo da escola perante a comunidade onde a escola está inserida, deve ser vista como um local de todos e para todos e só subsiste se servir com qualidade e referência a comunidade escolar e assim cumprir a missão defendida pelo Manifesto da UNESCO de ser uma porta aberta para o Mundo.

A nível do estudo de caso pude observar que ainda existe uma certa antipatia pelos indivíduos em avaliar as suas competências no que diz respeito às TIC. Ao efectuar questionários que visavam avaliar a relação dos indivíduos com as TIC, com o manuseamento de documentação e com a frequência do uso de Bibliotecas Escolares, verificou-se da comunidade educativa estudada algumas inibições. Torna-se imperativo estimular o contacto com as Unidades documentais, pois só assim se pode formar indivíduos com competências para viverem na actual Sociedade da Informação.

Verificou-se, no entanto, que existe a preocupação por parte da comunidade educativa quer de docentes, quer de alunos em dar atenção à formação em TIC considerando que esta formação é essencial nos dias de hoje.

A maior parte dos inquiridos utiliza a Internet, no entanto, ainda se verifica que se torna difícil encontrar o que deseja na Rede Global. Não são conhecedores de critérios de normalização, nem de classificações de documentos das unidades documentais. Torna-se importante promover acções de formação que dêem a conhecer nomeadamente a CDU – Classificação Decimal Universal.

6.3. Trabalho a desenvolver

Apesar de os primeiros passos já terem sido dados a partir de 1997 com a criação da Rede de Bibliotecas Escolares torna-se essencial continuar a desenvolver um trabalho a nível de Gestão da Informação nesta área uma vez que se trata de uma componente extremamente importante para o Ensino/Aprendizagem o contributo da Biblioteca Escolar nos Estabelecimentos de Ensino. Torna-se importante analisar a legislação já existente, mas não colocada em prática, a nível de Recursos Humanos, assim como todos os procedimentos necessários para criar um Serviço de Referência com qualidade e que trabalhe em rede com as outras Unidades Documentais, quer a nível local, quer a nível global. Deve-se ter como trabalho futuro desenvolver meios que permitam a:

Ligação em REDE de todas as escolas da União Europeia de Ensino não Superior através das respectivas bibliotecas; troca de experiências e informação que permitam a cooperação para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Ligação às empresas através dos seus Centros de Documentação, sendo a Biblioteca Escolar um núcleo de suporte para efectuar o diálogo escola/externo ou ensino/comunidade.

Ligação à REDE de Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Universitárias através de programas de cooperação e orientações de percursos educativos, tendo em conta a aprendizagem ao longo da vida.

Formar cidadãos com competências para aceder, pesquisar, seleccionar, tratar, transformar e difundir informação nos seus diversos suportes fazendo com que se tornem cidadãos Europeus cada vez mais competentes e competitivos para o mercado de trabalho.

A importância da normalização como factor de sucesso na área da Gestão da Informação nas Unidades Documentais.

Inovar com qualidade nos Serviços de Referência com especial destaque para os Serviços de Referência das Bibliotecas Escolares.

6.4. Recomendações

A título final pretende-se enunciar um conjunto de recomendações, que resultam deste trabalho e se defendem como relevantes para todos aqueles que lidam com este tipo de unidades documentais – Bibliotecas Escolares, assim como para todos aqueles que são sensíveis aos problemas que existem no campo da Gestão da Informação nos organismos quer públicos, quer privados nomeadamente a nível do Ensino não Superior.

Deve-se sempre efectuar um diagnóstico de estudo do que se pretende realizar tendo em conta o universo que se pretende atingir; uma vez que todos os procedimentos devem ser realizados tendo em conta o público-alvo a atingir e as suas reais necessidades.

Criar objectivos e orientações metodológicas de trabalho com planos de trabalho predefinidos de acordo com o calendário lectivo; torna-se importante estipular metas de acordo com o ano/escola, uma vez que anualmente existem projectos de turmas que se enquadram nas actividades de enriquecimentos curricular em que a Biblioteca Escolar colabora.

Avaliar sempre todos os dados adquiridos, criando produtos que vão de encontro às necessidades dos cidadãos e que permitam efectuar uma estatística que sirva as necessidades reais da Escola permitindo assim criar um Serviço de Referência na Biblioteca Escolar; pois só através de uma avaliação sistemática e realizada anualmente é que se pode verificar o que ficou por fazer, o que foi feito e o que se pode alterar.

Tomar como medida prioritária a contratação através de Concursos Públicos de Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação, para as Bibliotecas Escolares de Ensino não Superior, tal como já acontece nas Bibliotecas Universitárias, aplicando assim na prática o Decreto-Lei nº 515/99 de 24 de Novembro.

BIBLIOGRAFIA

- Suporte Livro – Monografias

ALÇADA, Isabel – Os Jovens e a leitura nas vésperas do século XXI, IIE, edições Caminho, Lisboa, 1993

ALVES, Marta Paula – Intervenção da biblioteca escolar no processo ensino-aprendizagem, Universidade de Lisboa, 2000

ANSELMO, Artur – História da Edição em Portugal, Porto, Lello Editores, 1991

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Selecção Bibliográfica para Bibliotecas de Leitura Pública, Lisboa, BAD, 1997

BENAVENTE, Ana – Estudo Nacional de Literacia, Relatório Preliminar, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1995

BERRAED, Maurice - Bibliothèque, école: quelles coopérations ? Actes de Université de la Grande Motte, collection Argos, Rouen, 1995

BIKLEN, S. – Investigação qualitativa em educação, Porto Editora, Porto, 1994

BORGES, Maria Manuel – De Alexandria a Xandu, Porto, 1999

BRÁS, Maria Helena Bandeira – Instalações e organização do espaço, Ministério da Educação, DAPP, 1998

BUCKANLAND, Michael Keeble – Redesigning library services a manifesto, American library Association, Chicago, 1992

CABRAL, Luís – As Bibliotecas Públicas Portuguesas, Porto, Edições Afrontamento, 1999

CABRAL, Maria Luísa – Bibliotecas digitais, colecção Páginas e bibliotecas, IPLB, Lisboa, 1999

CABRAL, Maria Luísa – Bibliotecas: Acesso, Sempre, Lisboa, Edições Colibri, 1996

CALISTO, José António – A Biblioteca Escolar e a Sociedade de Informação, Edições Caminho, Lisboa, 1996

CAMPOS, Maria Rute Oliveira – Questões chave da gestão de sistemas de informação, Braga, 1998

CANÁRIO, Rui – Desenvolvimento de bibliotecas escolares e formação contínua de professores, Ministério da Educação, DAPP, 1998

CANÁRIO, Rui – Mediatecas escolares. Génese e Desenvolvimento de uma Inovação, Lisboa, IIE, 1994

CAMPOS, Bértolo – A Investigação Educacional em Portugal, IEE, ME, Lisboa, 2000

CHIAVENATO, I. – Administração nos novos tempos, Editora Campos, São Paulo, 2º ed, 1999

CORREIA, José Alberto – Inovação Pedagógica e Formação de Professores, Edições ASA, 1991

COHEN, Louis and LAWRENCE Manion – Research Methods in Education, 4ºed., Routledge, London, 1996

CONGRESSO NACIONAL DE BAD – Bibliotecas e Arquivos na Sociedade de Informação: estratégias para o século XXI, Aveiro, 1998

CORREIA, José Alberto – Inovação Pedagógica e formação de professores, Coleção Básica de Educação e Ensino, Edições ASA, 1989

COSTA e outros – Avaliação de Organizações Educativas, Universidade de Aveiro, 2002

CRAWFORD, J. – Evaluation of Library and information services, Aslib, London, 2000

DELOURS, Jacques – Educação – Um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, 7ªed., edições ASA, 2001

DIAS, Paula Cristina – A importância da (re) organização e animação das Bibliotecas Infantis nos Agrupamentos de escolas: o direito ao sucesso da intervenção pedagógica, Universidade de Trás-os-Montes, 2000

DRUCKER, Peter – Management Challenges for the 21st Century. HarperBusiness, 2001

ECO, Umberto – A Biblioteca, Lisboa, Difel, Lisboa, 1987

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice – Biblioteca Pública: o que é? Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1989

FREIRE, Nuno Miguel – Uma Biblioteca Digital para Depósito, Gestão e Acesso a Teses e a Dissertações, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, 2001

FRANCO, José António – Experiências inovadoras no ensino: inovação pedagógica, Lisboa, 1998

FREITAS, Eduardo – Hábitos de Leitura em Portugal. Inquérito Sociológico, Publicações Dom Quixote, 1992

FURTADO, José Afonso – O Livro, Lisboa, Difusão Cultural, 1995

GASCUEL, Jacqueline – Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma Biblioteca, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1997

GARRAIO, Isilda – Bibliotecas Escolares: situação actual e perspectivas, Universidade de Lisboa, 1994

GONÇALVES, Carlos César Correia – Aplicação Informática para uma biblioteca escolar, ISIG, 2000

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA, Orientações para as Bibliotecas Públicas, Madrid, Ministério da Cultura, 1988

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA, Secção de Bibliotecas Infantis, Linhas Orientadoras para Serviços de Bibliotecas para jovens, Setúbal, Liberpolis, 1998

ISAÍAS, Pedro – Bibliotecas digitais, Lisboa, Universidade Aberta, 1999

LIMA, Gisela Maria – A Mediateca Escolar: individualização e diferenciação do ensino, IIE, ME, Lisboa, 2001

LOPES, Teixeira – Sobre a Leitura – Bibliotecas e Hábitos de leitura: instituições e agentes, IPLB, Observatório das actividades culturais, 2000

MACHADO, Rafael Gomes – Sistema de informação baseado numa Intranet para a gestão pedagógica de uma escola do ensino secundário, Lisboa, 1999

MACHADO, José – E-learning em Portugal, Sociedade Digital, FCA, 2001

MAGALHÃES, Ana Maria e ALÇADA, Isabel, Ler ou não Ler eis a Questão, Lisboa, Editorial Caminho, 1988

MAGALHÃES, Ana Maria – A Biblioteca da Escola e o prazer de ler, Ministério da Educação, 1998

MAGALHÃES, Ana Maria – Os jovens e a Leitura: nas vésperas do Século XXI, Lisboa, Editorial Caminho, 1994

MARQUES, Rui – Na Sociedade de Informação, o que aprender na Escola? Edições Asa, 1998

MITCHELL, D.J.D. – Further education libraries in the twenty first century, Oxford, 1994

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Livro Verde para a Sociedade da Informação, Lisboa, 1997

MINISTÉRIO da CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Legislação da Sociedade da Informação, Lisboa, 2002

MOREIRA, Vasco – Escola do Futuro: sedução ou inquietação? as novas tecnologias e o reencantamento da escola, Porto Editora, 2000

MORIN, Edgar – Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur, Le Seuil, 200

MOURA, Maria José (Coord.) – Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1986

MOURA, Maria José (Coord.) – Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal, Lisboa, IPLB, 1996

MANIFESTO DA UNESCO sobre mediatecas escolares in Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Braga, 1992

MOURA, Maria José (coord.) – Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais, Secretaria de Estado da Cultura, 1986

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Livro Verde para a Sociedade de Informação, 1997

NUNES, Henrique Barreto – Da Biblioteca ao leitor – Estudos sobre a leitura Pública em Portugal, Edifício do Governo Civil, Braga, 1998

OLIVEIRA, Francisco e outros – Livro de Comunicações do oitavo encontro de bibliotecas de arte de Espanha e de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 2000

OLIVEIRA, Raquel Moreira – Alfabetização informacional na Sociedade da Informação, IIE, 2002

OCDE, Bibliothèques scolaires et centres de documentation, 2001

PAIS, Maria de Fátima – Multimédia e ensino, um novo paradigma, Lisboa, 1999

PATROCÍNIO, Tomás – Tecnologia, educação e cidadania, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 2002 (reporta à Tese de Mestrado)

- PESSOA, Ana Maria – A Biblioteca Escolar, Porto – Campo de Letras, 1996
- PERREIRA, Alexandre – Guia prático de utilização do SPSS, Edições Sílabo, 1999
- PRATES, Maria Cristina – Noções de Biblioteconomia, edições do Faoj, Lisboa, 1985
- PAIVA, Jacinta – As tecnologias de informação e comunicação: utilização pelos professores, Lisboa, 1ªed, 2002
- RASCÃO, J. – Sistemas de Informação para as organizações: a informação chave para a tomada de decisões, Edições Sílabo, Lisboa, 2001
- SÁ, Victor de – As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário, Livros Horizonte, Lisboa, 1983
- SANTOS, António e outros – Legislação aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação, Vislis Editores, Lisboa, 1999
- SANTOS, Arnaldo – Estudar e apreender à distância, Universidade e Coimbra, 2000
- SANTOS, Arnaldo – Ensino à distância e Tecnologias da Informação, FCA, 2000 (reporta à Tese de Mestrado efectuada nesta área por este autor)
- SANTOS, Elvira Moreira – Hábitos de Leitura em crianças e adolescentes, editoram quarteto, 1997
- SILVA, Lino Moreira – Bibliotecas Escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização, colecção Minho Universitária, Livraria Minho, Braga, 2000
- SILVA, Theodoro – Leitura na Escola e na Biblioteca – Campinas, Papirus, 1986
- TRINDADE, Armando Rocha – New learning: Invited articles of the conference “ODL Networking for quality learning”, Universidade Aberta, 2000

TAVARES; Luís Valadares e outros – Reformar Portugal, 17 estratégias de mudança, Oficina o Livro, 5º ed, 2003

TAVARES, J. – Uma Sociedade que aprende e se desenvolve, Porto Editora, Porto, 1996

THOURHAUGE, J. Public Libraries and the Information Society, Luxemburgo, European Commission, 1997

UNESCO, Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, 1994

UNESCO, Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Escolares, 1996

VIEIRA, Alice – O Prazer do Texto – Perspectivas para o Ensino da Literatura, São Paulo, EPU, s, d,.

VIEIRA; Isabel – Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares, Relatório Síntese, Ministério da Educação, Lisboa, 1996

ZORRINHO, Carlos – Gestão da Informação, editorial Presença, 1ed., 1991

- Suporte Publicações Periódicas – Revistas e Jornais

ABRANTES, J. – “ Bibliotecas, Mediatecas ou Centros de Recursos? “ in Diário de Notícias, 21 de Abril, 1990

AFREIXO, Rodrigo – “Ler para crer”, in Diário de Notícias, 9 de Dezembro, Lisboa, 1994

BENTO, Maria José – “O novo paradigma Científico ou a Sociedade da Informação, Ufp, Porto, 2002

BELKEDDAR, O. – “ Biblioteca(ni)ma “ in O Professor, Julho, Agosto, nº 27, 1992

BRANCO, Conceição – “ Leituras Públicas”, in Expresso: Cartaz, 3 de Dezembro, Lisboa, 1994

CABRAL, Maria Luísa – “ Bibliotecas: uma outra atitude”, in Diário de Notícias, Lisboa, 13 de Maio, 1993, suplemento Cultura

CALÇADA, Teresa – “ Bibliotecas: perspectivas e realidade “ in Noesis, Março/Junho, 1996

CARDANTES; Paula – “ DREC quer alunos com Hábitos de Leitura “ in Diário “ As Beiras”, 25 de Outubro de 2002

CALIXTO, José António – “Biblioteca Pública versus Biblioteca Escolar: uma proposta de mudança”, in Cadernos BAD, nº 3, Lisboa, 1994

CANÁRIO, Rui – “Que futuro para as bibliotecas escolares” in Noesis, n.º37, 1996

CARVALHO, João Carlos Ramos de – “ As Bibliotecas na Era da Informação electrónica”, in Livros de Portugal, ano IX, n.º 5 Maio, publicação mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 1997

FREITAS, Vanda – “ Biblioteca Itinerante: uma biblioteca entre Bibliotecas” in Livros de Portugal, ano VIII, n.º 5, 1995

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – “ O livro, o leitor, a leitura, in Boletim Cultural. Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, nº 6, Março, Lisboa, 1986

GOUVEIA, Luis Manuel – “Is there any room for face-to-face teaching in a digital World? A proposed Framework for web Usage, Educational Media International

LIMA, Rosa – “Universitários sem perfil para a leitura”, in Expresso, Março, 1998

MOURA, Maria José – “Editorial”, in Cadernos BAD, nº 1/2, Lisboa, 1985

NUNES, Henrique Barreto – “Livros, crianças, escolas, bibliotecas e o mais que adiante se verá”, in Cadernos BAD, nº 3, Lisboa, 1994

NUNES, Henrique Barreto – “As bibliotecas e o apoio à leitura”, in Livros de Portugal, nº 7, Abril, Braga, 1997

PADRÃO, Isaltina – “É impensável uma escola sem TIC” in educare hoje, Porto Editora, 2003

PERICÃO, Maria da Graça – “Subsídios para a história dos Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, in Cadernos BAD, nº 1, 1984

PESSOA, Ana Maria – “Bibliotecas Escolares: presente e futuro, in Diário de Notícias, 7 de Setembro, Lisboa, 1986

PIRES, Jorge – “O mundo dos livros em rede”, in Expresso, Julho, 1998

PRATES, Maria Cristina – “Biblioteca Pública e a Escola: actividades concertadas” in Noesis, 2000

RUNKEL, Ana – “Bibliotecas Públicas: para que servem” in Diário de Notícias, 27 de Janeiro, Lisboa, 1994, suplemento cultura.

SILVA, Vera – “A biblioteca e a comunidade: a urgência de uma relação diferente, ano IX, nº 7/8, Julho/Agosto, 1996

- Artigos sem identificação de autor

“Bibliotecas públicas em Portugal: 1986-1989” in Fórum, nº 9/10, Janeiro-Julho, Braga, 1991

“Bibliografia sobre bibliotecas e leitura pública em Portugal (1983-1994)” in Cadernos BAD, nº 3, Lisboa, 1994

- Artigos publicados em actas de Congressos, Seminários e Jornadas

ALMEIDA, Maria – “ Bibliotecas Universitárias – que mudança?” in 1º Congresso Nacional de bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol 2, Porto, BAD, 1985

AMANTE, Maria José – Bibliotecas, mediatecas escolares em tempo de reforma e de escola cultural” in 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol 1, Braga, BAD, 1992

ANDRADE, Pedro –“ Para uma sociologia da documentação – sensibilização para a sua construção” in 1º Congresso Nacional de bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol.2, Porto, BAD, 1985

ANTÓNIO, Rafael –“ Informatização e Bibliotecas “ in Encontro do Livro e da Leitura Publica do distrito de Setúbal, Associação de Municípios do distrito de Setúbal, 1992

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS – Relatório da Comissão directiva da Conferência Nacional sobre Formação e Carreiras, BAD, Lisboa, 1997

CALIXTO, José António – “ Mediatecas escolares: sinal menos na caderneta” i 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol 2, Braga, BAD, 1992

CALIXTO, José António “ As linhas orientadoras da UNESCO e uma proposta para Portugal in 5º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol.1, Lisboa, BAD, 1995

CONDE, Elsa “ Rede de Bibliotecas Escolares: perspectivas e potencialidades de utilização na Internet “ in 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Aveiro, BAD, 1998

COMISSÃO EUROPEIA – Acesso aos documentos da comissão: guia do cidadão. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais na Comunidade Europeia.

CARVALHO, Margarida Mello de – “ O acesso à informação: da problemática do ser ao conhecer” in 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Aveiro, BAD, 1998

FURTADO, José Afonso – Bibliotecas na Era digital” in 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Aveiro, BAD, 1998

GORDO, Ana Paula – “ A Rede de Bibliotecas de Leitura Pública: construção/recuperação de edifícios “ in 3º Congresso Nacional de Bibliotecários, arquivistas e Documentalistas, vol 1, Lisboa, BAD, 1990

GOUVEIA, Luís Manuel – “ Internet, oportunidade ou ameaça ao Professor?, 1996

Library and Information Commission – “The role of libraries in a Learning Society”, 1998

MOURA, Maria José – “ A formação na área de BAD “ in 1º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol.2, Porto, BAD, 1985

NUNES, Henrique Barreto – “ O projecto Bibliopólis em Braga “ in 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol 2, Porto, BAD, 1985

PESSOA, Ana Maria – “ Que fazer com as bibliotecas escolares?” in 1º Congresso Nacional de Bibliotecários, arquivistas e Documentalistas, vol 1, Porto, BAD, 1985

SOUSA, Isabel –“ Bibliomédia: uma forma de cooperação na leitura pública, um caminho no desenvolvimento da rede” in 3º Encontro do Livro e da Leitura do distrito de Setúbal, Setúbal, Associação de municípios do Distrito de Setúbal, 1994

- Legislação, Documentos de Decisão comunitária e/ou Documentos de tutela

Ministério da Educação – “Leitura e Animação da Leitura”, Lisboa, Departamento de Educação Básica, 1996

Ministério da Educação – “ Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986

Ministério da Educação – Documentos orientadores das Reformas Curriculares

Nota: Encontram-se em anexo as referências organizadas aos Decretos-Leis mais significativos na área da Educação e da Biblioteconomia.

- Suporte electrónicos – Documentos extraídos da Internet

GOUVEIA, Luís Manuel – Apontamentos para a disciplina de Gestão da Informação, em linha: <http://www2.ufp.pt/~lmbg/lq>

<http://www.dapp.min-edu.pt/>

<http://www.doc.ua.pt/>

<http://www.bertrand.pt/>

<http://www.educare.pt/>

<http://www.min-edu.pt/>

<http://www.apbad.pt/>

<http://www.cisi.mct.pt/>

<http://www.unic.pcm.gov.pt>

<http://www.portoeditora.pt>

<http://www.unesco.org/>

<http://www.slddirectory.com>

<http://www.platanoeditora.pt/>

<http://www.bn.pt>

<http://www.Kb.nl/gabriel/>

<http://www.uwm.edu/library//arc/aca/handbk.htm>

<http://www.lic.gov.uk>

<http://.tandf.co.uk/journals>

<http://www.ufp.pt/staf/lmbg/com>

<http://www.argus.pt>

<http://www.cemed.ua.pt>

<http://www.estudar-na-net>

<http://www.cursos.digito.pt>

<http://www.academiaglobal.com>

<http://www.prof.2000.pt>

<http://www.byweb.pt>

<http://www.aeportugal.pt>

<http://www.formare.pt>

<http://www.ibicit.br>

ANEXOS

A – Glossário Geral

(Retirado e adaptado de BORGES, Maria Manuel, 1999)

A

- Abstract – sumário breve de um trabalho, suficientemente expressivo para que o leitor possa decidir se o documento inclui ou não a informação pretendida.
- Acesso – Usado no sentido mais lato este termo encerra o objectivo da Biblioteconomia: permitir que as pessoas possam identificar, localizar e usar a informação de modo a preencher as suas necessidades de educação, de trabalho e pessoais.
- Aceso Bibliográfico – Todo o conjunto de registos de todas as naturezas em todos os tipos de suporte, inclui a identificação e a localização de documentos, bem como o acesso físico ao material.
- Aplicação – Programa que executa as tarefas de interesse prático que justifica a utilização dos computadores, pelos indivíduos e pelas empresas.
- Análise do assunto – O processo de identificação do conteúdo intelectual de um documento. O resultado pode ser disposto num catálogo ou bibliografia por meio de símbolos de notação como num sistema de classificação ou por termos verbais tais como cabeçalhos de assuntos ou termos de indexação.
- Aquisição – Actividade relacionada com a obtenção de documentos para a biblioteca através da compra, oferta ou permuta.
- Assinatura digital – Técnica criptográfica que assegura que um documento electrónico provem da pessoa que o subscreve. A assinatura digital, tal como a assinatura escrita, é a única para especificar o respectivo computador que está a ser usado. As assinaturas digitais podem ter o mesmo peso legal que uma assinatura escrita desde que as partes envolvidas concorde com o seu uso.

- Assunto – Tema ou tópico tratado por um autor, numa obra, quer esteja afirmado no título ou não.
- Autenticação – Processo geralmente baseado no fornecimento de identificação e palavra-chave do utilizador para verificar a respectiva validade e permitir o acesso a uma rede.
- Automatização – Mudança de um sistema manual de registo, organização e recuperação da informação baseado num papel para um sistema computadorizado. O controlo de Circulação e a Catalogação são as funções mais frequentemente automatizadas de todas as funções de um serviço.
- Autor – Pessoa que concebe e realiza uma obra ou trabalho científico, literário ou artístico destinado a ser difundido.
- Autoridade, Controlo – Meios usados para assegurar consistência na entrada de variantes de nomes, títulos, ortografia, numa base de dados.

B

- Base de Dados – Colecção organizada de informação armazenada num computador. Algumas vezes é aplicada a um conjunto de dados não computadorizado. Colecção abrangente, organizada e inter-relacionada de dados armazenados num meio físico, com o objectivo de evitar minimizar duplicação de informação, optimizar a eficácia do seu tratamento permitindo o acesso, através de diversas formas a uma grande variedade de informação.
- Bibliografia – Uma lista de itens seleccionados de um universo bibliográfico que têm alguma relação entre si, ordenados de acordo com os objectivos que presidiram à sua compilação. Também significa o estudo dos livros enquanto objectos físicos (como um meio de determinar a história e a transmissão dos textos) e a descrição dos livros em termos de autoria, edição.
- Biblioteca Digital – Colecção de textos, imagens, etc., codificados de modo a serem armazenados, recuperados e lidos por computador.

- Biblioteca Virtual – Em sentido lato, constitui o acesso à informação electrónica existente numa grande variedade de locais remotos através de um catálogo em linha local ou outra ponte como a Internet. Em sentido restrito, designa uma biblioteca a que se aplica a tecnologia da realidade virtual.
- Bit – Palavra que resulta da contracção de binary digit. Representa a mais pequena parcela de informação que pode ser representada num computador.

C

- Cabeçalho – O ponto de acesso (palavra, nome ou frase) a um registo bibliográfico que determina o preenchimento da entrada.
- Cabeçalho Principal – Nos cabeçalhos de assuntos, a primeira parte de um cabeçalho, excluindo as subdivisões do mesmo.
- Cabeçalho Uniforme – Cabeçalho específico pelo qual um assunto ou pessoa que pode ser representado por diferentes nomes ou formas deve aparecer listado no catálogo.
- Campo – Uma unidade de dados num registo que no formato MARC é identificado por meio de uma etiqueta numérica de três caracteres.
- Catálogo – Um ficheiro de registos bibliográficos criado de acordo com princípios específicos e uniformes de construção e sob controlo do ficheiro de autoridade que descreve os materiais contidos numa colecção, biblioteca ou grupo de bibliotecas. É produzido sob a forma de cartões, livro, em linha (OPAC), CD-ROM.
- Catálogo Colectivo – Lista que representa os fundos de várias bibliotecas, geralmente publicações periódicas, indicando quem possui o quê.
- Catálogo de Assuntos – Catálogo que consiste em entradas de assuntos dispostas geralmente por ordem alfabéticas.

- Catálogo em linha - Catálogo baseado em registos baseados no formato MARC, acessíveis de um modo interactivo.
- Ciberespaço – Termo criado por William Gibson no romance Neuromancer e que designa o conjunto de informação acessível através das redes de computadores interligados em todo o mundo.
- Ciência da Informação – Estudo das funções, estrutura e transmissão da informação e também a gestão da informação em todas as suas formas.
- Circulação – Função de empréstimo de documentos aos utilizadores.
- Citação – Forma breve de referência colocada entre parêntesis no interior do texto ou anexada ao texto como nota de pé de página, no fim do capítulo ou do texto.
- Classificação decimal Universal - Classificação desenvolvida por Melvil Dewey em 1876. É provavelmente o sistema de classificação mais usado no mundo.
- Colecção, gestão – Inclui a fixação e a coordenação de políticas de selecção, estabelecer as necessidades dos utilizadores e estudar o seu uso, selecção, avaliação e eliminação; planear a partilha de recursos.
- Conservação – Acções tendentes a prevenir a deterioração dos materiais de uma biblioteca e a salvaguardar o seu conteúdo intelectual.
- Controlo Bibliográfico – A identificação e a localização de itens de informação registada, descrita e listada num arranjo próprio. O objectivo é o de permitir o acesso ao universo bibliográfico.
- Copyright (Direito de Autor) – Menção impressa numa obra, indicando o titular do direito de autor sobre essa obra e o ano de obtenção desse direito.
- Correio electrónico – Meio que permite trocar mensagens constituídas por texto, imagens, vídeo e som. As mensagens são armazenadas numa caixa e podem ser mantidas, apagadas ou enviadas para outro destinatário.

D

- Dados – Os dados constituem a informação que descreve os objectos, os factos e os fenómenos do mundo real. Por vezes utiliza-se a designação dados para referir o input que é introdutório no computador antes de ser processado.
- Depósito Legal – Biblioteca legalmente designada para receber cópias de todas as publicações de um país.
- Digitalização – Processo de transformação de uma grandeza analógica em digital.
- Documentação – Colecção sistemática, organização, armazenagem, recuperação e disseminação de informação especializada, sobretudo científica e técnica.
- Documento – Informação registada que pode ser tratada como uma unidade num processo de documentação.

E

- Edição – Conjunto de exemplares de uma obra, obtido de uma só matriz. Qualquer alteração, quer de texto, quer de aspecto gráfico, dessa matriz, constitui uma nova edição.
- Etiqueta – Código numérico composto por três caracteres que identificam um campo num registo MARC.

F

- Ficheiro – uma colecção de registos relacionados tratados como uma unidade.
- Ficheiro Bibliográfico – uma colecção de registos bibliográficos.
- Ficheiro de Autoridade de Assunto – uma colecção de registo de autoridade de assunto.

- Fonte de Informação Principal – A fonte de dados bibliográficos à qual deve ser dada preferencial como a fonte a partir da qual a descrição bibliográfica ou parte dela é preparada.
- Fonte de Referência – Qualquer publicação a partir da qual pode ser obtida informação de autoridade. Não se limita á obras de referência.
- Fundos – Fascículos de uma publicação em série de posse da biblioteca; pode ser também usado para referir toda a colecção da biblioteca.

H

- Hipermédia – Uma extensão do conceito de hipertexto. Num sistema hipermédia, a origem e o destino dos links tanto pode ser texto como qualquer outro elemento de informação multimédia.
- Hipertexto – Sistema que permite a ligação entre documentos de texto através de ligações (links) entre palavras ou frases.
- HTML – Hyper Text Markup Language

I

- Índice – Guia sistemático ao conteúdo de um ficheiro, documento ou grupo de documentos.
- Indústria da Informação – Termo usado pelos bibliotecários para designar os vendedores de bases de dados em linha, produtores de materiais e sistemas automatizados para bibliotecas.
- Informação – Factos que são comunicados.

- Informação digital – Informação quantificada sob a forma de dígitos binários.
- Interface – A palavra interface pode ser utilizada para designar o conjunto de processos através dos quais dois dispositivos podem comunicar entre si, trocando mensagens.
- Internet – Trata-se da maior rede de computadores que existe ligada por protocolos de comunicação. O termo pode ser utilizado para designar um sistema de redes de computadores interligados.
- Intranet – Rede interna de computadores que geralmente usam o mesmo software e utilizam a Internet.
- ISBD – Acrónimo de International Standard Bibliographic Description; trata-se de um formato internacional normalizado para representar a informação bibliográfica.
- ISBN – Acrónimo de International Standard Book Number; é um formato internacional de número normalizado que identifica inequivocamente uma monografia.
- ISSN – Acrónimo de International Standard Serial Number; é um formato internacional de número normalizado que identifica inequivocamente uma publicação em série.
- Item – Um documento ou conjunto de documentos em qualquer forma física, publicado, fasciculado ou tratado como uma entidade, e como tal formando a base para uma única descrição bibliográfica.

L

- Literacia “information literacy” – A capacidade de definir problemas em termos de necessidade de informação, localização, avaliação e aplicação da informação.

- Localização fixa – Sistema de marcação e arranjo dos materiais na estante numa posição única e constante.

M

- MARC – Acrónimo de Machine-Readable.
- Microficha – Uma folha de filme que comporta microfilmagens.
- Microfilme – Um filme com um determinado comprimento que comporta imagens em sequência linear.
- Microforma – termo genérico para qualquer meio, opaco ou transparente, que contém microimagens.

N

- Notação – Números, letras e/ou outros símbolos usados para representar as divisões principais e subordinadas de um esquema de classificação.

O

- OPAC – acrónimo de Online Public Access Catalog (Catálogo em linha de acesso público)

P

- Palavra-chave – Uma palavra significativa do título, abstract ou texto de um documento que é usado como descritor.
- Pesquisa – Busca exaustiva e sistemática de material publicado sobre um dado assunto.

R

- Registo – Uma unidade num ficheiro ou numa base de dados

- Registo de Autoridade de Assuntos – Um registo de um cabeçalho que mostra a sua forma autorizada, cita as autoridades consultadas na determinação da escolha e forma de cabeçalho.
- Registo Bibliográfico – A descrição de um item de informação registada que inclui todos os dados necessários à identificação única do item, incluindo os pontos de acesso.
- Registo Catalográfico – Uma unidade básica num catálogo que contém dados catalográficos-descrição bibliográfica, cabeçalho de assuntos, e número de chamada – de um dado item.
- Rosto – Página que apresenta a informação mais completa da publicação e das suas obras que compõem, e que contém, normalmente, o maior número de dados acerca do título, menção de responsabilidade e pé de imprensa.

S

- Serviço de Referência – Responde às questões dos utilizadores quer pessoalmente, quer por telefone. Existem mesmo muitas bibliotecas que utilizam o correio electrónico.

T

- Tecnologias da Informação – O conjunto de aparelhos mecânicos e electrónicos que constituem suporte de armazenagem, recuperação e gestão da informação e que vai desde as máquinas de escrever a fotocopiadoras.
- Termo – Palavra ou frase usada num sentido determinado ou preciso para proporcionar acesso a um registo.
- Thesaurus – Guia de uso dos termos mostrando as relações existentes entre eles com o objectivo de fornecer vocabulário normalizado e controlado e para armazenagem e recuperação da informação.

U

- URL – Deriva de Universal Resource Locator. Sistema normalizado de atribuições de nomes ou de endereçamento para documentos e média acessíveis através da Internet.

W

- World Wide Web – A WWW ou Web é o ambiente gráfico que permite o acesso em hipertexto à informação existente na Internet.

B – Documentos de apoio

B.1. Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Escolares

B.2.Tabela da CDU – classificação Decimal Universal

B.3.Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas

B.4.Documento da Tipologia das Bibliotecas Municipais

B.6.Planta de Reestruturação da Biblioteca Escolar

B.7.Regimento Interno da Biblioteca Escolar

B. 9. Referências a nível de Legislação sobre:

- Administração e Gestão Escolar;
- Recursos Humanos para as Bibliotecas Escolares
- Documento Orientador da Reformas Curricular

B.10.Inquéritos realizados

B.11.Documentos de análise dos dados dos inquéritos realizados

- Legislação específica a nível da Educação para Bibliotecas Escolares

- Despacho conjunto nº 43 ME/MC/95 de 29 de Dezembro – *Cria Grupo de Trabalho da Rede de Bibliotecas Escolares*
- Despacho nº 5 ME/MC/96 de 9 de Janeiro – *Nomeia os elementos constituintes do Grupo de Trabalho*
- Despacho conjunto nº 184 ME/MC/96 de 6 de Agosto – *Cria Gabinete Coordenador*
- Despacho conjunto nº 616 ME/MC/98 de 3 de Setembro – *Altera os nºs 5 e 6 do Despacho. Nº 184*
- Circular conjunta nº1 RBE/DEGRE/98 de 22 de Julho – *Define critérios., perfil e funções dos elementos das equipas responsáveis pelas BECRE*
- Decreto-lei nº 515/99 de 24 de Novembro – *Estatuto das carreiras do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e do ensino não superior. Cria as carreiras de Técnico Superior de Biblioteca e Documentação e de Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação*
- Despacho interno nº6-I/SEAE/2000 – *Atribui crédito horário de 12 horas aos estabelecimentos de ensino dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, destinado aos docentes que integram a equipa responsável pela BECRE no ano lectivo de 2000/2001, sendo 12 h obrigatoriamente atribuídas ao coordenador*
- Portaria nº 63/2001 ME/MAP, de 30 de Janeiro -*Revisão dos conteúdos funcionais das carreiras de pessoal não docente antes enunciados no Dec. -Lei nº223/87, de acordo com o Dec. -Lei nº 515/99*
- Publicados em Diário da República, 2ª série, desde 1997: Acordos de cooperação entre os parceiros institucionais da RBE (Escola, Autarquia, DRE, Ministério da Educação)